

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS - CARVI
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

RICHARD AUGUSTO FOLLMANN

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E JUVENTUDE: UM ESTUDO SOBRE A QUALIDADE
DO LETRAMENTO FINANCEIRO DE ESTUDANTES DO TERCEIRO ANO DO
ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS DE CARLOS BARBOSA**

BENTO GONÇALVES

2025

RICHARD AUGUSTO FOLLMANN

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E JUVENTUDE: UM ESTUDO SOBRE A QUALIDADE
DO LETRAMENTO FINANCEIRO DE ESTUDANTES DO TERCEIRO ANO DO
ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS DE CARLOS BARBOSA**

Relatório de trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Curso de Administração da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador TCC I e II: Profa. Me. Nívia Tumelero.

BENTO GONÇALVES

2025

RICHARD AUGUSTO FOLLMANN

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E JUVENTUDE: UM ESTUDO SOBRE A QUALIDADE
DO LETRAMENTO FINANCEIRO DE ESTUDANTES DO TERCEIRO ANO DO
ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS DE CARLOS BARBOSA**

Relatório de trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Curso de Administração da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 26/11/2025

Banca Examinadora

Orientador Profa. Me. Nívia Tumelero.
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Dr. Carlos E. R. Reginato
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Me. Leonardo Roth
Universidade de Caxias do Sul – UCS

RESUMO

Diante de um cenário marcado por altos índices de endividamento entre jovens e pela crescente complexidade do sistema financeiro, a educação financeira se mostra uma ferramenta essencial para a promoção de escolhas conscientes e sustentáveis. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a qualidade da educação financeira oferecida aos jovens concluintes do ensino médio nas escolas. O estudo se fundamenta em uma abordagem quantitativa, utilizando um questionário estruturado aplicado a estudantes da rede de ensino de Carlos Barbosa - RS, com o intuito de identificar o nível de conhecimento financeiro, os principais desafios enfrentados e a eficácia da formação recebida. Os resultados revelam uma disparidade significativa na oferta de educação financeira entre as redes de ensino pública e privada, sendo majoritariamente ausente na primeira. Verificou-se também que, mesmo quando presente, o ensino é percebido como pouco prático. Apesar disso, os estudantes demonstram alto interesse pelo tema e acreditam que a disciplina deveria ser obrigatória. O conhecimento dos jovens é superficial, focado em termos básicos, e a maioria não possui o hábito de registrar seus gastos, apontando o consumo impulsivo como principal desafio. Notavelmente, a pesquisa identificou uma forte correlação entre a falta de preparo financeiro e o aumento da ansiedade entre os estudantes, que reconhecem o impacto negativo da má gestão financeira em seu bem-estar emocional e profissional.

Palavras Chaves: Educação Financeira, Currículo Escolar, Ensino Médio, Finanças Pessoais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo da fundamentação teórica.....	36
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Você estuda em escola pública ou privada?	44
Gráfico 2 – Em qual turno você estuda?	45
Gráfico 3 – Sua escola oferece aulas de educação financeira?.....	45
Gráfico 4 - A escola ensina educação financeira de uma forma prática.....	46
Gráfico 5 – Eu me sinto motivado para aprender sobre finanças nas aulas.	47
Gráfico 6 – Como você avalia seu conhecimento sobre finanças pessoais?	48
Gráfico 7 – Quais conceitos financeiros você conhece?	49
Gráfico 8 – Estou preparado para o mercado de trabalho com o conhecimento em educação financeira que possuo.....	50
Gráfico 9 – É importante ter uma disciplina obrigatória de educação financeira no ensino médio.....	51
Gráfico 10 – Qual tipo de conteúdo você considera mais útil aprender na escola? ..	52
Gráfico 11 – Você acredita que aprender sobre finanças na escola aumentaria suas chances de ter estabilidade financeira no futuro?	53
Gráfico 12 – A escola deve investir em atividades práticas de educação financeira.	54
Gráfico 13 – Você participa de algum programa de estágio, jovem aprendiz ou trabalho remunerado?.....	55
Gráfico 14 – Você já teve ou possui conta bancária em seu nome?	56
Gráfico 15 – Você já teve ou possui cartão de crédito ou débito próprio?	57
Gráfico 16 – Você costuma registrar seus gastos mensais?.....	58
Gráfico 17 – Em média, qual porcentagem da sua renda você consegue economizar mensalmente?.....	59
Gráfico 18 – Marque os principais desafios que você enfrenta para economizar:	60
Gráfico 19 – Qual é o seu nível de dificuldade para controlar gastos? Tem percentual não aparecendo no gráfico.....	61
Gráfico 20 – Você já se sentiu ansioso por não saber lidar com questões de dinheiro?	62
Gráfico 21 – Você acredita que a falta de conhecimento financeiro pode prejudicar seu desempenho profissional?.....	63
Gráfico 22 – A má gestão financeira afeta o bem estar emocional.	64
Gráfico 23 – Qual é a sua idade?.....	65
Gráfico 24 – Qual seu gênero?	66

Gráfico 25 – Qual a renda média mensal da sua família?	66
Gráfico 26 – Qual é a principal fonte de renda da sua família?	67
Gráfico 27 – Escolas privadas oferecem aulas de educação financeira?	68
Gráfico 28 – Escolas públicas oferecem aulas de educação financeira?	69
Gráfico 29 – Pessoas que nunca registram seus gastos economizam quanto por mês?	70
Gráfico 30 – Pessoas que raramente registram seus gastos economizam quanto por mês?	71
Gráfico 31 – Pessoas que às vezes registram seus gastos economizam quanto por mês?	72
Gráfico 32 – Pessoas que frequentemente registram seus gastos economizam quanto por mês?	73
Gráfico 33 – Pessoas que sempre registram seus gastos economizam quanto por mês?	74
Gráfico 34 – Pessoas que possuem como um maior desafio as compras por impulso registram seus gastos?	76
Gráfico 35 – Com que frequência as pessoas que possuem um nível alto ou muito alto de dificuldade para economizar se sentem ansiosas?	77
Gráfico 36 – Com que frequência as pessoas que possuem um nível baixo ou muito baixo de dificuldade para economizar se sentem ansiosas?	78

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 TEMA DA PROPOSTA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	9
1.2 OBJETIVO GERAL	10
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.4 JUSTIFICATIVA	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA	13
2.1.1 Definição de educação financeira	14
2.2 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL E NO MUNDO	14
2.3 A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS DECISÕES DE CONSUMO	20
2.4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL	22
2.4.1 Conceito e princípios básicos	23
2.4.2 Orçamento pessoal e familiar	24
2.4.3 Controle de gastos	26
2.4.4 Poupança e investimentos: conceitos iniciais	27
2.5 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO	31
2.5.1 Currículo escolar do ensino médio	31
2.5.2 A preparação dos professores para o ensino da educação financeira	33
2.6 JOVENS CONCLUINTEs DO ENSINO MÉDIO: PERFIL E COMPORTAMENTO FINANCEIRO	33
2.7 RESUMO DO REFERENCIAL TEÓRICO	35
3. METODOLOGIA	38
3.1 DELINEAMENTO	38
3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	39
3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	40
3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	42
4. DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS	44
4.1. NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS ESTUDANTES DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO.....	81
4.2 ABORDAGEM PEDAGÓGICA ADOTADA NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	

ESCOLAR.....	82
4.3 PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS JOVENS NA ADMINISTRAÇÃO DE SUAS FINANÇAS.....	83
4.4 IMPACTOS DA FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SUA VIDA PROFISSIONAL E EMOCIONAL.....	84
4.5 MELHORIAS PARA A FORMAÇÃO FINANCEIRA, PREPARANDO-OS MELHOR PARA OS DESAFIOS ECONÔMICOS DA VIDA ADULTA.....	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS.....	96

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira tem ganhado relevância no cenário educacional brasileiro, especialmente diante dos crescentes desafios econômicos enfrentados pela população jovem.

Localizado no tempo atual, em um contexto de instabilidade econômica, alta taxa de endividamento e popularização de instrumentos financeiros digitais, o trabalho situa-se também em um momento em que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou a incluir a educação financeira como tema transversal. Essa inserção, embora recente, ainda carece de estudos que avaliem sua efetividade, especialmente no que diz respeito à sua aplicação prática na vida dos jovens. Diversos autores, como Kiyosaki (2018), Cerbasi (2019) e Nigro (2018), já vêm alertando para a importância de se ensinar finanças desde cedo, e essa pesquisa dialoga com essas contribuições, ampliando o debate para a realidade brasileira contemporânea.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a qualidade da educação financeira oferecida aos jovens concluintes do ensino médio nas escolas. Este trabalho está estruturado da seguinte forma: o Capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica sobre educação financeira, seu desenvolvimento no Brasil e no mundo, e a influência dessa formação no comportamento de consumo dos jovens, administração financeira pessoal, incluindo orçamento familiar, endividamento, investimentos e reserva de emergência, educação financeira no currículo escolar e da preparação dos professores. O Capítulo 3 apresenta a metodologia utilizado para realizar a pesquisa junto com uma fundamentação teórica sobre o tipo de pesquisa selecionado. Já o Capítulo 4 dedica-se à apresentação, análise estatística e interpretação dos dados obtidos com a pesquisa de campo, detalhando os resultados por meio de gráficos, realizando o cruzamento de variáveis e realizando uma correlação com os objetivos do estudo. Por fim, o Capítulo 5 contempla as considerações finais, sugerindo caminhos para o aprimoramento da educação financeira no ensino médio.

1.1 TEMA DA PROPOSTA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A educação financeira e a administração dos recursos pessoais são fundamentais para a formação de jovens preparados para os desafios econômicos da vida adulta. No entanto, observa-se que grande parte dos estudantes que concluem o

ensino médio não possui conhecimentos adequados sobre o gerenciamento de suas finanças, o que pode resultar em endividamento precoce, dificuldade na tomada de decisões financeiras e uma relação desequilibrada com o dinheiro. Essa lacuna educacional impacta diretamente a capacidade dos jovens de planejar seu futuro, comprometendo sua segurança financeira e bem-estar econômico, além de gerar impactos emocionais devido à falta de controle sobre suas finanças.

Historicamente, a educação financeira não fazia parte do currículo escolar brasileiro, sendo abordada apenas de forma indireta em disciplinas como matemática. Somente nos últimos anos, com a ampliação do debate sobre a importância da educação financeira, houve a introdução desse tema nos currículos escolares por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Contudo, ainda se questiona a eficácia da abordagem adotada e se os jovens realmente conseguem aplicar esses conhecimentos na prática.

Estudos indicam que a falta de educação financeira pode levar a consequências graves, como alto índice de endividamento entre os jovens, dificuldade na compreensão de produtos financeiros básicos e baixa capacidade de planejamento financeiro pessoal. Além disso, observa-se que muitos estudantes do ensino médio ingressam no mercado de trabalho ou no ensino superior sem saber administrar seus recursos, tornando-se vulneráveis a decisões financeiras equivocadas. Essa situação também pode afetar o desempenho profissional, uma vez que o estresse financeiro pode comprometer a produtividade, gerar distração e impactar negativamente o ambiente de trabalho.

Dessa forma, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: a educação financeira e a administração financeira dos jovens que estão se formando no terceiro ano do ensino médio são adequadas para prepará-los para a vida financeira adulta?

1.2 OBJETIVO GERAL

Este estudo tem como objetivo geral analisar a qualidade da educação financeira oferecida aos jovens concluintes do ensino médio nas escolas.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos são:

- a) identificar o nível de conhecimento financeiro dos estudantes do terceiro ano do ensino médio;
- b) analisar a abordagem pedagógica adotada na educação financeira escolar;
- c) compreender os principais desafios enfrentados pelos jovens na administração de suas finanças;
- d) avaliar os impactos da falta de educação financeira em sua vida profissional e emocional;
- e) propor melhorias para a formação financeira, preparando-os melhor para os desafios econômicos da vida adulta.

1.4 JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo está na necessidade urgente de qualificar a educação financeira dos jovens brasileiros, garantindo que eles tenham as ferramentas necessárias para lidar com desafios financeiros ao ingressar na vida adulta. O impacto do analfabetismo financeiro pode ser percebido tanto em nível individual quanto social, pois o mau gerenciamento de recursos contribui para o endividamento excessivo, a inadimplência e até mesmo a exclusão econômica. Compreender as lacunas na formação financeira dos estudantes do ensino médio permite propor estratégias de ensino mais eficazes e alinhadas com a realidade do mercado financeiro.

O momento atual é oportuno para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que o Brasil tem enfrentado oscilações econômicas significativas, aumento da inflação e mudanças no mercado de trabalho, tornando essencial que os jovens compreendam esses fenômenos e saibam administrar seus recursos com maior responsabilidade. Além disso, com a recente inclusão da educação financeira na BNCC, é crucial avaliar se as estratégias pedagógicas adotadas são realmente eficazes na formação de cidadãos financeiramente conscientes.

A falta de conhecimento financeiro e econômico pode levar os jovens a decisões impulsivas que agravam sua vulnerabilidade financeira, como demonstrado no estudo técnico realizado pelo Banco Central do Brasil, sobre o mercado de apostas

online no Brasil (Estudo Especial nº 119/2024). Segundo essa análise, estima-se que 24 milhões de pessoas físicas participaram de jogos de azar e apostas *online* em 2024, sendo que 5 milhões delas pertenciam a famílias beneficiárias do Bolsa Família, enviando um total de R\$ 3 bilhões para essas plataformas. Desses, 4 milhões eram chefes de família, responsáveis diretos pelo benefício, e gastaram aproximadamente R\$ 2 bilhões através do Pix. Esse comportamento evidencia uma lacuna crítica na educação financeira dos jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, tornando essencial a implementação de estratégias educativas eficazes para evitar decisões financeiras impulsivas e prejudiciais ao bem-estar econômico e social da população.

Além disso, estudos internacionais também reforçam a conexão entre dificuldades financeiras e saúde mental. Segundo o relatório do Money and Mental Health Policy Institute (2024), metade (46%) das pessoas endividadas também apresentam algum transtorno mental, e pessoas com problemas de saúde mental são 3,5 vezes mais propensas a estarem endividadas em comparação com aquelas sem esses transtornos. Aproximadamente 39% dos entrevistados relataram que sua situação financeira agravou seus sintomas psicológicos, enquanto 63% afirmaram ter dificuldade para tomar decisões financeiras durante períodos de crise. Esses dados evidenciam que a má gestão financeira pode intensificar quadros de ansiedade, depressão e até levar a pensamentos suicidas, como apontado no mesmo estudo, que estima mais de 100 mil tentativas de suicídio por ano no Reino Unido ligadas a problemas com dívidas.

A pesquisa busca preencher uma lacuna existente na literatura acadêmica ao abordar não apenas a falta de conhecimento sobre finanças pessoais, mas também sua relação com o contexto econômico do país e os impactos emocionais e profissionais gerados pela ausência desse aprendizado. Diferentes estudos já analisaram a importância da educação financeira, mas poucos exploram suas consequências diretas no bem-estar psicológico dos jovens e na sua produtividade no ambiente de trabalho. Assim, este estudo traz uma abordagem mais ampla e integrada, contribuindo para um debate mais aprofundado sobre a necessidade de preparar os jovens para um cenário econômico dinâmico e desafiador.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a relevância e a complexidade da educação financeira entre os jovens em fase de conclusão do ensino médio, torna-se imprescindível recorrer a uma base teórica sólida. O referencial teórico tem como objetivo embasar o estudo por meio da análise de conceitos, teorias e autores que discutem a administração financeira pessoal, os hábitos de consumo, a importância do planejamento financeiro e o papel da educação nesse processo. Essa fundamentação oferece suporte à investigação, possibilitando uma visão crítica e aprofundada sobre a realidade enfrentada pelos estudantes, além de contribuir para a construção de possíveis soluções que favoreçam sua autonomia e bem-estar financeiro.

2.1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em pesquisa realizada pelo banco digital Nubank, com parceria do Instituto Ipsos (2024), a população brasileira passa apenas 2% da sua vida adulta (dos 18 aos 58 anos) se preocupando com sua gestão financeira (pagar contas, registrar gastos, investimentos, salário etc.). O que seria aproximadamente 7 dias completos por ano que a população brasileira estaria cuidando do seu patrimônio. Enquanto isso, o uso de telas ficou em 12% do total da vida adulta.

Nigro (2018, p.14) enfatiza a carência de educação financeira no Brasil:

Infelizmente, a imensa maioria das pessoas no Brasil cresceu sem ter recebido noções de educação financeira, seja informalmente, no núcleo familiar, ou formalmente, na escola ou faculdade. Geração após geração, o brasileiro se tornou pouco poupador e nada habituado a observar os próprios gastos, deixando tudo para depois, inclusive a busca por conhecimento básico sobre finanças e investimentos. O brasileiro se acostumou a ser mal remunerado, seja recebendo salários baixos ou rendimentos desfavoráveis oferecidos pelos bancos, e a achar que isso é normal, que não pode ser diferente. Nigro (2018, p.14)

Kiyosaki (2018) critica diretamente o sistema educacional por não ensinar nada sobre dinheiro. Ele argumenta que as escolas se concentram em habilidades acadêmicas e profissionais, preparando as pessoas para trabalhar por dinheiro, mas não para fazer o dinheiro trabalhar para elas. Kiyosaki contrasta as visões de seus dois pais sobre educação: um, altamente instruído academicamente, mas pobre financeiramente, que o incentivava a estudar para conseguir um bom emprego; o

outro, com menos instrução formal, mas rico, que o ensinou a entender como o dinheiro funciona e a fazê-lo trabalhar. Para Kiyosaki, a educação financeira é uma forma de poder mais poderosa que o próprio dinheiro.

2.1.1 Definição de educação financeira

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2009), a educação financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores aprimoram seu entendimento sobre produtos, conceitos e riscos financeiros. Por meio de informações, orientações e/ou aconselhamento imparcial, desenvolvem habilidades e confiança para reconhecer riscos e oportunidades, tomar decisões conscientes, saber onde buscar ajuda e adotar atitudes que contribuam para o seu bem-estar financeiro. Dessa forma, a educação financeira vai além da simples oferta de informações e orientações, que, por sua vez, devem ser regulamentadas, especialmente para garantir a proteção dos clientes em relações contratuais no mercado financeiro.

Já no Brasil, a definição de educação financeira é dada pela Estratégia Nacional De Educação Financeira (ENEF) (2013), baseada na definição da OCDE, mas adaptada para a realidade brasileira. Segundo a ENEF (2013, p. 3), educação financeira é

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. ENEF (2013, p. 3)

Cerbasi (2019) define educação financeira como saber fazer escolhas inteligentes e que produzam efeitos positivos por mais tempo, com base filosófica, entendimento sobre pessoas e autoconhecimento

2.2 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL E NO MUNDO

A PISA (Programme for International Student Assessment), ou Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, é uma avaliação aplicada pela Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a cada três anos, com o objetivo de medir a capacidade de estudantes de 15 anos de idade de aplicar seus conhecimentos e habilidades em situações do cotidiano. A avaliação é aplicada em dezenas de países e é considerada uma das mais relevantes no mundo quando o assunto é educação comparada.

Além das áreas tradicionais — leitura, matemática e ciências — a PISA também avalia, em ciclos específicos, o letramento financeiro dos estudantes. Essa área foi incluída na avaliação a partir de 2012, e sua importância cresce com o reconhecimento de que habilidades financeiras básicas são fundamentais para a vida adulta. A PISA define letramento financeiro como a capacidade de compreender conceitos financeiros e aplicar conhecimentos, atitudes e comportamentos para tomar decisões financeiras eficazes em diversas situações, contribuindo assim para o bem-estar individual e social.

No contexto atual, onde adolescentes já lidam com questões financeiras como mesadas, cartões pré-pagos e consumo digital, o desenvolvimento dessas competências torna-se essencial para evitar o endividamento precoce e promover hábitos saudáveis de consumo e poupança.

A PISA classifica os estudantes em cinco níveis de proficiência em letramento financeiro, que vão do nível 1 (o mais básico) até o nível 5 (o mais avançado), sendo o nível 2 o nível mínimo recomendado. No nível 1, os estudantes demonstram habilidades muito básicas, como reconhecer valores e identificar informações financeiras simples. Eles têm dificuldades em realizar tarefas que envolvam interpretação de documentos financeiros ou tomada de decisões.

No nível 2, considerado o nível mínimo adequado pela OCDE, os alunos já são capazes de aplicar conceitos simples, como fazer comparações de preços ou compreender extratos bancários básicos. Eles conseguem tomar decisões financeiras elementares.

No nível 3, os estudantes mostram maior autonomia, sendo capazes de analisar produtos financeiros simples, calcular juros ou descontos e avaliar vantagens e desvantagens em situações de compra ou poupança.

No nível 4, os alunos demonstram domínio mais avançado de conceitos financeiros, como inflação, risco e planejamento financeiro. São capazes de lidar com informações complexas e tomar decisões mais elaboradas.

Por fim, no nível 5, os estudantes são altamente proficientes. Eles conseguem

interpretar e resolver problemas financeiros não usuais, analisar diferentes formas de crédito, planejar objetivos de longo prazo e agir com responsabilidade diante de situações financeiras variadas e complexas.

A avaliação da OCDE conhecida como PISA passou a incluir, em ciclos específicos, a análise do letramento financeiro dos estudantes de 15 anos. O Brasil participou dessa avaliação nos anos de 2015, 2018 e 2022. Os resultados evidenciam desafios persistentes e apontam para a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento de competências financeiras entre os jovens.

Em 2015, o Brasil alcançou uma pontuação média de 420 pontos em letramento financeiro, o que já indicava um desempenho abaixo da média dos países da OCDE. Embora esse resultado tenha colocado o país entre os participantes com menor pontuação, a performance foi relativamente estável. Naquele ciclo, uma parcela significativa dos estudantes brasileiros demonstrava dificuldades em compreender conceitos básicos como orçamento, juros e decisões de compra simples. Mais de 20% dos alunos estavam no nível 1 ou abaixo, evidenciando limitações severas para lidar com situações financeiras do cotidiano.

No ciclo seguinte, em 2018, o Brasil apresentou o seu pior desempenho histórico, com uma pontuação média de 393 pontos, o menor valor entre todos os países participantes. Essa queda expressiva em relação a 2015 acendeu um alerta para o aprofundamento das fragilidades na formação financeira dos jovens. A PISA identificou que os estudantes brasileiros, além de apresentarem baixo desempenho em termos absolutos, também ficaram abaixo do esperado quando comparados com os resultados obtidos nas áreas de leitura e matemática. Esse dado sugere que o letramento financeiro no Brasil não se beneficia plenamente das competências desenvolvidas em outras áreas do conhecimento.

Já em 2022, houve uma recuperação parcial, com o Brasil alcançando 416 pontos. Esse crescimento de 23 pontos em comparação com 2018 foi um avanço importante, especialmente após o impacto da pandemia de COVID-19 na educação global. No entanto, o país ainda se manteve bem abaixo da média da OCDE, que foi de 498 pontos. Além disso, mais de 40% dos estudantes brasileiros continuaram a apresentar desempenho no nível 1 ou inferior, o que significa que eles não possuem as habilidades básicas necessárias para tomar decisões financeiras simples e seguras. Apenas uma pequena parcela dos alunos brasileiros atingiu os níveis mais altos de proficiência (níveis 4 e 5), o que demonstra uma ausência generalizada de

pensamento crítico e capacidade analítica no campo financeiro.

Ao analisar o desempenho do Brasil em letramento financeiro na PISA 2022, é possível compará-lo a países com economias de nível semelhante ou até inferior. Essa comparação evidencia como o desempenho educacional não está diretamente vinculado apenas ao tamanho da economia, mas também à efetividade das políticas públicas voltadas à educação financeira.

Quando comparado à Colômbia, país latino-americano com indicadores econômicos similares, o Brasil foi superado. A Colômbia alcançou 428 pontos na média, com um percentual menor de estudantes abaixo do nível 2. Esse resultado pode estar relacionado ao investimento crescente em educação financeira nos últimos anos, com programas implementados em escolas públicas e parcerias com instituições financeiras para fomentar o tema entre os jovens.

O Peru também apresentou um desempenho semelhante ao do Brasil, com média de 412 pontos. Assim como o Brasil, o país enfrenta desafios estruturais em seu sistema educacional, como a escassez de recursos didáticos e desigualdade entre regiões urbanas e rurais. Ainda assim, o Peru busca desenvolver estratégias de educação financeira em colaboração com organismos internacionais e instituições de ensino.

A Indonésia, uma economia emergente com vasto território e desafios de infraestrutura, obteve média de 398 pontos, abaixo do Brasil. O país tem desenvolvido políticas de inclusão financeira, mas ainda carece de mecanismos eficazes para integrar o tema de forma ampla no currículo escolar, especialmente nas regiões mais isoladas.

Já o Marrocos registrou um dos piores desempenhos entre os países participantes da PISA 2022, com média de 387 pontos. A maioria dos estudantes marroquinos apresentou desempenho inferior ao nível 2, semelhante ao cenário brasileiro.

O maior destaque foi a China, com uma média de 610 pontos, essa região liderou o ranking global. Apenas cerca de 5% dos estudantes chineses estavam abaixo do nível 2, o que revela um nível elevado de compreensão e aplicação de conceitos financeiros. O sucesso pode ser atribuído a um ensino rigoroso, com forte ênfase em matemática e resolução de problemas, além de uma cultura social que valoriza o planejamento financeiro e a disciplina.

A Estônia também teve um desempenho notável, com média de 540 pontos. O

país lidera entre as nações europeias e tem como diferencial um sistema educacional eficiente, inclusivo e moderno. A educação financeira é incorporada ao currículo desde os primeiros anos escolares, com foco no desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico dos estudantes. Além disso, a formação dos professores estonianos é sólida, o que garante qualidade na aplicação do conteúdo.

Outro país que se destaca é a Finlândia, tradicionalmente reconhecida pela qualidade do seu sistema de ensino. Com pontuação superior a 520 pontos, os estudantes finlandeses demonstram excelente capacidade de análise e decisão em questões financeiras. Isso se deve a um modelo pedagógico centrado no bem-estar do aluno, que valoriza a interdisciplinaridade, a confiança nos professores e o ensino por meio de situações práticas do cotidiano.

Apesar das particularidades culturais e regionais, os países que mais se destacaram na PISA 2022 possuem características em comum. Todos eles incorporaram a educação financeira aos currículos escolares desde cedo, valorizam a formação contínua dos professores, incentivam o diálogo familiar sobre finanças e promovem o acesso dos jovens a experiências práticas com o dinheiro, de forma segura e orientada. Além disso, o desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, tomada de decisão e planejamento de vida aparece como prioridade nesses sistemas educacionais.

O relatório “OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy” é uma pesquisa internacional coordenada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em parceria com a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE). É um levantamento global que busca avaliar o nível de letramento financeiro entre adultos de 18 a 79 anos. Em 2023, participaram 39 países e economias, incluindo membros da OCDE e do G20.

O objetivo central da pesquisa é mensurar o quanto a população adulta consegue lidar com decisões financeiras do cotidiano. Para isso, a avaliação considera três componentes principais: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitudes financeiras. Além disso, o relatório apresenta dados sobre literacia digital financeira, bem-estar financeiro e experiências com produtos e serviços do sistema financeiro, como crédito, poupança e seguros.

As pontuações atribuídas vão de 0 a 100 pontos. Segundo a metodologia da OCDE, é considerado que um adulto atinge um nível satisfatório de letramento financeiro quando atinge pelo menos 70 pontos, valor definido como pontuação

mínima recomendada.

No resultado geral da pesquisa, a média global dos países participantes foi de 60 pontos, enquanto a média dos países da OCDE foi de 63 pontos. Em comparação, o Brasil obteve uma pontuação média de 54 pontos, ficando abaixo da média mundial e bem distante da média das economias mais desenvolvidas.

Apenas 24% dos adultos brasileiros atingiram o nível mínimo recomendado (70 pontos), o que indica que mais de 75% da população adulta do país apresenta um letramento financeiro considerado insuficiente. Isso significa que grande parte dos brasileiros não domina conceitos básicos como juros compostos, planejamento de longo prazo, comparação de produtos financeiros ou segurança no ambiente digital.

Na análise dos três pilares da pesquisa, o desempenho do Brasil foi igualmente preocupante. Em conhecimento financeiro, embora muitos compreendam conceitos como inflação ou risco, a maioria não consegue aplicar ideias mais complexas, como o valor do dinheiro no tempo ou o funcionamento de juros compostos — inclusive entre aqueles que já possuem algum tipo de investimento. Em comportamento financeiro, os brasileiros afirmam pensar antes de comprar, mas poucos comparam produtos financeiros entre instituições ou buscam aconselhamento independente. Quanto às atitudes financeiras, grande parte da população demonstra um viés para o consumo imediato, em detrimento do planejamento e da poupança para o futuro.

Além disso, o relatório aponta que os níveis de letramento financeiro no Brasil variam bastante entre os grupos sociais. Adultos com maior escolaridade, renda e emprego formal tendem a ter melhores resultados, enquanto pessoas com menos escolaridade, desempregadas, com renda mais baixa ou em situação de vulnerabilidade social obtêm as piores pontuações. Diferenças entre gêneros também foram observadas: as mulheres, em média, pontuaram ligeiramente abaixo dos homens, especialmente em conhecimento técnico financeiro.

Quando comparado a países com alto desempenho, como Hong Kong, Alemanha, Estônia, Canadá e Singapura, o Brasil apresenta uma diferença considerável. Esses países atingiram pontuações próximas ou superiores a 70 pontos. Em comum, eles mantêm políticas consolidadas de educação financeira, investem na formação de professores, integram conteúdos financeiros aos currículos escolares desde cedo e promovem campanhas públicas contínuas sobre o tema. Nessas nações, é comum que os adultos compreendam juros compostos, saibam comparar produtos financeiros e tenham atitudes prudentes em relação ao consumo e ao

planejamento de longo prazo.

Entre os países que apresentaram desempenho intermediário, como Chile, Colômbia e Malásia, observa-se uma pontuação ligeiramente superior à do Brasil. A Colômbia, por exemplo, obteve cerca de 56 pontos, superando o Brasil mesmo tendo desafios econômicos e sociais semelhantes. Isso se deve, em parte, à implementação de uma estratégia nacional de educação financeira, que envolve escolas, bancos e campanhas públicas. O Chile, por sua vez, apresenta uma abordagem semelhante, com maior inserção do tema na educação básica, o que também colabora para os resultados mais positivos.

No grupo dos países com desempenho inferior ao do Brasil, encontram-se nações como Paraguai, Cabo Verde e Lêmen, que registraram médias abaixo de 51 pontos. Nesses casos, as limitações econômicas e estruturais são ainda mais intensas, e o acesso à educação de qualidade é mais restrito. No entanto, mesmo diante dessas dificuldades, observa-se que esses países também estão buscando caminhos para desenvolver estratégias básicas de inclusão financeira e proteção do consumidor.

2.3 A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS DECISÕES DE CONSUMO

Em pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pelo portal de educação financeira 'Meu Bolso Feliz', que investigou o conceito e a prática do consumo consciente no Brasil. A pesquisa revela que, embora os brasileiros reconheçam a importância das atitudes cotidianas ligadas ao consumo para a sociedade, a prática individual dessas ações ainda é limitada. O estudo segmentou os consumidores em três categorias: 'consumidores conscientes' (acima de 80% de atitudes corretas), 'consumidores em transição' (entre 60% e 80%) e 'consumidores nada ou pouco conscientes' (abaixo de 60%). A conclusão geral é que o consumidor brasileiro se encontra, em média, em transição. Porém apenas uma pequena parcela (21,8%) pode ser considerada plenamente consciente. (Agência Brasil 2015)

A educação financeira exerce um papel essencial na maneira como os indivíduos tomam decisões de consumo, especialmente em um contexto de sociedade marcada pelo estímulo ao consumo imediato e pela oferta excessiva de produtos e serviços. Segundo Kahneman (2012), as pessoas utilizam dois sistemas distintos de pensamento. O Sistema 1 é automático, rápido e emocional; ele está sempre ativo e

toma decisões com base em intuições e experiências passadas. Já o Sistema 2 é mais lento, analítico e racional, exigindo esforço mental e concentração. No dia a dia, a maioria das decisões de consumo são guiadas pelo Sistema 1, o que pode levar a erros recorrentes, como o endividamento, compras por impulso ou a supervalorização de marcas e promoções enganosas. Nesse sentido, a educação financeira atua como uma ferramenta de fortalecimento do Sistema 2, ao estimular o raciocínio crítico, a análise de consequências e o planejamento de longo prazo.

Além disso, Thaler e Sunstein (2019), ao introduzirem o conceito de arquitetura da escolha, mostram que a forma como as opções são apresentadas influencia significativamente as decisões das pessoas. Um exemplo comum são vitrines de lojas ou aplicativos de compras que destacam produtos com base em cores, posições estratégicas ou promoções visuais — esses pequenos estímulos são chamados de nudges (ou “empurrõezinhos”), e mesmo sem que o consumidor perceba, afetam suas escolhas. Quando uma pessoa possui educação financeira, ela está mais preparada para identificar esses mecanismos de influência e resistir a decisões que não atendem aos seus objetivos pessoais e financeiros.

Essa irracionalidade sistemática também é explorada por Ariely (2020) em “Previsivelmente Irracional”, que revela como fatores psicológicos e contextuais distorcem nossas escolhas financeiras. Um dos exemplos mais marcantes é a ilusão do preço zero: quando um produto ou serviço é anunciado como “grátis”, as pessoas tendem a supervalorizá-lo, mesmo que o custo total da opção gratuita seja, na prática, maior do que outras alternativas mais vantajosas. A palavra “grátis” ativa emocionalmente o Sistema 1, gerando uma sensação de benefício imediato e ocultando a análise racional de custo-benefício. Sem educação financeira, o consumidor dificilmente percebe essa armadilha.

Outro comportamento recorrente destacado por Ariely (2020) é a procrastinação — o adiamento sistemático de decisões que envolvem esforço, como poupar dinheiro ou evitar compras supérfluas. Muitas pessoas reconhecem a importância de economizar ou organizar seu orçamento, mas adiam essas ações indefinidamente, o que impacta negativamente sua saúde financeira. A educação financeira, nesse contexto, pode atuar como uma ferramenta de autocontrole, ao estimular o planejamento e o compromisso com metas de longo prazo.

Além disso, Ariely (2020) também descreve o efeito de ancoragem, que ocorre quando o primeiro preço visto por uma pessoa serve de “âncora” para avaliar todos

os outros valores subsequentes. Por exemplo, ao ver um produto com preço inicial de R\$ 300, mesmo que ele seja “rebaixado” para R\$ 200, o consumidor sente que está fazendo um bom negócio, ainda que o produto nunca tenha valido R\$ 300. Isso mostra como os consumidores são suscetíveis a percepções manipuladas de valor — algo que pode ser evitado com uma educação financeira que estimule comparações reais e conscientes entre produtos e preços.

Outro fenômeno importante é o da relatividade, ou seja, a tendência das pessoas compararem opções entre si em vez de avaliá-las isoladamente. Essa comparação costuma ocorrer entre itens similares, o que pode ser estrategicamente manipulado pelo mercado. Um exemplo citado por Ariely (2020) é o uso de uma opção “chamariz”: ao oferecer três planos de assinatura, sendo dois deles de valores parecidos, mas um claramente inferior, o vendedor induz o consumidor a escolher o plano mais caro, apenas por parecer melhor em comparação direta.

Em “Como Organizar sua vida Financeira”, Cerbasi (2012) afirma que a educação financeira tem uma influência significativa nas decisões de consumo. Ele explica que quanto mais você aperfeiçoar sua organização financeira, menos dúvida terá na hora de fazer escolhas de consumo. Além disso, essas escolhas se tornarão mais eficientes. O autor também propõe que refletir sobre as escolhas de consumo é parte da prática do orçamento doméstico. O objetivo é alterar o padrão de consumo para obter mais qualidade e monitorar as novas escolhas. Projetar os gastos mensais ajuda a ter uma visão consistente das escolhas ao longo do tempo e a controlar os impulsos de consumo ao antecipar limitações financeiras

2.4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL

Uma pesquisa realizada pela Onze, fintech de Saúde Financeira e Previdência Privada do Brasil, mostrou que 47% dos brasileiros não conseguem organizar o próprio orçamento. Outros 59% responderam que não sabem se quer como fazer e 26% afirmaram que já tentaram, mas desistiram. (E Investidor Apud Lanza 2024).

Os brasileiros entrevistados também têm dificuldades em formar uma reserva financeira e se preparar de alguma forma para algum imprevisto ou até mesmo a aposentadoria, por exemplo. A maioria, 68%, não tem qualquer quantia guardada. Outros 62% responderam que pretendem fazer uma poupança pensando no futuro, mas ainda não conseguiram começar. (E Investidor Apud Lanza 2024).

A atual geração de jovens (Geração Z), também já vem enfrentando problemas com a gestão de seu dinheiro. Um estudo realizado pela Serasa (2023), apontou que uma em cada cinco pessoas que renegociaram as dívidas na Serasa em agosto de 2023 possuíam menos de 25 anos. Levando em comparação ao ano de 2021, o número de jovens que passaram a renegociar suas dívidas cresceu em 66%. Entre os segmentos que tiveram maior número de acordos fechados pelos jovens no período destaca-se o de telecomunicações, com 189,8 mil acordos. Essas são dívidas com empresas de telefone, celular, internet e TVs por assinatura. Em segundo lugar vieram as negociações com bancos, no total de 112,2 mil.

Para pessoas que estão em busca da sua aposentadoria ou que já conseguiram, o problema segue persistindo. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Opinion Box em parceria com o Serasa (2025) aponta que 7% dos aposentados admitem que não se planejaram para esse momento pelo menos 23% dos entrevistados prestes a se aposentar (em até dois anos) admite que não estão se planejando e outros 41% se planejam em partes (ou seja, podem ter iniciado um investimento, mas não seguiram à risca). Ainda de acordo com a pesquisa, 6 em cada 10 pessoas prestes a se aposentar só passaram a se organizar financeiramente nos últimos cinco anos, enquanto 70% passaram a complementar o salário com outra renda, no mesmo período.

2.4.1 Conceito e princípios básicos

Arcuri (2018) destaca a importância da educação financeira acessível e prática. Para ela, administrar o dinheiro é algo que deve ser ensinado desde cedo, de forma simples e clara, permitindo que qualquer pessoa, independentemente de sua renda, consiga tomar decisões mais inteligentes sobre seu próprio dinheiro. Ela compara o dinheiro a um cachorro, dizendo que, se ele não for "adestrado", acaba dominando a pessoa. Isso significa que, sem planejamento, o dinheiro controla nossas decisões, e não o contrário. Arcuri defende que a autonomia financeira é construída com base em organização, metas e atitudes diárias, e que a transformação financeira começa com uma mudança de mentalidade e comportamento (ARCURI, 2018).

Já Housel (2021), enfatiza que o sucesso financeiro não está diretamente ligado ao conhecimento técnico ou à inteligência lógica, mas sim ao comportamento humano. Segundo ele, muitas pessoas sabem o que devem fazer com seu dinheiro

(como poupar ou evitar dívidas), mas não conseguem colocar isso em prática porque são guiadas por emoções como medo, impulsividade e imediatismo. Housel dá exemplos de pessoas simples que acumularam grandes fortunas ao longo da vida apenas com disciplina e paciência, e de executivos ricos que perderam tudo por decisões emocionais e imprudentes. Ele mostra que ter autocontrole e uma mentalidade de longo prazo é mais eficaz do que apenas dominar fórmulas ou teorias sobre finanças (HOUSEL, 2021).

Clason (2002) apresenta os princípios da administração financeira por meio de parábolas ambientadas na antiga cidade da Babilônia. Um dos ensinamentos mais famosos do autor é: “Guarde pelo menos 10% de tudo o que você ganha” (CLASON, 2002, p. 24). Para Clason, o primeiro passo para alcançar a prosperidade financeira é poupar consistentemente uma parte da renda. Ele também ressalta a importância de investir esse dinheiro de maneira inteligente, para que ele possa gerar mais dinheiro no futuro. Seus ensinamentos, embora antigos, são aplicáveis até hoje porque tratam de princípios universais: gastar menos do que se ganha, investir com sabedoria e buscar conhecimento para tomar decisões financeiras melhores. Suas histórias demonstram que riqueza é construída com esforço contínuo e sabedoria prática.

Eker (2005), por sua vez, traz uma abordagem psicológica, ele afirma que todos possuem um “modelo financeiro”, ou seja, um conjunto de crenças formadas ao longo da vida que influenciam nossa forma de lidar com o dinheiro. Esse modelo é muitas vezes herdado dos pais, da cultura ou de experiências de vida, e pode ser limitador. Por exemplo, se uma pessoa cresce ouvindo que “dinheiro é sujo” ou “só ricos têm sorte”, ela pode inconscientemente evitar acumular riqueza. Eker ensina que é possível mudar esse modelo mental por meio da reprogramação de pensamentos e atitudes. Ele afirma que “o hábito de administrar as finanças é mais importante do que a quantidade de dinheiro que você tem” (EKER, 2005, p. 21), reforçando a ideia de que qualquer pessoa pode enriquecer se adquirir os hábitos certos, como controle de gastos, investimentos regulares e visão de longo prazo.

2.4.2 Orçamento pessoal e familiar

Segundo o Guia de Planejamento Financeiro da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o orçamento não é apenas uma lista de despesas, mas sim parte de um processo contínuo de planejamento que envolve autoconhecimento, metas

claras e disciplina. O guia define o planejamento financeiro como “um processo que ajuda as pessoas e as famílias a organizarem a sua vida financeira, por meio da elaboração de estratégias, a fim de atingirem seus objetivos de vida” (CVM, 2014, p. 3). Nesse contexto, o orçamento funciona como a ferramenta central que possibilita aplicar essas estratégias no cotidiano.

A CVM (2014) recomenda que o orçamento seja construído em etapas, começando pelo levantamento do patrimônio líquido (diferença entre ativos e passivos), seguido do registro detalhado das receitas e despesas, análise do fluxo de caixa mensal e, por fim, a definição de metas para o futuro. O processo deve ser ativo e adaptável, exigindo revisão e atualização constante. A instituição reforça que, para que o orçamento seja eficiente, é necessário registrar também despesas sazonais, como impostos, matrícula escolar e seguros, além de rendas extras como 13º salário e restituições do imposto de renda.

O guia ainda propõe uma divisão dos gastos em essenciais, não essenciais, investimentos e financiamentos, destacando que essa categorização ajuda a priorizar despesas e cortar excessos. A ferramenta fundamental desse processo é o fluxo de caixa, uma tabela que compara todas as receitas e despesas de um período e mostra se a família é superavitária (quando sobra dinheiro) ou deficitária (quando há mais gastos do que ganhos). A CVM afirma que “quanto maior for a capacidade de poupança, mais fácil será aumentar o patrimônio e atingir os objetivos de vida” (CVM, 2014, p. 7).

Outro aspecto importante destacado pela CVM (2014) é a reserva de emergência, que deve ser equivalente a pelo menos seis meses de despesas mensais. Essa reserva deve ser priorizada no orçamento e aplicada em investimentos de baixo risco e alta liquidez, funcionando como um “colchão financeiro” contra imprevistos como desemprego, problemas de saúde ou emergências familiares. A ausência dessa reserva é apontada como um dos principais fatores de desequilíbrio financeiro nas famílias brasileiras.

Complementando essa visão técnica, Cerbasi (2012), reforça que o orçamento é a base para toda construção patrimonial. Ele aponta que “gastar menos do que se ganha e investir a diferença com regularidade” (CERBASI, 2012, p. 45) é o princípio essencial da educação financeira. Cerbasi também destaca que um orçamento bem estruturado permite tomar decisões mais racionais e estratégicas, inclusive em momentos de crise. Ele defende o uso de planilhas simples, com divisão clara das

receitas e despesas fixas e variáveis, e que esse controle seja periódico (mensal, quinzenal ou semanal, conforme a necessidade).

Também, Cerbasi (2014) trata do orçamento como uma ferramenta que também promove o diálogo e a harmonia nas relações familiares. Para ele, muitos casais enfrentam conflitos por não compartilharem um plano financeiro comum. O autor recomenda que o orçamento familiar seja construído em conjunto, com base em objetivos compartilhados e regras claras para o uso do dinheiro, respeitando os perfis de consumo de cada indivíduo e ajustando expectativas.

Uma das formas práticas de estruturar o orçamento é por meio do método 50/30/20, que ganhou popularidade por sua simplicidade e efetividade. Criado pela especialista norte-americana Elizabeth Warren, o método propõe que 50% da renda líquida seja destinada às necessidades essenciais (como alimentação, moradia, transporte e contas básicas), 30% aos desejos e estilo de vida (lazer, viagens, assinaturas, etc.) e 20% à poupança e investimentos (formação de reserva de emergência, previdência ou outros objetivos financeiros). Essa divisão ajuda a manter o equilíbrio entre o presente e o futuro, permitindo que o indivíduo ou família vivam com qualidade sem abrir mão de uma vida financeira sustentável. (SERASA 2024).

2.4.3 Controle de gastos

Em estudo realizado pela DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) (2025), no mês de março, a Cidade de São Paulo apresentou um custo médio da cesta básica em R\$880,72. A pesquisa também levou em consideração o salário mínimo líquido, após o desconto de 7,5% da Previdência Social, o trabalhador precisou comprometer 62,72% da remuneração para adquirir os produtos da cesta básica, que é suficiente para alimentar um adulto durante um mês.

A DIEESE (2025), também realiza uma estimativa de quanto seria o salário mínimo mensal familiar (com base em uma família de quatro pessoas). No mês de março, o salário mínimo necessário para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência seria de R\$ 7.398,94.

De acordo com levantamento da Salary Fits, empresa do grupo SERASA (2025), 54% dos brasileiros chegam ao fim do mês sem dinheiro para pagar as contas, levando muitos a buscarem outras formas de renda, como cartão de crédito, trabalhos

temporários ou ajuda de familiares, para cobrir despesas básicas como contas, alimentação e combustível.

2.4.3.1 Endividamento e planejamento de dívidas

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic 2025), 77,1% das famílias estavam endividadas no mês de março de 2025 e 12,1% dessas famílias afirmaram não ter condições de quitar suas dívidas. Na pesquisa também foi apresentado que o percentual de famílias inadimplentes por mais de 90 dias está em 47,6% das famílias entrevistadas.

De acordo com o Indicador de Reincidência da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) (2024), oito em cada dez consumidores retornam para os cadastros de negativação menos de um ano após o pagamento de uma conta negociada. A pesquisa apontou que, em maio de 2025, do total de negativações, 83,48% foram de devedores reincidentes, isto é, haviam sido inadimplentes nos últimos 12 meses.

2.4.4 Poupança e investimentos: conceitos iniciais

Clason (2002), destaca a importância da disciplina no ato de poupar. Segundo ele, a base de toda prosperidade está no simples hábito de guardar pelo menos 10% de tudo o que se ganha. Para Clason (2002 p. 67), “o ouro vem com alegria para aquele que separa não menos que um décimo de seus ganhos para criar um fundo para seu futuro e o de sua família”. Essa abordagem destaca o papel da poupança como um ato sistemático de autocuidado financeiro. Contudo, o autor vai além: poupar por si só não é suficiente; é preciso fazer com que o dinheiro poupado trabalhe para você por meio de investimentos seguros e bem escolhidos.

Gustavo Cerbasi (2009), amplia esse conceito ao sugerir que o planejamento financeiro deve diferenciar poupança de curto prazo e investimentos de longo prazo. Ele recomenda que o indivíduo antes de se aventurar em investimentos mais arriscados ele deverá formar, inicialmente, um “Patrimônio Mínimo de Sobrevivência” (PMS). Após essa etapa, o excedente financeiro deve ser direcionado para investimentos que tragam maior rentabilidade, de acordo com o perfil e os objetivos do investidor. Cerbasi também alerta para a armadilha da “falsa segurança” da

poupança: apesar de ser culturalmente aceita no Brasil, ela oferece baixo retorno e pode não proteger o dinheiro da inflação.

Kiyosaki (2018), por sua vez, propõe uma visão provocadora ao afirmar que “poupadores são perdedores” em cenários inflacionários. Ele argumenta que manter o dinheiro parado em contas sem rendimentos ou “embaixo do colchão” faz com que o valor real dos recursos diminua com o tempo. Segundo o autor, o caminho para a riqueza é a construção de ativos, ou seja, bens que geram renda passiva. Ele acredita que investir é uma forma de fazer o dinheiro trabalhar para o indivíduo, e não o contrário.

2.4.4.1 Reserva de emergência

Para Cerbasi (2009), a reserva de emergência deve ser entendida como um Patrimônio Mínimo de Sobrevivência (PMS), um montante financeiro que garanta o sustento da pessoa ou da família em períodos de instabilidade. O autor recomenda que esse valor corresponda a pelo menos seis meses de despesas essenciais, o que inclui moradia, alimentação, transporte, saúde e educação. Ele alerta que muitos brasileiros cometem o erro de não formar essa base de segurança e, quando se deparam com uma crise, acabam recorrendo a empréstimos caros ou ao crédito rotativo, o que agrava ainda mais a situação financeira.

Para calcular o valor da reserva, Cerbasi (2009), sugere que se faça um levantamento detalhado das despesas mensais fixas. A partir desse valor, multiplica-se por seis, ou até doze meses, dependendo do grau de estabilidade da renda. Por exemplo, trabalhadores autônomos, com rendimentos variáveis, devem considerar uma reserva maior, próxima de um ano de despesas. Cerbasi ainda recomenda que os recursos da reserva de emergência sejam alocados em aplicações conservadoras, de baixo risco e alta liquidez. Entre essas opções, destaca-se o Tesouro Selic, um título público federal atrelado à taxa básica de juros da economia, que combina segurança e possibilidade de resgate diário. Também são indicados os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com liquidez diária, oferecidos por bancos e protegidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) até determinado limite.

Nigro (2018) complementa essa visão, ressaltando que a reserva de emergência não deve apenas ser vista como uma proteção, mas também como uma reserva de oportunidades. O autor defende que, ao manter uma quantia bem estruturada em

investimentos de liquidez imediata, o indivíduo também poderá aproveitar situações vantajosas no mercado, como a compra de ações em baixa ou a aquisição de bens com preços atrativos.

Ambos autores não recomendam a caderneta de poupança, também afirmam que a popularidade da poupança se deve, principalmente, ao desconhecimento generalizado da população sobre outras opções de investimento, e não à sua eficiência. Nigro (2018) evidencia que, mesmo com centenas de bilhões de reais aplicados, a poupança oferece um dos piores retornos do mercado financeiro. Ele aponta que o rendimento da poupança gira em torno de 70% da taxa Selic, o que, em cenários de juros baixos, resulta em um retorno real negativo — ou seja, o dinheiro aplicado perde valor ao longo do tempo.

2.4.4.2 Ativo ou passivo

Kiyosaki (2018) destaca fundamentalmente a distinção entre ativos e passivos como o alicerce para a construção de riqueza. Para Kiyosaki, entender essa diferença e priorizar a aquisição de ativos constitui a regra número um para quem almeja a riqueza.

De forma concisa e prática, o autor define um ativo como algo que coloca dinheiro no seu bolso, independentemente de você trabalhar ou não. Em contrapartida, um passivo é aquilo que retira dinheiro do seu bolso. Kiyosaki observa que a classe rica se dedica a adquirir ativos, enquanto a classe pobre possui apenas despesas, e a classe média, frequentemente, acumula passivos, erroneamente acreditando que sejam ativos.

O autor desafia a crença popular de que a casa própria é um ativo. Segundo sua perspectiva, a casa, na maioria das vezes, gera despesas, configurando-se como um passivo. Kiyosaki (2018) argumenta que a falta de proficiência financeira, tanto na compreensão de termos quanto na leitura de números, é a raiz dos problemas financeiros, levando as pessoas a confundirem ativos com passivos. Ele enfatiza que a definição de um ativo ou passivo não reside nas palavras em si, mas no fluxo de caixa que eles geram.

2.4.4.3 Investimentos

Em estudo sobre o panorama dos investimentos no Brasil, a 7ª edição do Raio X do Investidor Brasileiro, realizada pela Anbima em parceria com o Datafolha (2024), apurou que a caderneta de poupança se mantém como o produto financeiro mais utilizado pelos brasileiros, alcançando 25% da população. Outros investimentos relevantes incluem títulos privados (5%), fundos de investimento (4%), compra e venda de imóveis (4%) e moedas digitais (4%). A participação em ações na bolsa de valores é observada em 2% da população.

Ao analisar os investimentos por classe social, o relatório detalha que, na classe A/B, a poupança é utilizada por 31%, seguida por títulos privados (10%) e fundos de investimento (8%). Na classe C, 27% da população investe na caderneta de poupança, com percentuais menores em outras modalidades. Já na classe D/E, a poupança também lidera com 17%, apresentando uma distância significativa para outros tipos de investimento. (Anbima 2024).

No que diz respeito à parcela da população que não participa do mercado de investimentos, o estudo revela que 63% dos brasileiros e brasileiras não realizam investimentos. Este percentual se manteve relativamente estável em comparação com o ano de 2022, quando atingiu 64%. Dentro desse grupo de não investidores, uma parcela significativa de 52% declara não guardar dinheiro de forma alguma. (Anbima 2024).

Em levantamento realizado pelo banco Nubank (2024), a renda fixa se destacou como a principal classe de ativos em termos de rentabilidade no ano de 2024. Especificamente, o rendimento do Tesouro Selic 2025 foi de +10,87%, o Tesouro Selic 2026 de +10,92%, o Tesouro Selic 2027 de +11,10%, o Tesouro Selic 2029 de +11,12%, e os CDBs 100% do CDI de +10,88%, porém a poupança com o seu mesmo grau de risco apresentou um rendimento apenas de +7,03%.

Na parte de renda variável, a Bolsa de Valores (Ibovespa) encerrou 2024 com uma desvalorização de 10,36%. O dólar registrou uma valorização expressiva de 27,3%, saltando de R\$ 4,85 para R\$ 6,18. Por outro lado, o Bitcoin destacou-se como o ativo de renda variável com a maior valorização em 2024, alcançando um aumento de aproximadamente 183%. (Nubank 2024).

2.5 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que a educação financeira seja um dos temas transversais a serem desenvolvidos nas diferentes disciplinas dos currículos dos estados e municípios. A sua inclusão como tema transversal implica que deve ser abordada de forma integrada e contextualizada, e não como uma disciplina isolada. Essa abordagem busca incorporar temas contemporâneos que impactam a vida humana em escala local, regional e global, nos currículos escolares e nas propostas pedagógicas. (Cenpec Apud Castro 2020).

2.5.1 Currículo escolar do ensino médio

Os materiais de educação financeira destinados ao Ensino Médio, elaborados pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), são compostos por diversas Situações Didáticas (SDs). Essas situações utilizam textos, histórias, imagens e tabelas relacionados a temas relevantes para a realidade dos estudantes. Ao final de cada SD, há uma proposta prática denominada “Experimente!”, a qual, em alguns casos, orienta o uso do Caderno do Aluno para registros e anotações, enquanto outras atividades podem ser desenvolvidas nos cadernos comuns. (CONEF 2013).

O conteúdo está organizado em três blocos temáticos. O Bloco 1 trata de situações relacionadas à vida pessoal e familiar no curto prazo. O Bloco 2 enfoca o médio e o longo prazo nessas mesmas esferas. Já o Bloco 3 aborda questões ligadas aos bens públicos, à economia nacional e à economia global. Cada bloco inicia-se com uma SD intitulada “O que você já sabe?”, que visa auxiliar o aluno a refletir sobre suas práticas financeiras e relembrar conhecimentos prévios. (CONEF 2013).

As SDs apresentam diversos recursos gráficos e pedagógicos, além dos textos e da seção “Experimente!”. O item “Cara a Cara” tem como objetivo verificar a aprendizagem em cada SD, propondo uma lista de verificação no Caderno do Aluno com os objetivos alcançados. As caixas de texto denominadas “Pisca Alerta” destacam orientações importantes para evitar armadilhas financeiras comuns. Ademais, ícones específicos evidenciam aspectos como a responsabilidade socioambiental e a tomada de decisões de forma autônoma. (CONEF 2013).

A fundamentação pedagógica dos materiais didáticos elaborados pelo CONEF baseia-se em dois eixos estruturantes: as dimensões espaciais e temporal. A

dimensão espacial considera os diferentes níveis de organização social — individual, local, regional, nacional e global — e busca compreender como as ações financeiras de um indivíduo impactam o coletivo, e vice-versa. Já a dimensão temporal estabelece uma conexão entre passado, presente e futuro, destacando que decisões financeiras tomadas no presente podem gerar consequências significativas no decorrer da vida. A proposta pedagógica parte do princípio de que o aprendizado se torna mais significativo quando ancorado em situações reais do cotidiano dos alunos, permitindo que eles construam uma relação prática e reflexiva com os conteúdos abordados. (CONEF 2013).

A Educação Financeira nas escolas é estruturada com base em sete objetivos fundamentais. Primeiramente, busca-se formar para a cidadania, compreendida como o exercício ativo e responsável dos direitos e deveres civis, políticos e sociais. A educação financeira, nesse sentido, contribui para a construção de uma sociedade democrática, justa e participativa, ao oferecer aos estudantes condições para compreender e intervir de maneira ética e crítica na realidade. Em segundo lugar, objetiva-se ensinar a consumir e poupar de forma ética, consciente e responsável. Em um contexto de estímulo constante ao consumo, é essencial que os jovens desenvolvam critérios que os ajudem a tomar decisões alinhadas aos seus valores, necessidades reais e ao bem-estar coletivo, considerando também os impactos socioambientais dessas escolhas. (CONEF 2013).

Além disso, outro objetivo do programa é fornecer conceitos e ferramentas que promovam a autonomia na tomada de decisões financeiras. Ao compreender a linguagem financeira e reconhecer os fatores que influenciam suas escolhas, inclusive os de natureza emocional e comportamental, os estudantes tornam-se mais aptos a resistir às pressões externas, como a publicidade, e a desenvolver uma postura crítica diante das informações que circulam na sociedade. Também se busca, com esse programa, ajudar os jovens a projetar e realizar seus próprios sonhos e objetivos, por meio de um planejamento financeiro responsável, baseado na realidade socioeconômica de cada um. (CONEF 2013).

Esses objetivos são operacionalizados por meio do desenvolvimento de dez competências essenciais que os alunos devem desenvolver, entre as quais se destacam a capacidade de organizar e planejar o orçamento pessoal e familiar; a habilidade de analisar criticamente o consumo e os investimentos; a compreensão da função social do dinheiro; o estímulo ao comportamento empreendedor; e o

entendimento do funcionamento das economias nacional e global. (CONEF 2013).

Paralelamente, tramita o Projeto de Lei nº 2747/2024, que propõe a instituição da educação financeira como disciplina obrigatória no currículo da educação básica, abrangendo escolas públicas e privadas em todo o território nacional. O parlamentar Marcos Tavares, autor do projeto, argumenta que a ausência de conhecimento financeiro é um problema significativo no Brasil, país em que grande parte da população se encontra endividada. O projeto sugere um conteúdo programático mínimo que inclui: conceitos básicos de economia e finanças; planejamento financeiro pessoal e familiar; uso consciente do crédito e do endividamento; poupança e investimento; empreendedorismo e inovação; direitos do consumidor e proteção financeira; bem como tecnologias financeiras e segurança digital. (Câmara dos Deputados Apud Viana e Oliveira 2024).

2.5.2 A preparação dos professores para o ensino da educação financeira

O portal Educação Financeira na Escola (2022) apresenta um programa do governo federal do Brasil, desenvolvido em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Ministério da Educação (MEC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O objetivo principal da iniciativa é formar professores da educação básica para que atuem como multiplicadores da educação financeira no ambiente escolar.

O treinamento dos professores é realizado por meio de uma plataforma de ensino a distância (EaD), disponibilizada de forma gratuita. Os cursos ofertados são voltados para diferentes níveis de ensino, abrangendo o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e o Ensino Universitário. A metodologia empregada visa não apenas a formação teórica, mas também a aplicação prática dos conceitos de educação financeira, capacitando os docentes a orientar os estudantes na construção de hábitos financeiros saudáveis e na tomada de decisões conscientes sobre a gestão de recursos financeiros. (Ministério da Educação 2022).

2.6 JOVENS CONCLUINTEs DO ENSINO MÉDIO: PERFIL E COMPORTAMENTO FINANCEIRO

A juventude atual, especialmente os concluintes do ensino médio pertencentes à

chamada Geração Z, apresenta características singulares em seu perfil social, educacional e financeiro. Essa geração, nascida entre o final dos anos 1990 e meados dos anos 2010, cresceu imersa em um ambiente tecnológico e globalizado, o que influencia diretamente seus comportamentos e expectativas em relação ao mercado de consumo e à gestão de suas finanças pessoais. Segundo Moraes, Andrade Neto e Souza (2016), a Geração Z demonstra um comportamento de consumo marcadamente diferente das gerações anteriores. Altamente conectados, esses jovens possuem acesso imediato à informação e são impulsionados por estímulos constantes oriundos das redes sociais e do ambiente digital. Tais características moldam seus hábitos de consumo, fazendo com que busquem satisfação rápida e instantânea, muitas vezes influenciados por fatores emocionais mais do que por necessidades racionais

No tocante ao comportamento financeiro, a pesquisa de Silva, Santos e Souza (2023) aponta que grande parte dos jovens não realiza um planejamento financeiro adequado, o que pode ser explicado por uma combinação de fatores: falta de conhecimento sobre educação financeira, ausência de disciplina e hábitos de consumo impulsivo. Aproximadamente 47% dos jovens entrevistados declararam não controlar suas finanças pessoais, sendo as principais justificativas a falta de conhecimento sobre como gerir o dinheiro, a preguiça e a falta de disciplina.

O impacto desse comportamento desorganizado manifesta-se em níveis elevados de inadimplência entre jovens brasileiros. A facilidade de acesso ao crédito, especialmente por meio de cartões e compras on-line, aliada ao estímulo incessante das redes sociais, impulsiona o consumo desmedido. Conforme afirmam Silva, Santos e Souza (2023), o consumo impulsivo, atrelado à ausência de educação financeira familiar e escolar, gera consequências como o endividamento precoce, a perda da qualidade de vida e a dificuldade de construção de um patrimônio sólido

Outro aspecto relevante que compõe o perfil financeiro dos jovens conluintes do ensino médio é a influência da renda per capita e do contexto socioeconômico. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) demonstram que aproximadamente 15% dos jovens entre 15 e 29 anos não estudavam, não trabalhavam e não procuravam trabalho em 2021, sendo fatores como a necessidade de cuidar de afazeres domésticos e a falta de oportunidades educacionais e profissionais apontados como principais motivos (DIEESE, 2022)

O comportamento financeiro dos jovens também pode ser compreendido à luz

da teoria da motivação humana de Maslow (1954) e Herzberg (1964), abordada por Santos (2019). Segundo esses autores, a motivação para o consumo e a gestão financeira está relacionada às necessidades de segurança e autorrealização. Contudo, quando os jovens não possuem suas necessidades básicas satisfeitas, sua capacidade de planejar financeiramente é comprometida, reforçando padrões de consumo impulsivo e decisões financeiras pouco racionais.

A percepção de justiça organizacional, especialmente da justiça distributiva, também tem influência no comportamento financeiro dos jovens ao ingressarem no mercado de trabalho. De acordo com Santos (2019), indivíduos da Geração Z valorizam o reconhecimento e a percepção de equidade na distribuição de recompensas e salários, fatores que afetam diretamente sua satisfação no trabalho e, conseqüentemente, seu comportamento financeiro pessoal

Diante desse cenário, a educação financeira surge como um elemento crucial. Conforme evidenciado por Silva, Santos e Souza (2023), a educação financeira não se limita apenas à gestão do dinheiro, mas também à promoção de uma melhor qualidade de vida, baseada em escolhas conscientes e sustentáveis. Ao proporcionar conhecimentos sobre poupança, investimento e controle de gastos, a educação financeira capacita os jovens a enfrentar desafios econômicos, a evitar o endividamento e a construir um futuro mais seguro e estável.

2.7 RESUMO DO REFERENCIAL TEÓRICO

O Quadro 1 apresenta um resumo da fundamentação teórica, sintetizando os principais conceitos e abordagens sobre educação financeira, o comportamento financeiro da juventude, e as iniciativas educacionais voltadas para a promoção da gestão financeira pessoal. A partir das fontes consultadas, foram abordados aspectos como a influência das tecnologias digitais e das redes sociais nos hábitos de consumo da Geração Z, a importância da educação financeira nas escolas como ferramenta de prevenção ao endividamento, e a relação entre o planejamento financeiro e as dificuldades econômicas enfrentadas pelos jovens.

Quadro 1 - Resumo da fundamentação teórica.

TEMA	ENFOQUE	DEFINIÇÃO SINTETIZADA	AUTOR (ES)
Educação Financeira	Educação Financeira	Pouco tempo ao cuidado com o próprio dinheiro, Falta de educação financeira, dificuldade para planejar gastos, poupar e investir.	Nubank (2024), Nigro (2018), Kiyosaki (2018),
	Definição	Processo de adquirir conhecimentos, habilidades e valores que permitem tomar decisões conscientes e responsáveis sobre o uso do dinheiro, visando o bem-estar individual e coletivo, por meio do autoconhecimento, orientação clara e compreensão dos riscos e oportunidades do mercado financeiro.	OCDE (2009), ENEF (2013), Cerbasi (2019)
Evolução da Educação Financeira no Brasil e no Mundo	Nível de Educação Financeira dos Brasileiros tanto entre jovens quanto adultos	O desempenho do Brasil em letramento financeiro, tanto entre jovens quanto adultos, revela baixos níveis de conhecimento e habilidades para lidar com o dinheiro, destacando a necessidade urgente de políticas públicas e ações educativas eficazes para promover uma cultura financeira mais consciente e responsável em todas as faixas etárias.	OCDE Pisa (2025), OCDE Pisa (2018), OCDE Pisa (2022), OCDE Infe (2023),
A Influência da Educação Financeira nas Decisões de Consumo	Influência da Educação Financeira nas Decisões de Consumo	A educação financeira é fundamental para desenvolver um consumo mais consciente, ajudando as pessoas a resistirem a impulsos, reconhecerem estratégias de manipulação do mercado e tomarem decisões mais racionais, especialmente em um cenário marcado pelo apelo ao consumo imediato.	(SPC Brasil 2015), Kahneman (2012), Thaler e Sunstein (2019), Ariely (2020), Cerbasi (2009)
Administração Financeira Pessoal	Conceitos e princípios Básicos	A Verdadeira educação financeira vai além do conhecimento técnico, sendo construída por hábitos, mentalidade, disciplina e comportamento consciente em relação ao dinheiro.	Arcuri (2018), Housel (2021), Clason (2002), Eker (2005),
	Orçamento Pessoal e Familiar	Orçamento é uma ferramenta essencial e estratégica de planejamento financeiro, que organiza a vida econômica, promove equilíbrio entre gastos e metas e fortalece a segurança familiar e individual.	CVM (2014), Cerbasi (2012), Cerbasi (2014), SERASA (2024)
	Controle de Gastos	Alto custo de vida no Brasil e a insuficiência do salário mínimo para cobrir as necessidades básicas das famílias, o que leva grande parte da população ao endividamento e à busca por fontes alternativas de renda.	DIEESE (2025), SERASA (2025)

	Endividamento e Planejamento de Dívidas	Cenário preocupante de endividamento no Brasil, com alta inadimplência e reincidência, indicando que muitas famílias enfrentam dificuldades persistentes para manter a saúde financeira mesmo após quitar dívidas.	Peic (2025), SPC Brasil e CNDL (2025)
	Poupança e Investimentos	A construção da estabilidade e prosperidade financeira exige disciplina para poupar, formação de uma reserva de emergência como base de segurança, e compreensão clara da diferença entre ativos — que geram renda — e passivos — que geram despesas, permitindo decisões mais conscientes e estratégicas no processo de investimento.	Clason (2002), Cerbasi (2009), Kiyosaki (2018), Nigro (2018), Anbima (2024), Nubank (2024)
Educação Financeira no Ensino Médio	Currículo Escolar do Ensino Médio	Os materiais do CONEF para o Ensino Médio integram práticas pedagógicas contextualizadas com foco na autonomia financeira dos estudantes, promovendo cidadania e consciência crítica, enquanto o Projeto de Lei nº 2747/2024 propõe tornar a educação financeira disciplina obrigatória em todo o país.	CONF (2013), Câmara dos Deputados Apud Viana e Oliveira (2024).
	Preparação dos Professores para o Ensino da Educação Financeira	O programa “Educação Financeira na Escola” forma gratuitamente professores da educação básica via EaD, capacitando-os a ensinar práticas financeiras conscientes aos alunos,	Educação Financeira na Escola (2022), Ministério da Educação (2022).
Jovens Concluintes do Ensino Médio	Perfil e Comportamento Financeiro	Marcada por impulsividade, influência digital e pouca educação financeira, a Geração enfrenta desafios como inadimplência precoce e dificuldade de planejamento.	Morais, Andrade Neto e Souza (2016), Silva, Santos e Souza (2023), DIEESE (2022), Maslow (1954) Herzberg (1964), Santos (2019).

Fonte: próprio autor, 2025

3. METODOLOGIA

A metodologia científica constitui um dos pilares fundamentais de qualquer investigação acadêmica, sendo responsável por orientar o percurso adotado pelo pesquisador na busca por respostas aos problemas formulados. Mais do que um simples conjunto de técnicas, a metodologia representa um processo lógico, coerente e sistemático que confere cientificidade ao estudo. Conforme afirma Gil (2002), a metodologia de pesquisa envolve o conjunto de procedimentos adotados para a realização de uma pesquisa, desde a formulação do problema até a apresentação dos resultados.

3.1 DELINEAMENTO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido por meio de uma abordagem quantitativa, a qual se caracteriza pela coleta e análise de dados numéricos com o objetivo de identificar padrões, relações e tendências dentro do fenômeno estudado. A pesquisa foi realizada em nível descritivo, buscando observar, registrar e analisar as características de um grupo específico, sem manipulação das variáveis. Para isso, foi aplicada uma enquete, composta por um questionário com perguntas fechadas, permitindo a obtenção de informações objetivas e diretas dos participantes. Com base nesses dados, foi possível utilizar técnicas estatísticas que embasarão as conclusões da pesquisa.

A pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso de dados numéricos e de instrumentos estatísticos na coleta e análise das informações. De acordo com Gil (2002), essa abordagem tem como objetivo principal quantificar opiniões, comportamentos e outras variáveis previamente definidas, permitindo a identificação de padrões e relações entre os fenômenos estudados. Para isso, utiliza-se uma estrutura de coleta de dados padronizada, comumente composta por questionários, escalas e testes estruturados.

Segundo Silva, Lopes e Braga Júnior (2014), a pesquisa quantitativa é recomendada quando o problema está claramente delimitado e há conhecimento prévio consistente sobre o tema. Nessa perspectiva, o pesquisador já conhece as variáveis envolvidas, domina os aspectos essenciais do objeto de estudo e pode, assim, construir instrumentos fechados, como escalas de atitude e formulários

objetivos. Os autores destacam que “só se faz pesquisa de natureza quantitativa quando se conhece as qualidades e se tem controle do que se vai pesquisar” (SILVA; LOPES; BRAGA JÚNIOR, 2014, p. 3).

Gil (2002) reforça que a pesquisa quantitativa demanda rigor na definição da amostra e no controle das variáveis envolvidas, buscando garantir a representatividade dos dados e a objetividade dos resultados. Isso é possível graças ao emprego de métodos estatísticos que permitem tanto análises descritivas — como cálculo de média, mediana e desvio padrão — quanto inferenciais, como testes de hipóteses e modelos multivariados.

Silva, Lopes e Braga Júnior (2014) também salientam que a escolha pela abordagem quantitativa deve considerar o grau de conhecimento existente sobre o fenômeno. Assim, quando o objeto de estudo é novo ou pouco explorado, a pesquisa qualitativa é mais apropriada. Já quando se dispõe de conhecimento consolidado, a abordagem quantitativa torna-se viável e eficaz.

No que se refere à pesquisa descritiva, Gil (2002) explica que ela tem como finalidade a caracterização de determinada população ou fenômeno, ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis, indo além da simples coleta de dados ao organizar e apresentar sistematicamente as informações obtidas.

Outro instrumento importante dentro das técnicas quantitativas é a enquete. Para Gil (2002), trata-se de um método ágil e econômico de obtenção de dados, adequado principalmente quando o objetivo é captar opiniões ou atitudes de um grande número de pessoas. Contudo, o autor destaca que a enquete possui menor profundidade analítica, sendo mais indicada para diagnósticos preliminares e sondagens exploratórias.

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

No contexto da pesquisa quantitativa, os conceitos de população e amostra são essenciais para a estruturação metodológica de um estudo. De acordo com Gil (2002), população é o conjunto total de elementos que compartilham uma ou mais características comuns e que se deseja investigar. Como exemplo, pode-se considerar uma pesquisa sobre hábitos financeiros entre estudantes do ensino médio, na qual a população é composta por todos os alunos do último ano de escolas públicas

de determinada localidade.

Contudo, em função de limitações como tempo, recursos financeiros e logísticos, torna-se inviável estudar a totalidade dos elementos da população. Nesse cenário, utiliza-se uma amostra, que, conforme Gil (2002), é uma parcela representativa da população, escolhida segundo critérios estatísticos com o objetivo de garantir a validade e a generalização dos resultados. O autor afirma que “a amostragem é necessária porque, na maioria dos casos, é impossível ou inviável estudar todos os elementos da população, sendo necessário selecionar uma parte representativa dela para que se possa fazer inferências confiáveis” (GIL, 2002, p. 121).

A importância da representatividade da amostra também é destacada por Silva, Lopes e Braga Júnior (2014), ao observarem que uma seleção criteriosa dos participantes permite maior controle sobre as variáveis e assegura a consistência dos resultados. Para esses autores, a definição da amostra está diretamente ligada à clareza do problema de pesquisa e ao conhecimento prévio sobre o fenômeno investigado, sendo indispensável na pesquisa quantitativa.

No presente estudo, a amostra foi definida por meio de amostragem não probabilística por conveniência, em razão da facilidade de acesso aos participantes e das restrições de tempo e recursos disponíveis. Esse tipo de amostragem, conforme Gil (2002), caracteriza-se pela seleção de elementos acessíveis ao pesquisador, sendo frequentemente utilizada em estudos acadêmicos e exploratórios.

Segundo Hair et al. (2009), em pesquisas quantitativas, o tamanho da amostra deve seguir a regra mínima de possuir pelo menos cinco vezes mais observações do que o número de variáveis analisadas. Assim, ao considerar o número de questões do questionário (excluídas as questões de perfil), multiplicado por cinco, obteve-se o número mínimo de respondentes necessários para a validação estatística do estudo, totalizando uma amostra de 110 respondentes. Dessa forma, o total de questionários a serem distribuídos foi definido com base nesse cálculo, assegurando que a amostra atendesse ao critério metodológico recomendado.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Segundo Gil (2002), o questionário estruturado é um dos principais instrumentos utilizados na pesquisa do tipo levantamento (survey). Caracteriza-se por conter perguntas padronizadas e fechadas, isto é, questões com alternativas

previamente determinadas, facilitando a tabulação e análise estatística dos dados. O autor ressalta que a elaboração desse tipo de questionário deve obedecer a critérios de clareza, precisão e objetividade, a fim de evitar ambiguidade ou indução nas respostas.

O questionário estruturado é adequado principalmente quando o pesquisador possui um conhecimento prévio e consolidado sobre o objeto de estudo e suas variáveis. Conforme destacado por Silva, Lopes e Braga Júnior (2014), esse instrumento é especialmente eficaz em pesquisas quantitativas nas quais se buscam mensurações numéricas e o controle de variáveis bem definidas. Para isso, o pesquisador deve ter domínio das dimensões do objeto de estudo e utilizar escalas apropriadas.

A construção de um bom questionário requer etapas rigorosas, incluindo a definição clara dos objetivos da pesquisa, a elaboração das perguntas, a escolha da forma de aplicação (presencial, por telefone, *online*), e a realização de um pré-teste. O pré-teste tem a finalidade de verificar se os respondentes compreendem as questões como esperado e se a estrutura do questionário está adequada ao público-alvo. Gil (2002) enfatiza que o pré-teste é uma etapa fundamental para garantir a validade e a confiabilidade do instrumento.

O instrumento de coleta de dados desta pesquisa consistiu em um questionário estruturado, elaborado com base nos objetivos do estudo e no referencial teórico previamente desenvolvido. O conteúdo do questionário contemplou aspectos da educação financeira, como administração financeira pessoal, hábitos de consumo, orçamento, poupança e investimentos, e encontra-se disponível integralmente no Apêndice A deste trabalho.

Antes de sua aplicação definitiva, o questionário passou por um pré-teste realizado com 5 estudantes, a fim de verificar a clareza das perguntas, o tempo de resposta e a compreensão dos termos utilizados. Esse processo permitiu identificar pequenos ajustes necessários na redação de algumas questões, que foram devidamente corrigidos para garantir maior objetividade e precisão das respostas.

A aplicação final ocorreu em formato impresso, contemplando estudantes concluintes do ensino médio em duas escolas estaduais e uma escola privada no município de Carlos Barbosa, Rio Grande do Sul. O período de coleta foi do dia 03 a 12 de setembro, e o procedimento foi realizado de forma presencial, assegurando a participação voluntária dos respondentes.

A população total das três escolas do município de Carlos Barbosa é de 237 alunos, desse total, foram distribuídos 175 questionários, dos quais 164 retornaram devidamente preenchidos. resultando em uma taxa de resposta de aproximadamente 69%. Esses dados constituem a base para as análises apresentadas no capítulo seguinte, apoiando a discussão dos resultados da pesquisa.

3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Segundo Gil (2002), a análise de dados deve ser compatível com os objetivos da pesquisa e com a natureza dos dados obtidos. Em pesquisas quantitativas, os dados são, em geral, tratados por meio de técnicas estatísticas, as quais permitem a descrição, a comparação e a inferência sobre o comportamento das variáveis envolvidas. O autor ressalta que a análise quantitativa envolve a codificação, a tabulação e à aplicação de testes estatísticos, os quais podem ser univariados, bivariados ou multivariados.

Nesse contexto, a codificação consiste na conversão das respostas dos participantes em símbolos numéricos, facilitando a posterior manipulação estatística. Em seguida, realiza-se a tabulação, que é a organização dos dados em tabelas e quadros estatísticos, possibilitando uma visão geral e a extração de frequências, médias e outras medidas. Gil (2002) enfatiza que a análise estatística deve ser precedida por uma etapa de verificação da consistência e da completude dos dados, assegurando sua qualidade e confiabilidade.

Conforme Silva, Lopes e Braga Junior (2014), a análise de dados quantitativos pode ser realizada em três níveis: univariado, bivariado e multivariado. A análise univariada refere-se ao exame de uma única variável por vez, utilizando-se medidas de tendência central, como média, moda e mediana, bem como medidas de dispersão, como o desvio padrão. Essa etapa tem como objetivo descrever o comportamento geral das variáveis e detectar possíveis valores extremos ou inconsistências.

A análise bivariada, por sua vez, busca identificar relações entre duas variáveis. De acordo com os autores, nesse nível são aplicados testes estatísticos inferenciais, como o teste qui-quadrado, o teste t de Student, a correlação de Pearson, entre outros, a depender do tipo de variável e da distribuição dos dados. Tais testes permitem avaliar a existência de associações ou diferenças significativas entre grupos ou categorias. (Silva, Lopes e Braga Junior, 2014)

Já a análise multivariada envolve o estudo simultâneo de três ou mais variáveis, sendo recomendada em situações em que se deseja entender de maneira mais abrangente as interações entre múltiplas variáveis. (Silva, Lopes e Braga Junior, 2014)

Os dados obtidos por meio dos questionários impressos foram inicialmente organizados em planilhas eletrônicas, de modo a facilitar a sistematização e o tratamento das informações. Cada resposta foi codificada e tabulada, respeitando-se a estrutura das questões e garantindo a fidelidade ao conteúdo fornecido pelos respondentes.

A análise seguiu uma abordagem quantitativa, buscando identificar padrões, tendências e a frequência das respostas. Para isso, foram calculadas medidas estatísticas simples, tais como percentuais, frequências absolutas e relativas, que possibilitaram a interpretação objetiva dos resultados.

Além disso, as informações foram representadas de forma visual por meio de gráficos e tabelas, elaborados com o auxílio de ferramentas digitais de análise de dados (Microsoft Excel). Esses recursos visuais foram fundamentais para tornar a interpretação mais clara e acessível, permitindo uma melhor compreensão dos aspectos centrais da pesquisa.

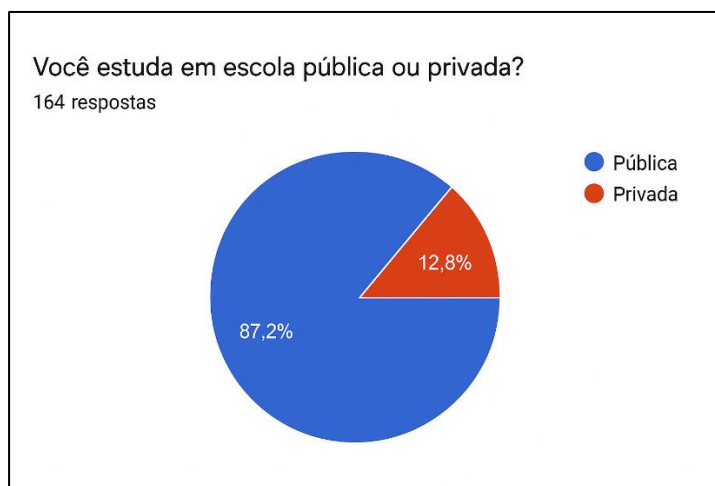
Dessa forma, os dados coletados foram compilados de maneira sistemática, garantindo confiabilidade e coerência metodológica, servindo como base para as análises e discussões apresentadas nos capítulos subsequentes deste trabalho.

4. DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

Para a execução desta pesquisa dispôs-se de 164 questionários respondidos, e o período de aplicação da pesquisa foi de 03 a 12 de setembro de 2025.

A primeira questão teve como objetivo identificar se os respondentes estudam em escola pública ou privada. Conforme apresentado no Gráfico 01, buscou-se compreender o perfil educacional dos participantes, de modo a caracterizar o tipo de instituição frequentada e estabelecer um ponto de partida para a análise dos dados.

Gráfico 1 - Você estuda em escola pública ou privada?

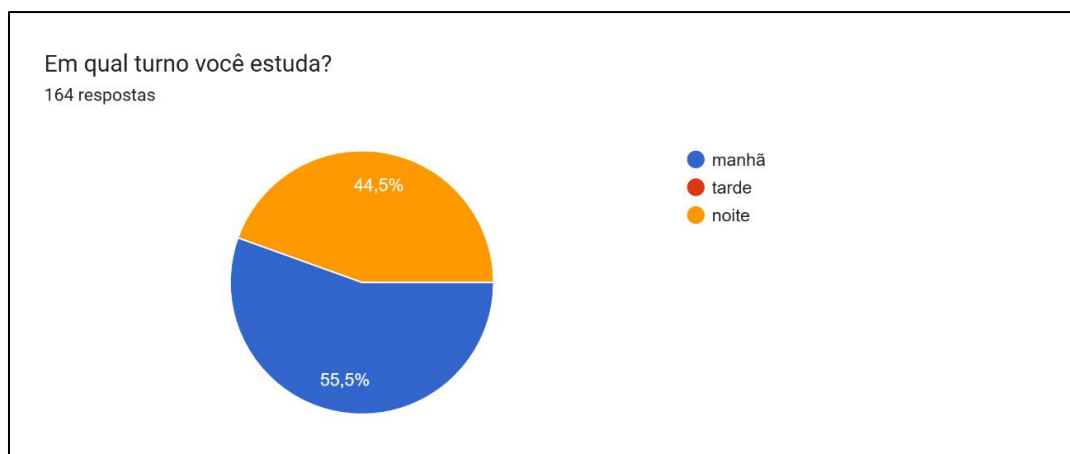


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Com base nos resultados, 87,2% dos respondentes informaram estudar em escola pública, enquanto 12,8% declararam frequentar instituições privadas. Esse dado demonstra uma predominância do ensino público entre os participantes, o que reflete a maior abrangência e acesso desse tipo de instituição no contexto educacional.

A segunda questão buscou identificar em qual turno os respondentes estudam, de modo a compreender melhor sua rotina escolar e o período de maior frequência nas instituições de ensino. Conforme apresentado no Gráfico 02, buscou-se evidenciar se os estudantes se concentram no período da manhã, tarde ou noite.

Gráfico 2 – Em qual turno você estuda?

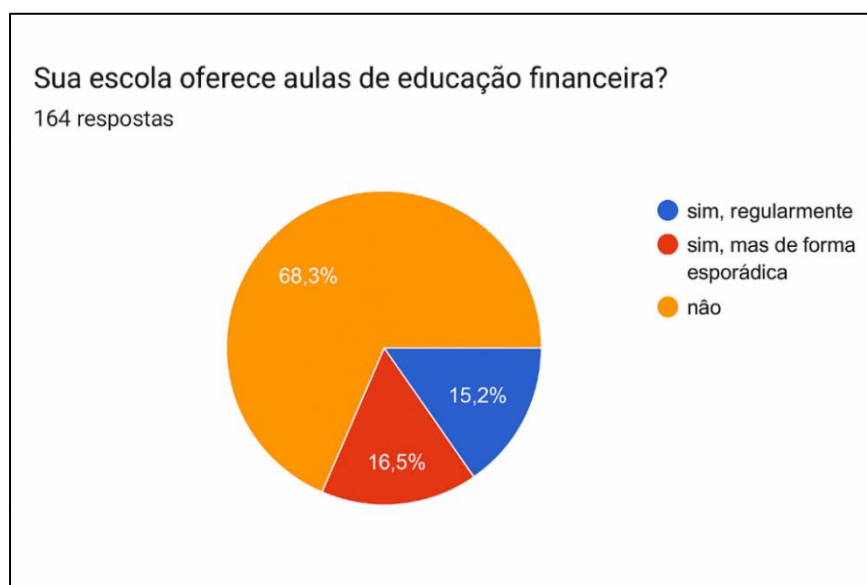


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Com base nos resultados, 55,5% dos respondentes informaram estudar no turno da manhã, enquanto 44,5% declararam frequentar o período da noite. Não houve registros de estudantes no turno da tarde, o que evidencia uma predominância dos turnos matutino e noturno entre os participantes da pesquisa.

A terceira questão teve como objetivo verificar se as escolas oferecem aulas de educação financeira, buscando compreender a inserção desse conteúdo no ambiente escolar e sua frequência. Conforme apresentado no Gráfico 03, a intenção foi identificar se a disciplina está presente de maneira regular, esporádica ou se ainda não faz parte da grade curricular dos respondentes.

Gráfico 3 – Sua escola oferece aulas de educação financeira?

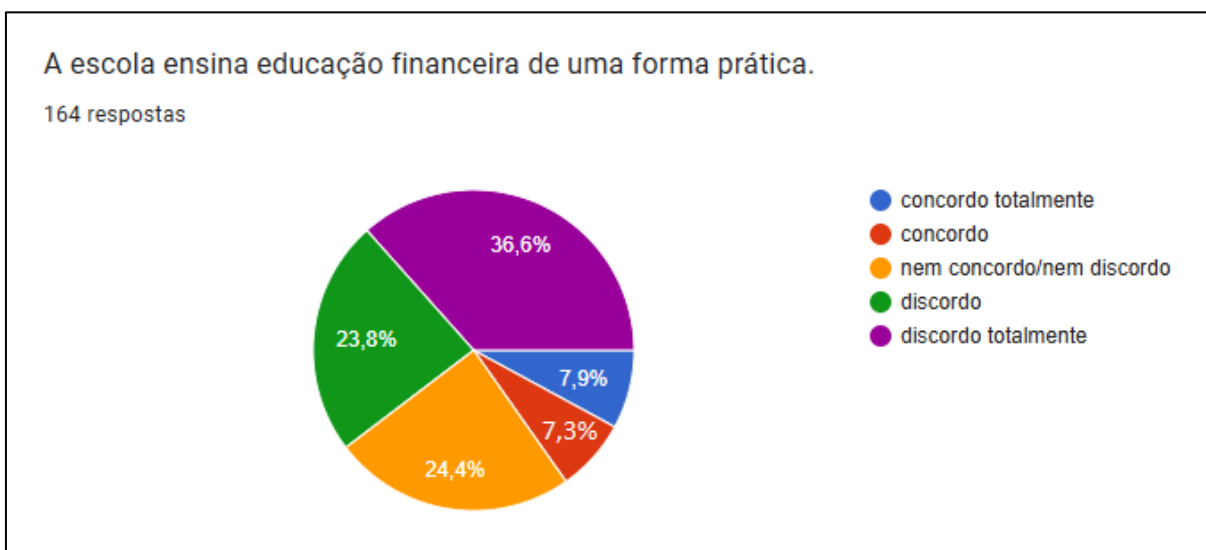


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Com base nos resultados, 68,3% dos participantes informaram que suas escolas não oferecem aulas de educação financeira, enquanto 16,5% declararam que esse conteúdo é trabalhado de forma esporádica. Apenas 15,2% afirmaram receber aulas regulares sobre o tema. Esses dados evidenciam a ausência significativa da educação financeira na formação básica dos estudantes.

A quarta questão buscou compreender a percepção dos estudantes sobre a forma como a educação financeira é abordada em suas escolas, verificando se o ensino ocorre de maneira prática e aplicável ao cotidiano. Conforme demonstrado no Gráfico 04, procurou-se captar o nível de concordância dos respondentes em relação a essa afirmação.

Gráfico 4 - A escola ensina educação financeira de uma forma prática.



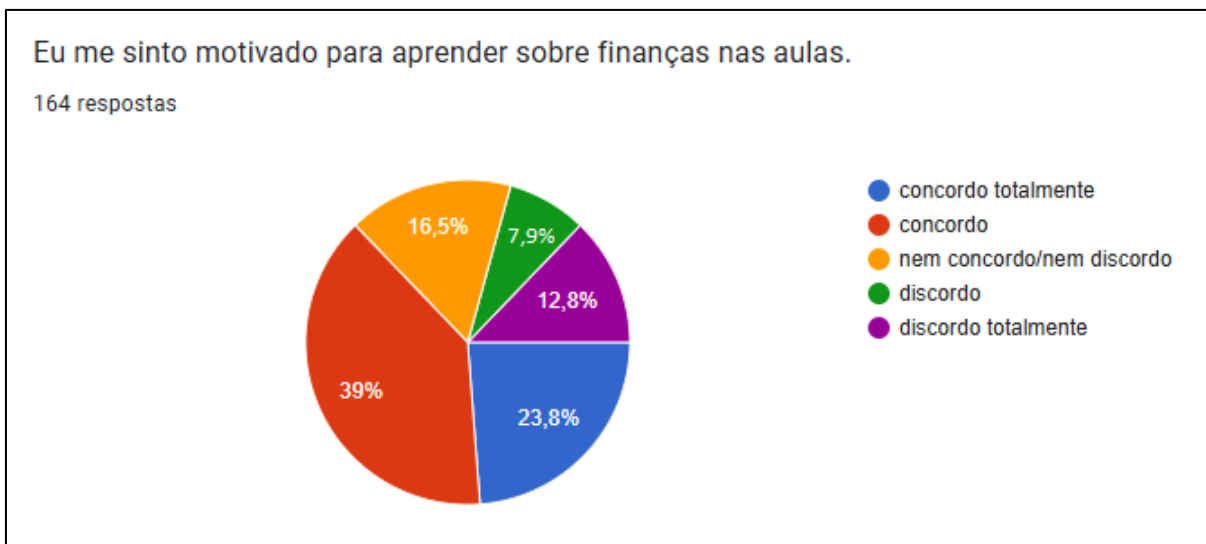
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Com base nos resultados, 36,6% dos estudantes afirmaram discordar totalmente de que a escola ensina educação financeira de forma prática, enquanto 23,8% declararam apenas discordar. Além disso, 24,4% se mantiveram neutros, indicando nem concordar nem discordar da afirmação. Por outro lado, apenas 16% dos respondentes (7,9% concordam totalmente e 8,1% concordam) reconheceram que o ensino ocorre de maneira prática. Esses dados revelam que a maioria dos participantes percebe uma fragilidade na abordagem prática da educação financeira no ambiente escolar.

A quinta questão buscou identificar o nível de motivação dos estudantes para aprender sobre finanças nas aulas, a fim de compreender o interesse e o engajamento

dos respondentes diante desse tema. Conforme apresentado no Gráfico 05, procurou-se verificar a percepção dos alunos em relação ao incentivo ao aprendizado de educação financeira.

Gráfico 5 – Eu me sinto motivado para aprender sobre finanças nas aulas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados demonstram que a maioria dos estudantes se sente motivada para aprender sobre finanças: 39% afirmaram concordar com a afirmação e 23,8% concordaram totalmente, totalizando 62,8% de respostas positivas. Esse dado evidencia que o tema desperta interesse e relevância entre os alunos, mostrando que, quando abordado em sala de aula, pode gerar engajamento e participação. Por outro lado, 16,5% permaneceram neutros, enquanto apenas uma parcela menor declarou discordar (7,9% discordaram e 12,8% discordaram totalmente). Dessa forma, pode-se afirmar que existe um campo favorável para o fortalecimento da educação financeira nas escolas, já que os estudantes demonstram disposição e motivação para aprofundar seus conhecimentos nessa área.

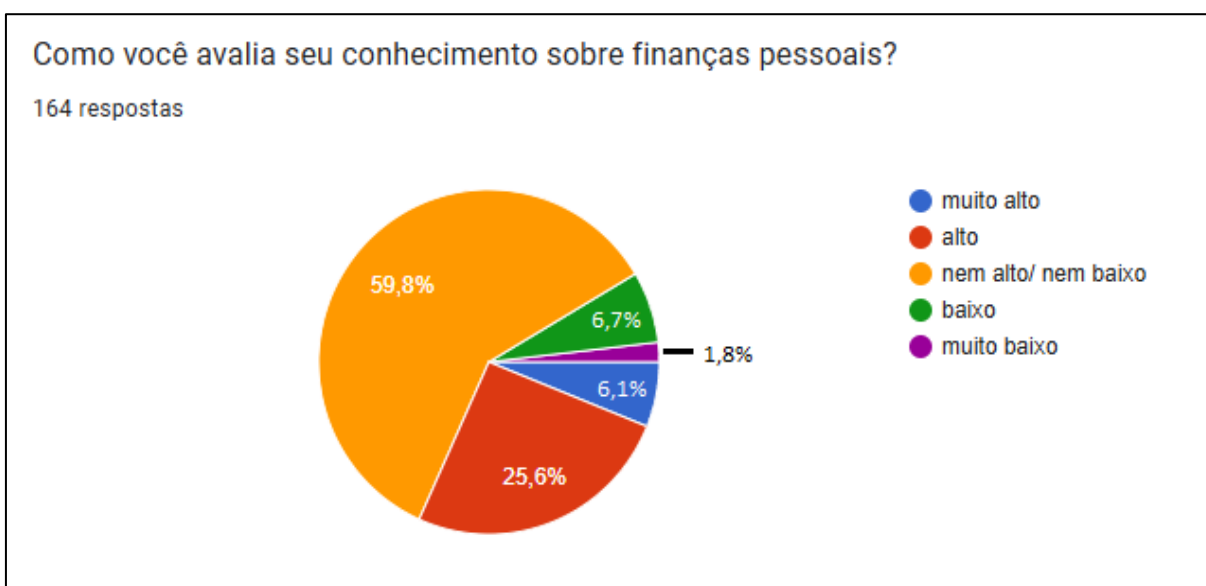
Ao comparar os resultados gerais com a divisão entre escolas públicas e privadas, percebe-se um cenário ainda mais interessante. Nas escolas públicas, embora a maioria também demonstre motivação para aprender educação financeira (com 19% concordando totalmente e 38% concordando), há uma distribuição mais heterogênea das respostas. Cerca de 19% dos estudantes se mantiveram neutros, e somados, 24% manifestaram algum grau de discordância. Esse equilíbrio entre motivação e resistência indica que, nessas instituições, fatores como metodologia,

contexto socioeconômico e experiências anteriores podem influenciar diretamente o interesse dos alunos pelo tema.

Por outro lado, nas escolas privadas, o engajamento aparece de forma significativamente mais intensa: 100% dos estudantes afirmaram concordar ou concordar totalmente com a afirmação, sendo a maioria (59%) no nível máximo de concordância. Essa diferença evidencia que, nesses ambientes, os alunos já demonstram uma predisposição muito elevada para aprender sobre finanças, possivelmente devido ao acesso a mais recursos pedagógicos, à presença mais frequente do tema no cotidiano familiar ou a uma cultura escolar que valoriza práticas de organização financeira desde cedo.

A sexta questão teve como objetivo avaliar a percepção dos estudantes em relação ao próprio conhecimento sobre finanças pessoais. Essa pergunta buscou compreender como os respondentes reconhecem suas competências na área, permitindo identificar possíveis lacunas e oportunidades de desenvolvimento.

Gráfico 6 – Como você avalia seu conhecimento sobre finanças pessoais?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

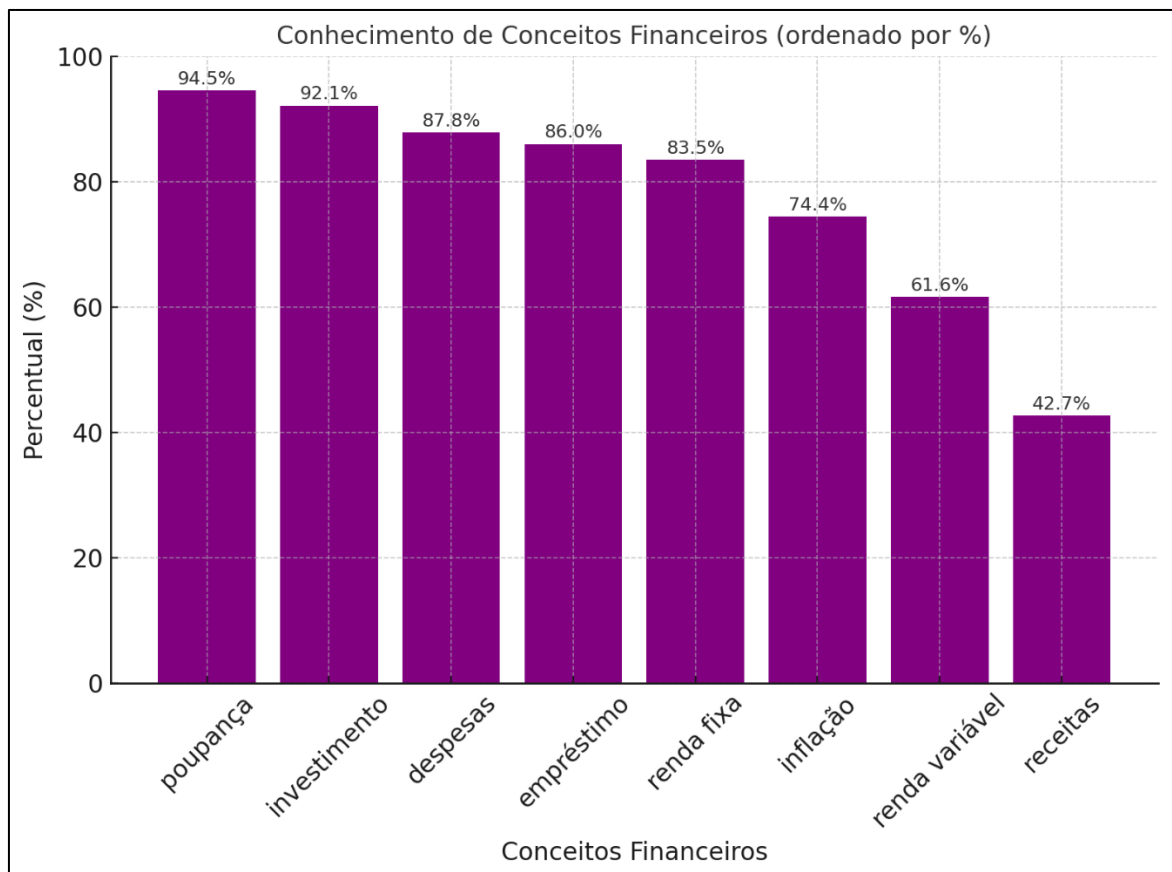
Com base nos resultados, observa-se que a maior parte dos estudantes (59,8%) avaliou seu conhecimento como nem alto/nem baixo, ou seja, em um nível intermediário. Além disso, 25,6% consideraram possuir um conhecimento alto e 6,7% avaliaram como muito alto, somando mais de 30% de percepções positivas. Em contrapartida, apenas uma minoria reconheceu possuir conhecimento reduzido: 5,5%

declararam baixo e 2,4% muito baixo.

Esses dados revelam que, embora ainda haja espaço para aprofundar os conteúdos de educação financeira, muitos estudantes já se sentem relativamente confiantes em relação ao tema.

A sétima questão buscou avaliar o nível de conhecimento dos estudantes em relação a conceitos específicos de finanças pessoais, permitindo identificar quais termos e práticas estão mais presentes no entendimento dos respondentes e quais ainda necessitam de maior aprofundamento.

Gráfico 7 – Quais conceitos financeiros você conhece?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados apontam que os conceitos mais reconhecidos pelos alunos são poupança (94,5%), investimento (92,1%), despesas (87,8%), empréstimo (86,0%) e renda fixa (83,5%), todos com percentuais superiores a 80%. Esses números demonstram que os estudantes possuem um bom domínio sobre conceitos básicos e amplamente difundidos no cotidiano.

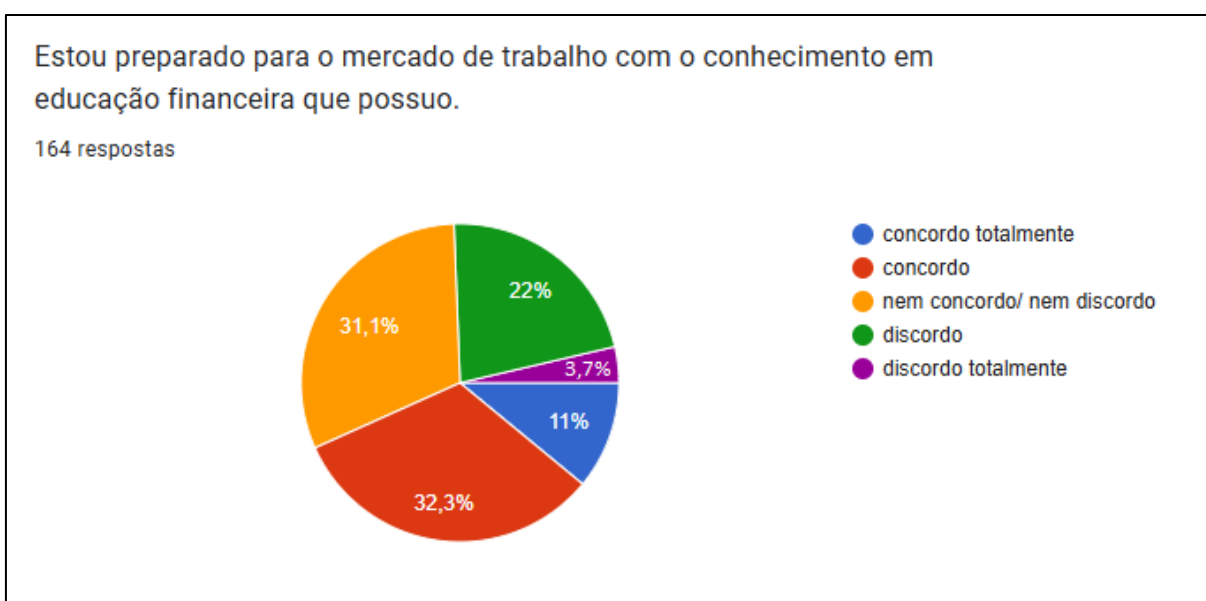
Por outro lado, quando se trata de conceitos que exigem maior compreensão

técnica ou menos recorrentes nas discussões escolares e familiares, os percentuais diminuem. Inflação foi reconhecida por 74,4% dos estudantes, enquanto renda variável obteve 61,6% e receitas apenas 42,7%, sendo este último o conceito com menor índice de reconhecimento.

Esses dados evidenciam que, embora exista um conhecimento satisfatório sobre temas mais comuns e práticos, ainda há fragilidades no entendimento de conceitos mais complexos ou menos explorados.

A oitava questão teve como objetivo avaliar a percepção dos estudantes em relação à sua preparação para o mercado de trabalho a partir do conhecimento em educação financeira que possuem. O intuito foi compreender se os respondentes se sentem confiantes e motivados diante das exigências que o mundo profissional demanda nesse aspecto.

Gráfico 8 – Estou preparado para o mercado de trabalho com o conhecimento em educação financeira que possuo.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados indicam que 43,3% dos participantes afirmaram estar preparados, sendo que 32,3% concordaram e 11,0% concordaram totalmente com a afirmação. Esses percentuais revelam que uma parcela significativa dos estudantes demonstra confiança e se sente motivada em relação ao conhecimento adquirido.

Por outro lado, 31,1% dos respondentes permaneceram neutros, ao indicar que nem concordam, nem discordam. Esse grupo representa estudantes que podem estar

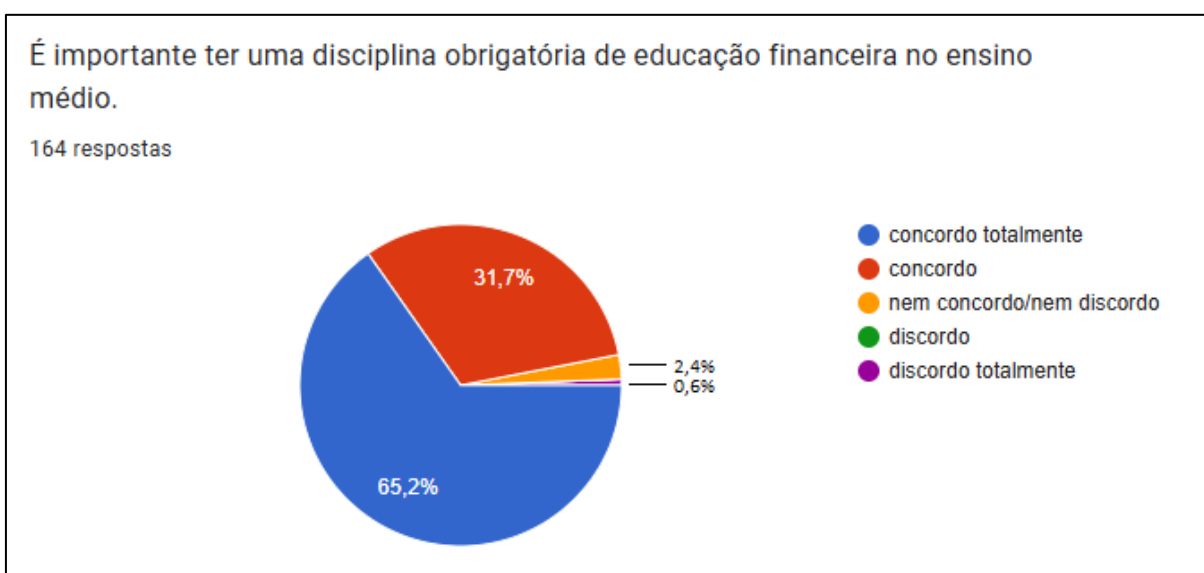
em processo de amadurecimento sobre o tema, ou que ainda não identificam de forma clara como seus conhecimentos podem ser aplicados na prática do mercado de trabalho.

Já entre os que apresentaram posicionamento negativo, 22,0% discordaram e 3,6% discordaram totalmente, somando 25,6%. Esse dado aponta que uma parcela menor dos estudantes ainda não se sente preparada, o que reforça a necessidade de maior aprofundamento em determinados conteúdos.

De forma geral, os resultados evidenciam que a maioria dos estudantes se sente motivada e confiante com os conhecimentos adquiridos em educação financeira, embora ainda haja espaço para fortalecer essa preparação, ampliando estratégias de ensino que consolidem conceitos e desenvolvam maior segurança para a vida profissional.

A nona questão buscou identificar a percepção dos estudantes sobre a relevância de incluir uma disciplina obrigatória de educação financeira no ensino médio, com o objetivo de verificar o reconhecimento da importância do tema na formação escolar.

Gráfico 9 – É importante ter uma disciplina obrigatória de educação financeira no ensino médio.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados demonstram uma forte concordância por parte dos respondentes: 65,2% concordaram totalmente e 31,7% concordaram, totalizando

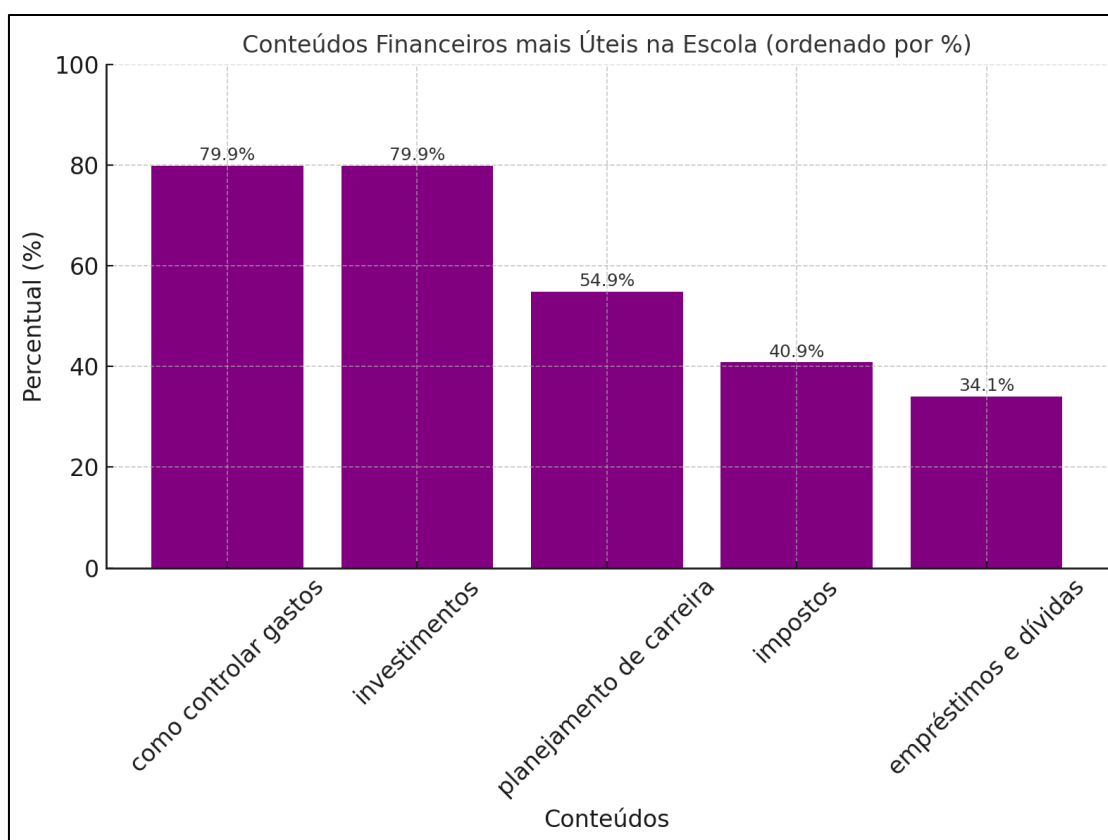
96,9% de aprovação à proposta. Esse número evidencia que os estudantes não apenas reconhecem a relevância do tema, mas também se sentem motivados em relação à possibilidade de contar com um espaço específico para desenvolver habilidades de gestão financeira no ambiente escolar.

Em contrapartida, apenas 2,4% declararam-se neutros e 0,6% discordaram totalmente. Esses percentuais representam uma parcela mínima do total, indicando que a resistência à ideia de uma disciplina obrigatória é quase inexistente.

Dessa forma, os resultados reforçam a percepção de que a educação financeira é vista pelos estudantes como uma necessidade urgente e prática para a vida adulta.

A décima questão teve como objetivo identificar quais conteúdos de educação financeira os estudantes consideram mais úteis para serem abordados no ambiente escolar. Essa análise é importante para direcionar quais temas possuem maior aderência e relevância prática no cotidiano dos jovens.

Gráfico 10 – Qual tipo de conteúdo você considera mais útil aprender na escola?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados revelam que os conteúdos mais valorizados são como controlar gastos (79,9%) e investimentos (79,9%), ambos apontados por quase 80%

dos respondentes. Esse dado evidencia a grande preocupação dos estudantes com a gestão financeira pessoal e com a possibilidade de aprender estratégias que lhes permitam alcançar estabilidade e crescimento econômico.

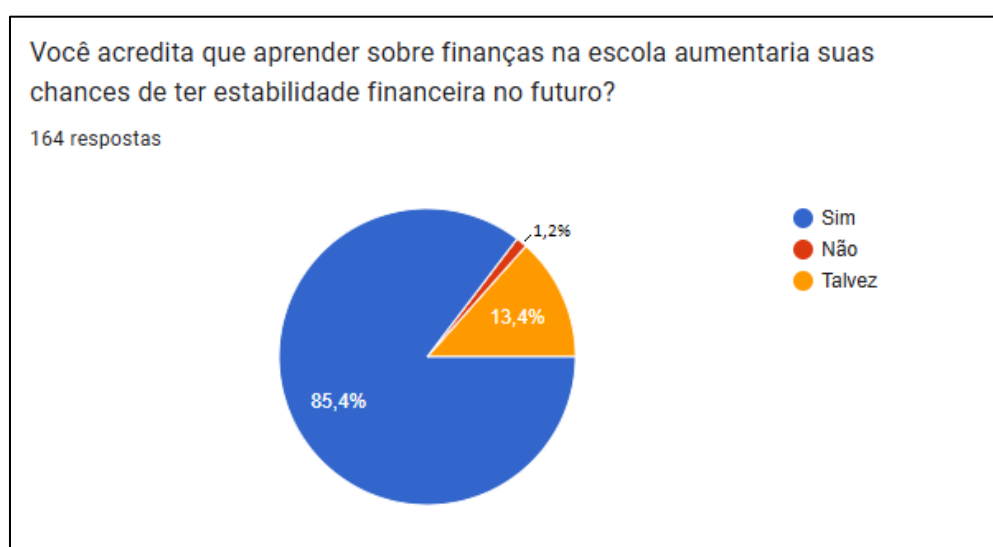
Na sequência, o planejamento de carreira aparece como relevante para 54,9% dos participantes, indicando que os alunos também percebem a educação financeira como um apoio não apenas para lidar com o dinheiro em si, mas também para estruturar escolhas profissionais e de futuro.

Já os temas relacionados a impostos (40,9%) e empréstimos e dívidas (34,1%) obtiveram menores percentuais. Embora não sejam desprezíveis, esses resultados sugerem que os estudantes ainda não reconhecem com a mesma intensidade a importância desses tópicos, possivelmente por considerarem-nos distantes da sua realidade atual.

De forma geral, os dados apontam que os alunos desejam conteúdos que tragam aplicabilidade prática e imediata, como controlar gastos e investir, mas também reconhecem a relevância de temas que apoiem decisões de médio e longo prazo, como o planejamento de carreira.

A décima primeira questão buscou compreender a percepção dos estudantes sobre o impacto da educação financeira escolar em sua estabilidade econômica futura. A intenção foi verificar se os alunos reconhecem a relação direta entre o aprendizado financeiro e a construção de uma vida financeira mais sólida.

Gráfico 11 – Você acredita que aprender sobre finanças na escola aumentaria suas chances de ter estabilidade financeira no futuro?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

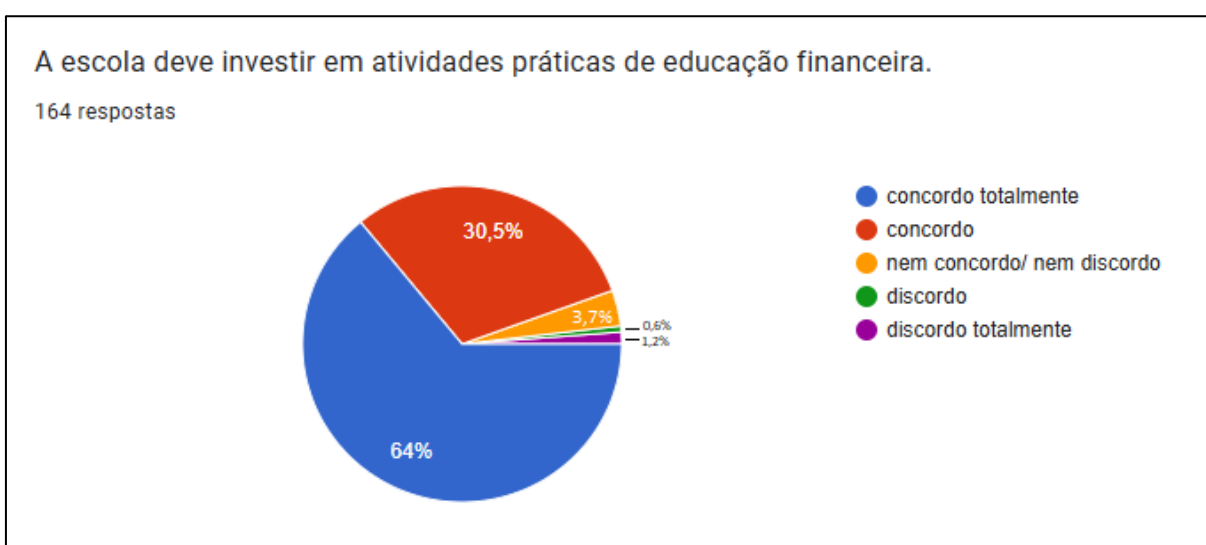
Os resultados demonstram que a grande maioria dos respondentes acredita nesse impacto positivo: 85,4% afirmaram que aprender sobre finanças na escola aumentaria suas chances de alcançar estabilidade financeira no futuro. Esse dado revela não apenas uma forte aceitação da importância da educação financeira, mas também uma motivação clara dos alunos em aprender sobre o tema, já que percebem benefícios práticos e de longo prazo em sua vida.

Por outro lado, 13,4% dos estudantes responderam “talvez”, o que sugere certa incerteza ou falta de clareza sobre como a disciplina pode, de fato, contribuir para a estabilidade financeira. Apenas uma pequena parcela, pouco superior a 1%, afirmou que não acredita nessa contribuição.

Esses resultados reforçam a relevância de inserir a educação financeira de forma obrigatória e bem estruturada no currículo escolar, visto que os próprios estudantes demonstram reconhecer que esse conhecimento pode servir como ferramenta essencial para seu futuro econômico.

A décima segunda questão teve como finalidade verificar a percepção dos estudantes em relação à necessidade de a escola investir em atividades práticas de educação financeira, complementando o aprendizado teórico. O objetivo foi compreender se os alunos reconhecem a importância de vivências aplicadas para o desenvolvimento de competências financeiras.

Gráfico 12 – A escola deve investir em atividades práticas de educação financeira.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados revelam um forte consenso entre os respondentes: 64%

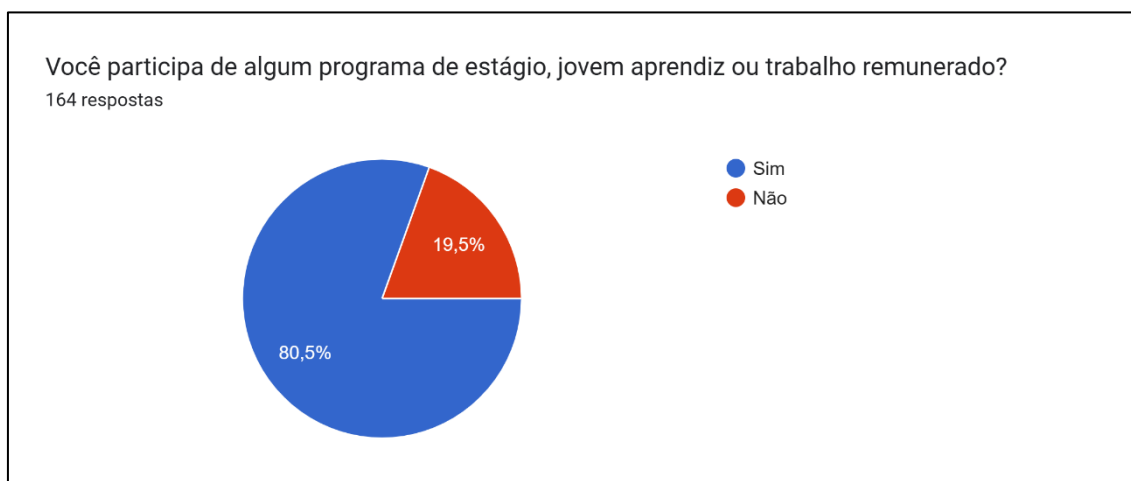
concordaram totalmente e outros 30,5% concordaram, totalizando 94,5% de aprovação à ideia. Esse dado evidencia que os estudantes não apenas reconhecem a relevância do tema, mas também demonstram interesse em experiências que aproximem o conteúdo da realidade cotidiana.

Apenas uma pequena parcela apresentou resistência: 3,7% marcaram “nem concordo/nem discordo”, enquanto menos de 2% se dividiram entre “discordo” e “discordo totalmente”. Esses números praticamente irrelevantes reforçam a unanimidade em torno da proposta.

Assim, os resultados mostram que a implementação de práticas pedagógicas voltadas à educação financeira teria aceitação quase unânime entre os alunos.

A décima terceira questão investigou se os estudantes já participam de programas de estágio, jovem aprendiz ou algum tipo de trabalho remunerado, com o intuito de compreender a relação entre a vivência prática no mercado de trabalho e a construção do conhecimento em educação financeira.

Gráfico 13 – Você participa de algum programa de estágio, jovem aprendiz ou trabalho remunerado?

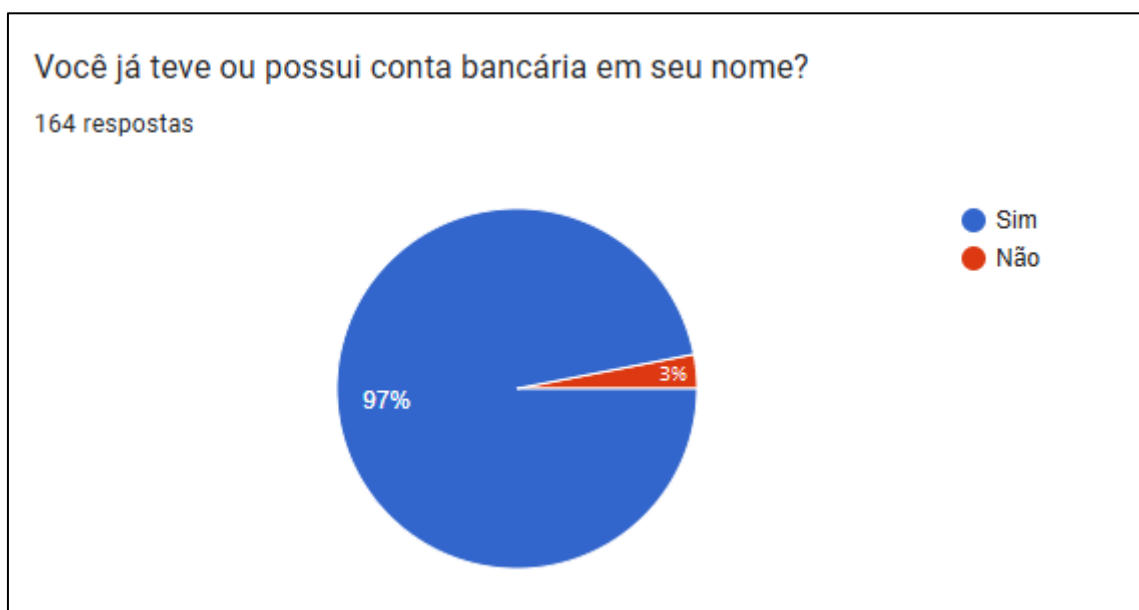


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os dados mostram que a grande maioria dos respondentes (80,5%) afirmou participar algum programa ou atividade remunerada, enquanto apenas 19,5% declararam não participar em alguma dessas modalidades. Esse resultado revela que, para a maior parte dos estudantes, o aprendizado financeiro já está diretamente associado a experiências práticas de trabalho, mas depende essencialmente da formação escolar e das orientações familiares.

A décima quarta questão foi elaborada para diagnosticar o nível de bancarização entre os estudantes, verificando quantos deles já tiveram ou possuem uma conta bancária em seu nome. O objetivo era medir o contato prático dos alunos com o sistema financeiro formal, um passo fundamental para a autonomia financeira.

Gráfico 14 – Você já teve ou possui conta bancária em seu nome?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

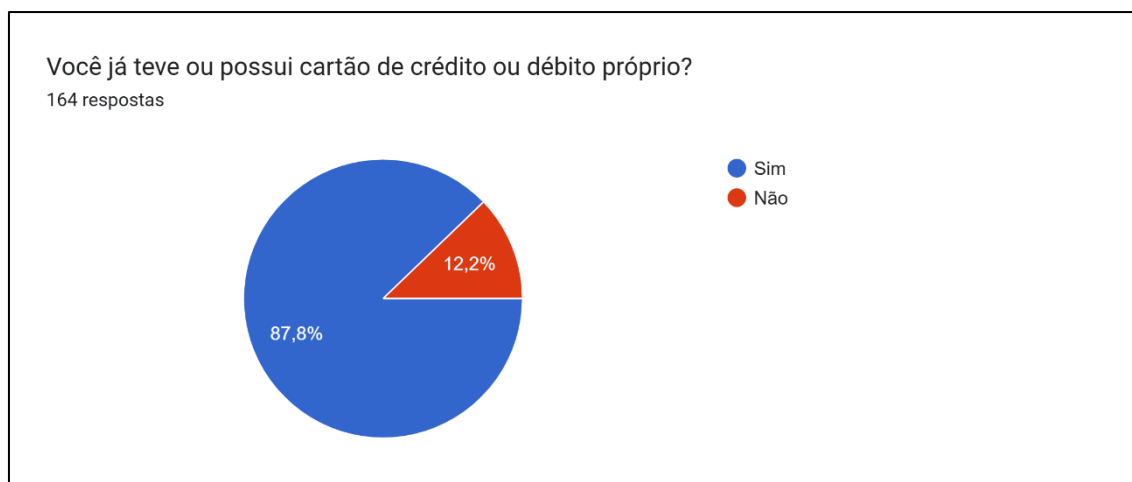
Os resultados demonstram uma inclusão bancária quase universal entre os respondentes: 97% afirmaram possuir ou já ter tido uma conta. Esse dado de alta expressão evidencia que a grande maioria dos estudantes já tem uma vivência real com instituições financeiras, lidando com conceitos como saldo, extrato e transações.

Em contrapartida, uma parcela mínima de apenas 3% indicou nunca ter tido uma conta em seu nome. Esse número residual reforça que a falta de acesso a serviços bancários básicos não é uma realidade para o grupo pesquisado.

Dessa forma, os dados mostram que os estudantes, em sua esmagadora maioria, já estão inseridos no ambiente financeiro.

A décima quinta questão aprofundou a investigação sobre a autonomia financeira dos estudantes, focando especificamente na posse de cartões de crédito ou débito. O objetivo foi verificar se, além de terem uma conta bancária, os alunos também utilizam as ferramentas de pagamento eletrônico associadas a ela, um indicador de participação ativa na economia digital.

Gráfico 15 – Você já teve ou possui cartão de crédito ou débito próprio?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

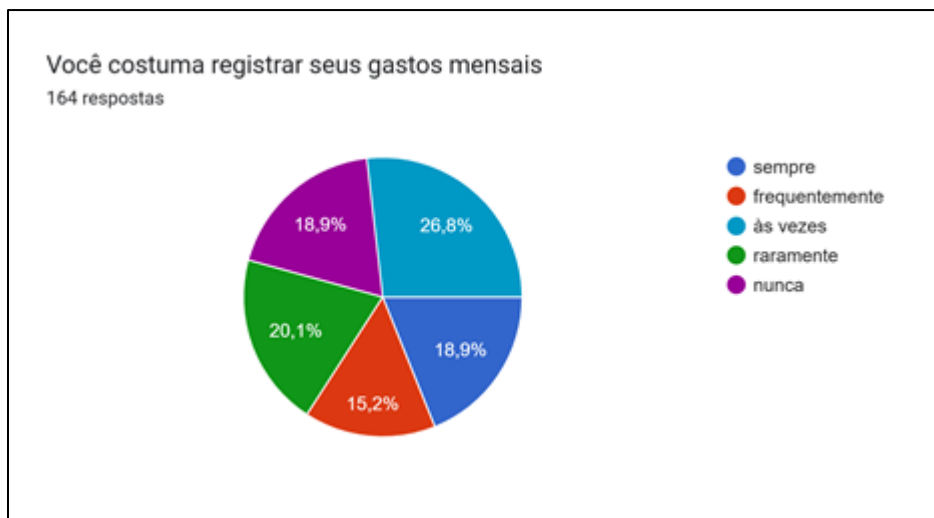
Os resultados mostram que o uso de cartões é uma realidade para a grande maioria: 87,8% dos respondentes afirmaram possuir ou já ter tido um cartão próprio. Esse percentual elevado sugere que os estudantes não são apenas detentores de contas, mas também usuários ativos de seus serviços, realizando transações e pagamentos de forma independente.

Uma minoria de 12,2% declarou não ter cartão de crédito ou débito. Esse grupo, embora pequeno, representa os alunos que ainda podem depender de dinheiro em espécie ou de terceiros para realizar suas compras, tendo um contato mais limitado com as práticas financeiras digitais.

Deste modo, os dados reforçam a alta inserção dos jovens no sistema financeiro, indicando que a experiência com pagamentos eletrônicos é uma vivência comum e consolidada para a maioria, o que os prepara para uma gestão financeira cada vez mais digitalizada.

A décima sexta questão buscou avaliar a aplicação de um dos hábitos mais essenciais para a saúde financeira: o registro e o controle dos gastos. O objetivo foi entender a frequência com que os estudantes monitoram suas próprias finanças, um indicador direto do nível de disciplina e organização pessoal.

Gráfico 16 – Você costuma registrar seus gastos mensais?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados atualizados revelam que a maioria dos estudantes não possui uma rotina consistente de controle financeiro. O grupo mais expressivo, somando 39% dos respondentes, admite registrar seus gastos "raramente" (20,1%) ou "nunca" (18,9%). Somam-se a eles os 26,8% os que o fazem apenas "às vezes", indicando um comportamento esporádico.

Em contrapartida, a parcela de alunos que demonstra ter o hábito consolidado é minoritária, totalizando 34,1% (com 18,9% registrando "sempre" e 15,2% fazendo-o "frequentemente").

Essa nova distribuição evidencia que a maioria dos estudantes — quase dois terços do total — ainda não aplica de forma sistemática uma das principais ferramentas de organização pessoal. Isso aponta para uma expressiva oportunidade de aprendizado, mostrando que, apesar do acesso a produtos bancários, a habilidade de gerenciar ativamente o dinheiro é pouco desenvolvida.

A décima sétima questão teve como finalidade avaliar um dos indicadores mais concretos da saúde financeira: a capacidade de poupança. O objetivo foi medir, em termos percentuais, quanto de sua renda mensal os estudantes conseguem economizar.

Gráfico 17 – Em média, qual porcentagem da sua renda você consegue economizar mensalmente?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

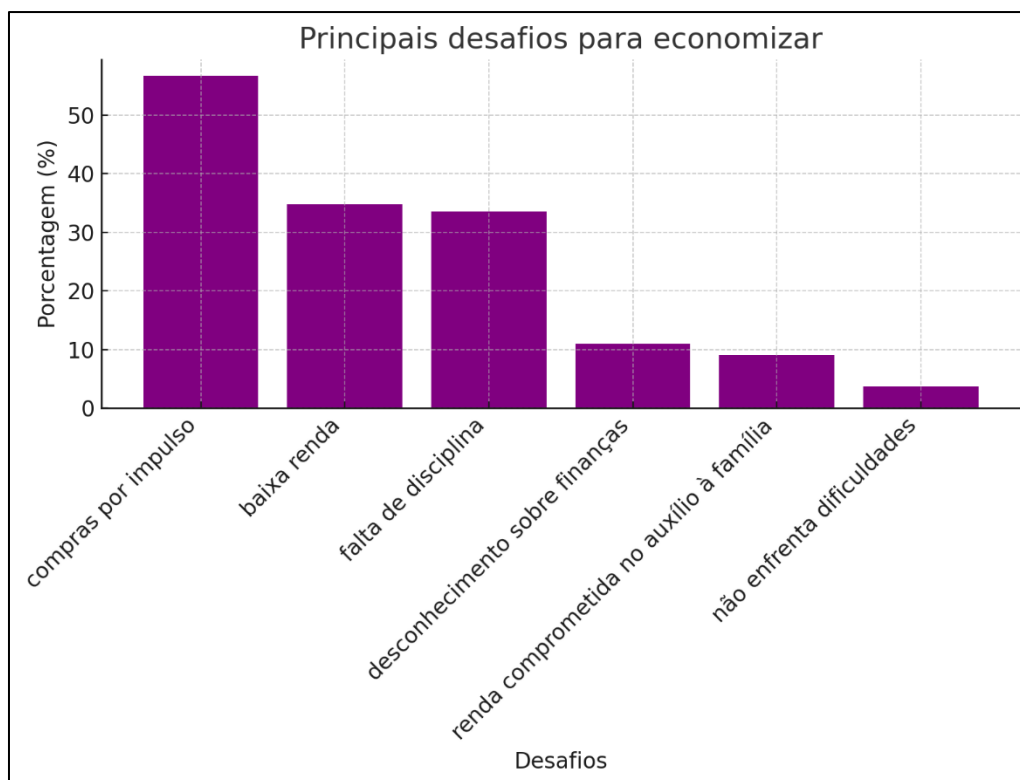
Os resultados revelam uma notável disciplina financeira por parte da maioria. O maior grupo, com 40,2% dos respondentes, afirma conseguir economizar "mais de 30%" de sua renda, um índice excelente. A este se soma o segundo maior grupo, com 32,9%, que poupa "entre 10 e 30%" mensalmente.

Juntos, esses dados mostram que quase três quartos dos estudantes (73,1%) conseguem guardar no mínimo 10% de seus rendimentos, demonstrando um comportamento financeiro superavitário. Em contrapartida, 26,9% apresentam uma baixa ou nula capacidade de poupança, divididos entre os que economizam "menos de 10%" (16,5%) e os que não conseguem poupar "nenhuma" (10,4%) parte da renda.

Assim, conclui-se que a maioria dos alunos já aplica na prática a habilidade de gastar menos do que ganha, criando uma base sólida para o aprendizado sobre investimentos e planejamento de longo prazo. O foco para o grupo minoritário seria o desenvolvimento de estratégias de controle de gastos para viabilizar a criação de uma reserva financeira.

A décima oitava questão buscou identificar os principais obstáculos que os estudantes enfrentam para conseguir economizar, aprofundando a compreensão sobre as dificuldades práticas na gestão financeira. O objetivo foi mapear as percepções dos alunos sobre o que os impede de poupar.

Gráfico 18 – Marque os principais desafios que você enfrenta para economizar:



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados revelam que o maior desafio para os estudantes é o comportamento impulsivo: "compras por impulso" foi apontado por 56,7% dos respondentes como a principal barreira para economizar. Esse dado sugere que o consumo não planejado exerce uma forte influência sobre suas finanças.

Em seguida, aparecem desafios relacionados a aspectos mais estruturais e comportamentais. A "baixa renda" foi citada por 34,8% dos alunos, indicando que, para uma parcela significativa, a falta de recursos é um impeditivo real. Com um percentual muito próximo, a "falta de disciplina" foi mencionada por 33,5%, evidenciando a dificuldade em manter um controle consistente.

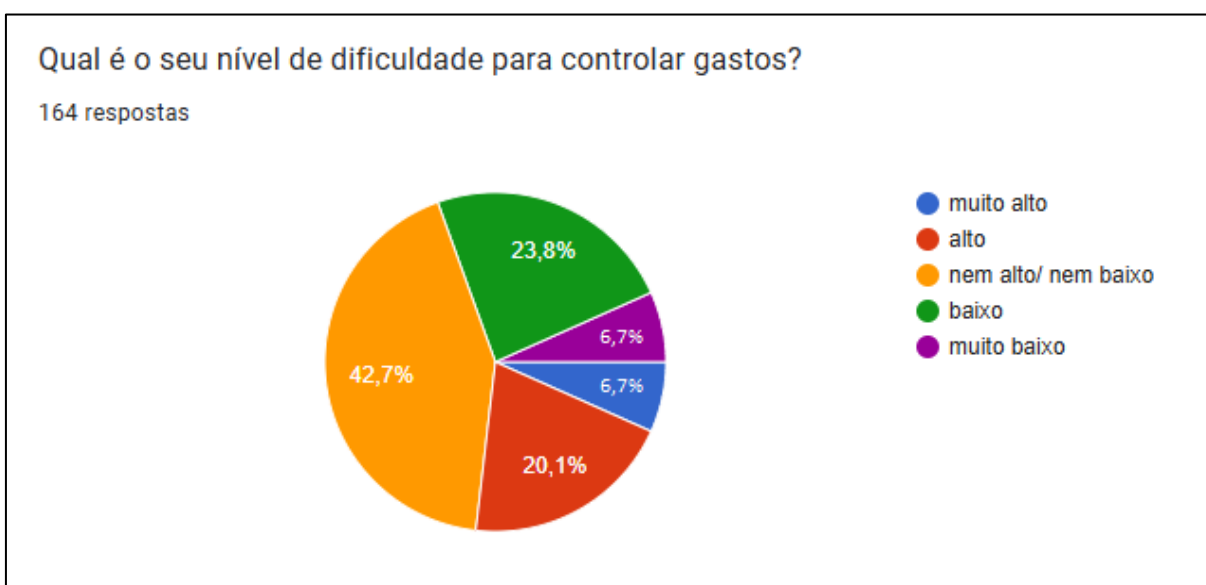
Outros fatores, embora em menor escala, também foram relevantes: o "desconhecimento sobre finanças" (11%) e a "renda comprometida no auxílio à família" (9,1%). É importante notar que, em comparação com os desafios comportamentais e a percepção de baixa renda, uma parcela relativamente pequena dos estudantes (9,1%) aponta o comprometimento da renda para ajudar a família como um obstáculo principal à poupança. Por fim, uma pequena parcela de 3,7% afirmou "não enfrentar dificuldades" para economizar.

Conclui-se que, enquanto a baixa renda e as responsabilidades familiares são

fatores importantes para alguns, os maiores desafios para a poupança entre os estudantes estão ligados a aspectos comportamentais, como o controle de impulsos e a disciplina pessoal.

A décima nona questão teve como objetivo direto mensurar a autopercepção dos estudantes em relação à sua capacidade de controlar gastos. A intenção foi verificar o quão desafiador eles consideram a tarefa de gerenciar suas despesas.

Gráfico 19 – Qual é o seu nível de dificuldade para controlar gastos?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados revelam uma percepção mista, mas com uma inclinação a dificuldades. O maior grupo, com 42,7% dos respondentes, se posicionou de forma neutra, indicando que seu nível de dificuldade para controlar gastos é "nem alto/ nem baixo". Isso sugere que, para uma parcela considerável, o controle de gastos não é trivial, mas também não é um grande problema.

No entanto, somando as categorias de dificuldade, observa-se que 20,1% se consideram com dificuldade "alta" e 6,7% com dificuldade "muito alto". Juntos, 26,8% dos estudantes admitem ter um nível significativo de dificuldade para controlar suas despesas.

Por outro lado, 23,8% indicaram ter dificuldade "baixa" e 6,7% com dificuldade "muito baixo". Somando esses dois grupos, 30,5% dos alunos sentem pouca ou nenhuma dificuldade em controlar seus gastos.

Em síntese, os dados apontam que, embora um grupo considerável se perceba

em um nível intermediário de dificuldade, a combinação daqueles que encontram "alta" ou "muito alta" dificuldade alcança um quarto dos estudantes. Isso sugere que o controle de gastos é um ponto de atenção importante, e que uma parte significativa do público-alvo ainda precisa desenvolver mais suas habilidades nessa área.

A vigésima questão aprofundou-se na dimensão emocional da vida financeira, com o propósito de investigar o nível de ansiedade gerado pela dificuldade em lidar com dinheiro. O objetivo foi quantificar o impacto psicológico que a falta de conhecimento ou habilidade financeira pode causar nos estudantes.

Gráfico 20 – Você já se sentiu ansioso por não saber lidar com questões de dinheiro?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados indicam que a ansiedade financeira é uma realidade para a esmagadora maioria dos respondentes. O maior grupo, correspondente a 39%, admitiu sentir-se ansioso "às vezes" por não saber lidar com questões de dinheiro. De forma ainda mais impactante, um quarto dos alunos (25%) vivencia essa sensação de forma recorrente, somando os que responderam "frequentemente" (15,9%) e "sempre" (9,1%).

Somados, os dados revelam que 64% dos estudantes — quase dois terços do total — já sofreram com ansiedade ou experimentam essa sensação de forma regular por não saberem como gerir suas finanças. Em contrapartida, apenas 36% afirmaram sentir isso "raramente" (22%) ou "nunca" (14%).

Portanto, os resultados deixam claro que o despreparo para lidar com dinheiro transcende a esfera prática, tornando-se uma fonte relevante de estresse e

preocupação para os jovens.

A vigésima primeira questão buscou avaliar a percepção dos estudantes sobre a intersecção entre a educação financeira e o sucesso profissional. O objetivo foi verificar se eles reconhecem que a falta de conhecimento financeiro pode ter um impacto negativo em sua carreira.

Gráfico 21 – Você acredita que a falta de conhecimento financeiro pode prejudicar seu desempenho profissional?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados revelam um forte consenso entre os respondentes: uma maioria de 88,4% acredita que a falta de conhecimento financeiro "sim" pode prejudicar seu desempenho profissional. Esse dado demonstra uma consciência elevada sobre a importância da gestão financeira não apenas na vida pessoal, mas também como um fator que afeta diretamente a trajetória e a performance no mercado de trabalho.

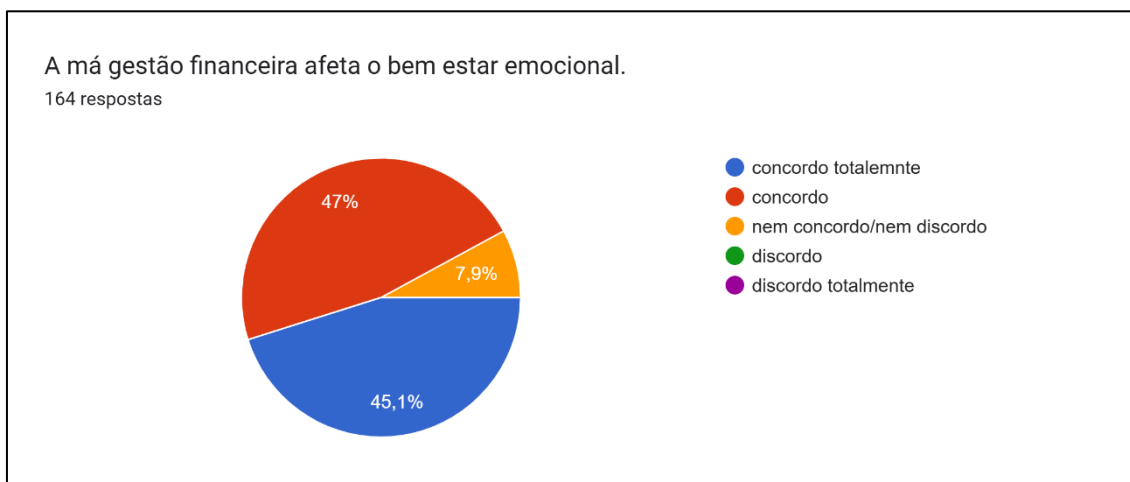
Uma pequena parcela de 9,8% dos alunos respondeu "não sei", indicando uma incerteza sobre essa conexão, enquanto um grupo ainda menor, de apenas 1,8%, acredita que a falta de conhecimento financeiro "não" prejudica o desempenho profissional.

Essa unanimidade na percepção de que as finanças pessoais impactam a vida profissional é um indicativo importante. Sugere que os estudantes já conectam a estabilidade financeira à capacidade de concentração, ao planejamento de carreira e

à tomada de decisões que afetam seu futuro profissional.

A vigésima segunda questão teve como objetivo verificar a percepção dos estudantes sobre a íntima relação entre a gestão financeira e o bem-estar emocional. A intenção foi quantificar o reconhecimento da influência que a má administração do dinheiro pode ter na saúde mental e qualidade de vida.

Gráfico 22 – A má gestão financeira afeta o bem estar emocional.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados demonstram um consenso esmagador entre os respondentes sobre essa conexão. A maior parte, 47%, declarou "concordar" que a má gestão financeira afeta o bem-estar emocional. Somados a eles, 45,1% afirmaram "concordar totalmente" com a afirmação. Juntos, esses dois grupos representam 92,1% dos estudantes.

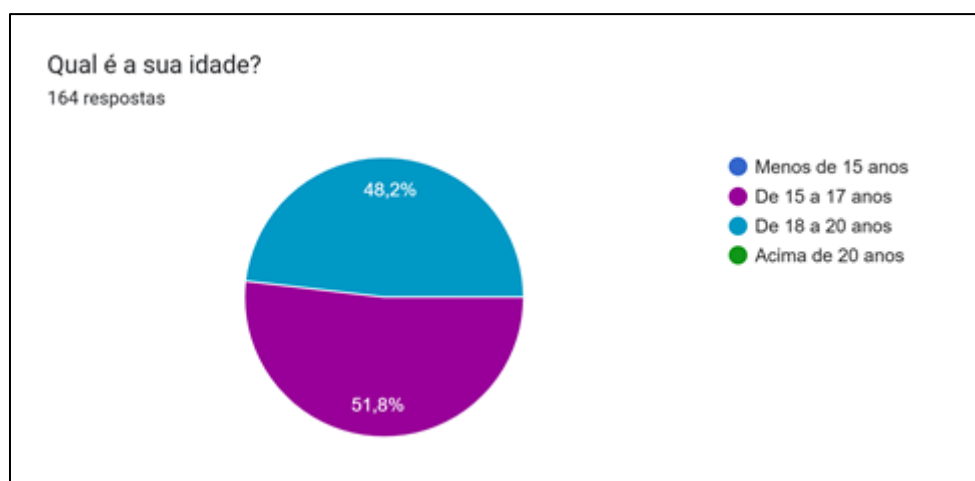
Esse percentual altíssimo evidencia um reconhecimento quase unânime de que as dificuldades financeiras não se restringem apenas ao âmbito material, mas se estendem profundamente à esfera emocional, causando estresse, ansiedade e comprometendo a qualidade de vida.

Uma pequena parcela de 7,9% dos alunos respondeu "nem concordo/nem discordo", indicando uma posição neutra ou talvez incerteza sobre essa relação. Nenhuma porcentagem foi registrada para as opções "discordo" ou "discordo totalmente", reforçando a forte concordância geral.

Portanto, os dados confirmam a percepção dos estudantes de que a educação financeira não é apenas sobre números, mas sobre promover a tranquilidade e a estabilidade emocional.

A vigésima terceira questão teve como objetivo coletar dados demográficos essenciais, especificamente a idade dos estudantes que participaram da pesquisa. Essa informação é crucial para contextualizar as respostas e entender o perfil do público-alvo.

Gráfico 23 – Qual é a sua idade?

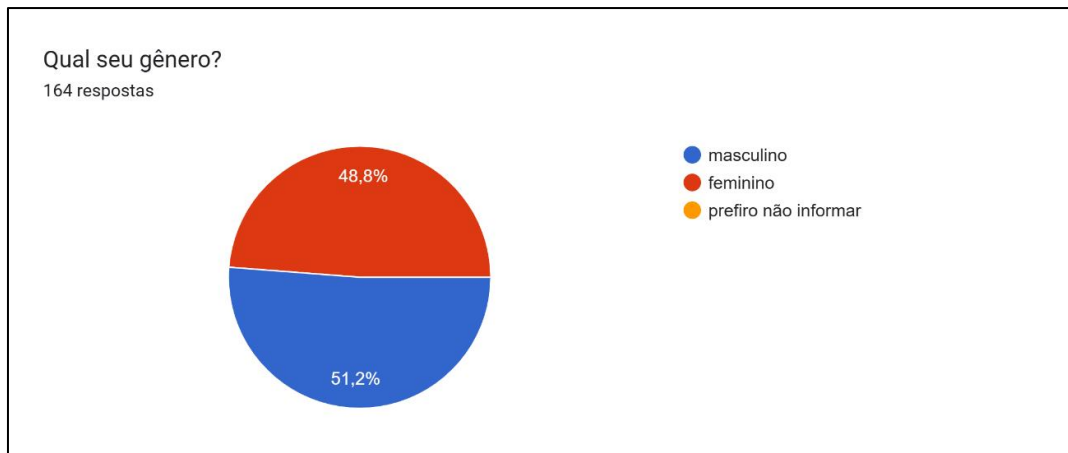


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados mostram que o universo de respondentes é composto predominantemente por jovens em faixas etárias específicas, alinhadas ao perfil de estudantes. O grupo majoritário, com 51,8%, está na faixa "De 15 a 17 anos". Praticamente metade do público, com 48,2%, pertence à faixa "De 18 a 20 anos".

A vigésima quarta questão teve como objetivo coletar outro dado demográfico importante: o gênero dos estudantes que participaram da pesquisa. Essa informação é vital para garantir uma visão mais completa do perfil da amostra e verificar a representatividade entre os grupos.

Gráfico 24 – Qual seu gênero?

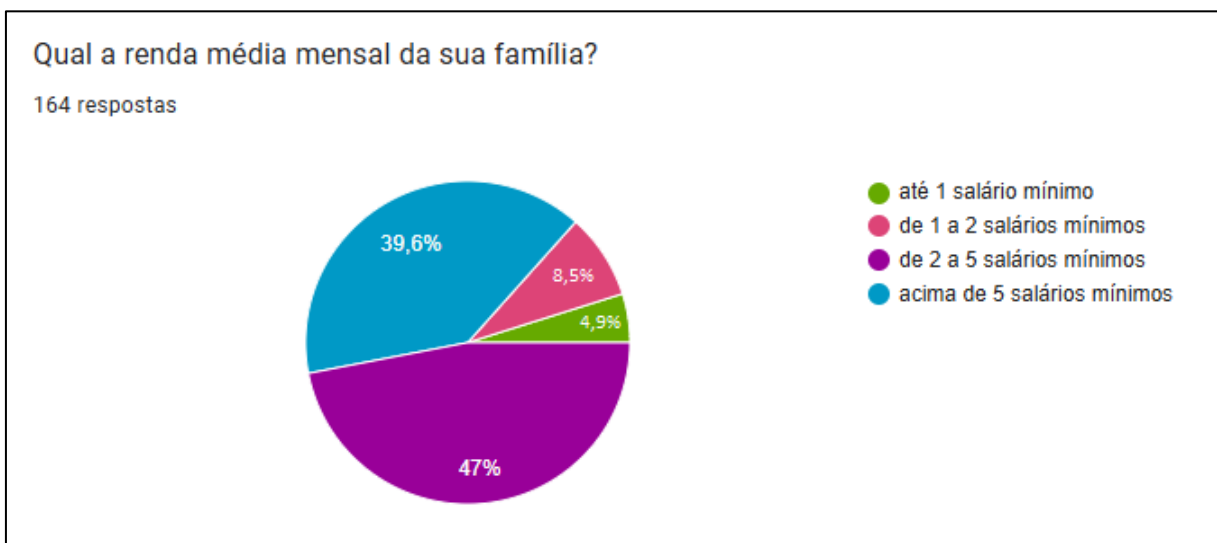


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados demonstram uma distribuição bastante equilibrada entre os gêneros dos respondentes. A maioria, com 51,2%, identificou-se como "masculino". Praticamente a outra metade do público, com 48,8%, identificou-se como "feminino".

A vigésima quinta questão teve como objetivo mapear a renda média mensal familiar dos estudantes. Essa informação é fundamental para contextualizar o ambiente socioeconômico dos participantes e entender como o nível de renda pode influenciar suas experiências e percepções sobre educação financeira.

Gráfico 25 – Qual a renda média mensal da sua família?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados revelam uma distribuição de renda familiar diversificada na amostra, com uma concentração notável nas faixas mais altas. O maior grupo, com

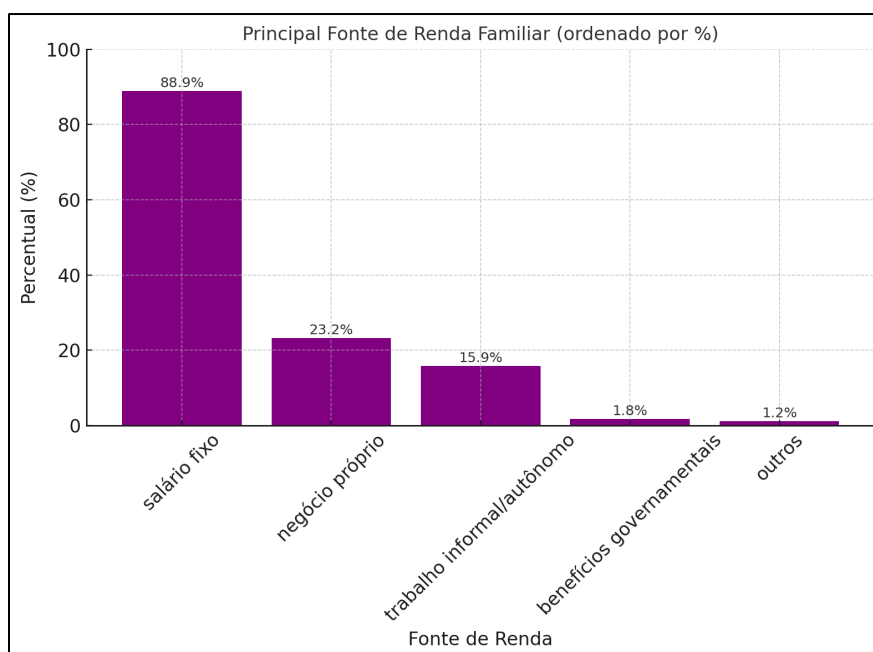
47% dos respondentes, indicou uma renda familiar "de 2 a 5 salários mínimos". O segundo maior grupo, com 39,6%, declarou ter uma renda familiar "acima de 5 salários mínimos".

Juntas, essas duas categorias representam 86,6% dos estudantes, o que sugere que a maioria dos participantes da pesquisa provém de famílias com rendimentos médios a altos. As faixas de menor renda são minoritárias: "até 1 salário mínimo" representa uma pequena parcela (4,9%), e "de 1 a 2 salários mínimos" (8,5%)

Esses dados de renda são cruciais para a interpretação das demais questões. Eles indicam que, em grande parte, os estudantes não estão lidando com a escassez extrema de recursos, mas sim com a gestão de rendas que permitem certo nível de consumo e a possibilidade de poupança. Isso pode influenciar, por exemplo, as respostas sobre desafios para economizar (como "baixa renda" ser um fator menos predominante para a maioria, comparado a "compras por impulso") e a percepção da necessidade de educação financeira em diferentes contextos sociais.

A vigésima sexta questão teve como objetivo identificar a principal fonte de renda que sustenta as famílias dos estudantes. Essa informação complementa o dado sobre a faixa de renda e oferece insights sobre a estabilidade e a natureza do sustento familiar, o que pode influenciar a cultura financeira e os hábitos de consumo.

Gráfico 26 – Qual é a principal fonte de renda da sua família?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

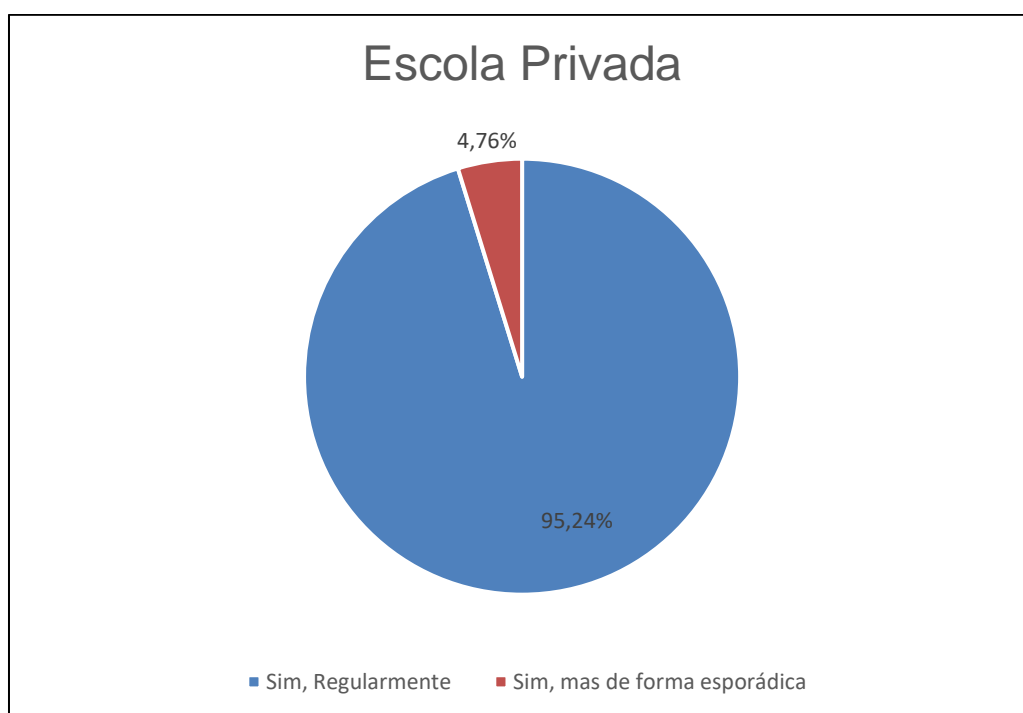
Os resultados mostram uma clara predominância do emprego formal como base da renda familiar. A vasta maioria, 88,9% dos respondentes, indicou que a principal fonte é o "salário fixo". Esse dado sugere que as famílias dos estudantes, em sua grande maioria, contam com a previsibilidade e a estrutura do emprego celetista ou público.

As outras fontes de renda são significativamente menos representativas, mas ainda presentes: "negócio próprio" foi mencionado por 23,2% dos estudantes, e "trabalho informal/autônomo" por 15,9%. É importante notar que, como os percentuais somam mais de 100%, os estudantes provavelmente puderam indicar múltiplas fontes, mas o gráfico destaca a "principal" ou as mais relevantes para o conjunto.

Em uma proporção muito menor, "benefícios governamentais" (1,8%) e "outros" (1,2%) aparecem como fontes de renda, indicando que a dependência de programas sociais é mínima entre a amostra e que outras formas de sustento são pouco comuns.

No cruzamento entre as questões "Você estuda em escola pública ou privada?" e "Sua escola oferece aulas de educação financeira?", considerando apenas os alunos de escolas privadas, observa-se um cenário bastante positivo em relação à presença desse conteúdo no ambiente escolar.

Gráfico 27 – Escolas privadas oferecem aulas de educação financeira?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

De acordo com os resultados, 95,24% dos estudantes de escolas privadas afirmaram que suas instituições oferecem aulas de educação financeira regularmente, enquanto apenas 4,76% relataram que essa oferta ocorre de forma esporádica. Nenhum dos respondentes desse grupo declarou a inexistência de atividades relacionadas ao tema.

Esses dados indicam que, entre as escolas privadas participantes da pesquisa, a educação financeira parece mais consolidada, segundo a percepção dos alunos. Esse resultado pode estar relacionado ao fato de que instituições privadas, em muitos casos, contam com maior flexibilidade pedagógica e recursos para incluir conteúdos complementares, como a gestão de finanças pessoais.

No cruzamento entre as questões “Você estuda em escola pública ou privada?” e “Sua escola oferece aulas de educação financeira?”, considerando apenas os alunos de escolas públicas, os resultados revelam um cenário bastante diferente do observado nas escolas privadas.

Gráfico 28 – Escolas públicas oferecem aulas de educação financeira?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

De acordo com os dados, 78% dos estudantes afirmaram que suas escolas não oferecem aulas de educação financeira. Outros 18% mencionaram que esse conteúdo aparece de forma esporádica, enquanto apenas 3% relataram que a oferta ocorre

regularmente.

Esses resultados demonstram que, nas escolas públicas analisadas, a presença da educação financeira ainda se mostrou insuficiente e pouco estruturada, estando ausente para a maior parte dos estudantes. A baixa porcentagem de oferta regular evidencia que a educação financeira ainda não foi incorporada de forma consistente nas práticas pedagógicas dessas instituições.

Essa lacuna pode impactar diretamente a formação dos jovens, uma vez que a ausência de orientação formal sobre finanças pessoais dificulta o desenvolvimento de competências ligadas ao planejamento, ao consumo consciente e à construção de hábitos de poupança. Ao mesmo tempo, o percentual de 18% que relataram contato esporádico com o tema sugere que há iniciativas isoladas ocorrendo em algumas escolas, possivelmente por meio de projetos, feiras temáticas ou ações pontuais de professores.

No cruzamento entre as questões “Você costuma registrar seus gastos mensais?” e “Em média, qual porcentagem da sua renda você consegue economizar mensalmente?”, considerando apenas os alunos que nunca registram seus gastos mensais, apresentando uma maior dificuldade em economizar parte de sua renda.

Gráfico 29 – Pessoas que nunca registram seus gastos economizam quanto por mês?



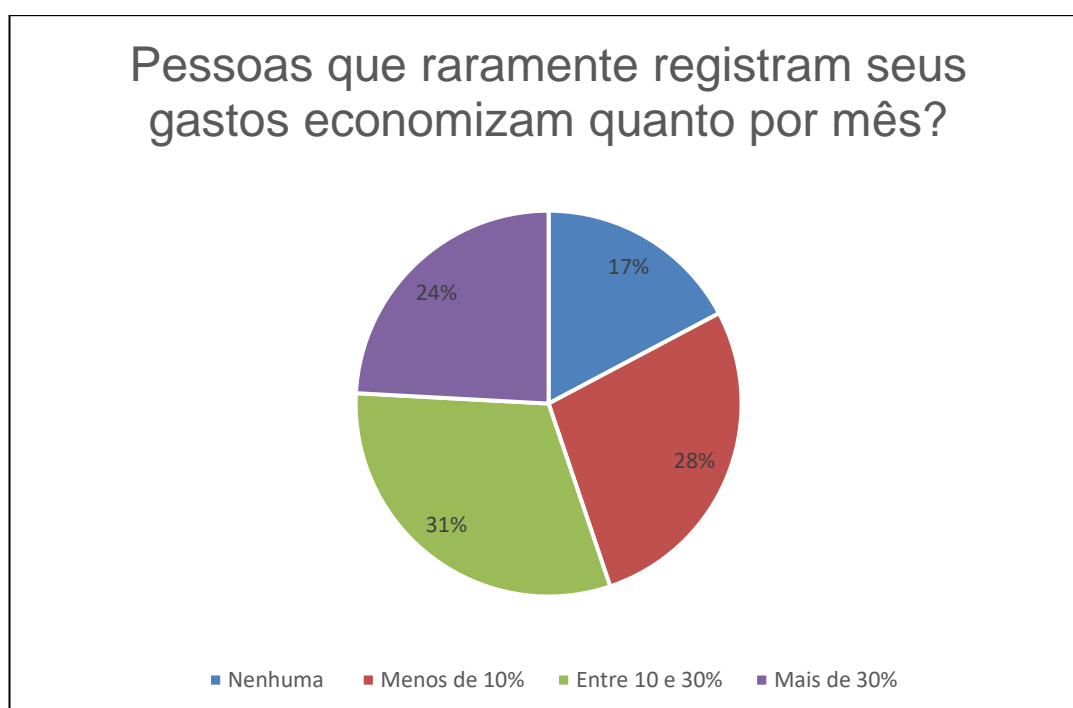
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Observa-se que 27% afirmaram não conseguir economizar nada, enquanto outros 27% conseguem guardar entre 10% e 30% de sua renda. O destaque, no entanto, é que 45% afirmaram economizar mais de 30%, mesmo sem registrar seus gastos.

Esse resultado revela um aspecto interessante: embora a falta de controle formal costume estar associada a dificuldades em manter uma reserva, existe um grupo expressivo que consegue poupar de maneira significativa, mesmo sem adotar práticas de registro financeiro. Isso pode indicar hábitos de consumo mais conscientes ou um estilo de vida que naturalmente favorece a economia.

No cruzamento entre as questões “Você costuma registrar seus gastos mensais?” e “Em média, qual porcentagem da sua renda você consegue economizar mensalmente?”, considerando apenas os alunos que raramente registram seus gastos mensais, apresentando uma maior economia mensal comparando o gráfico anterior.

Gráfico 30 – Pessoas que raramente registram seus gastos economizam quanto por mês?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

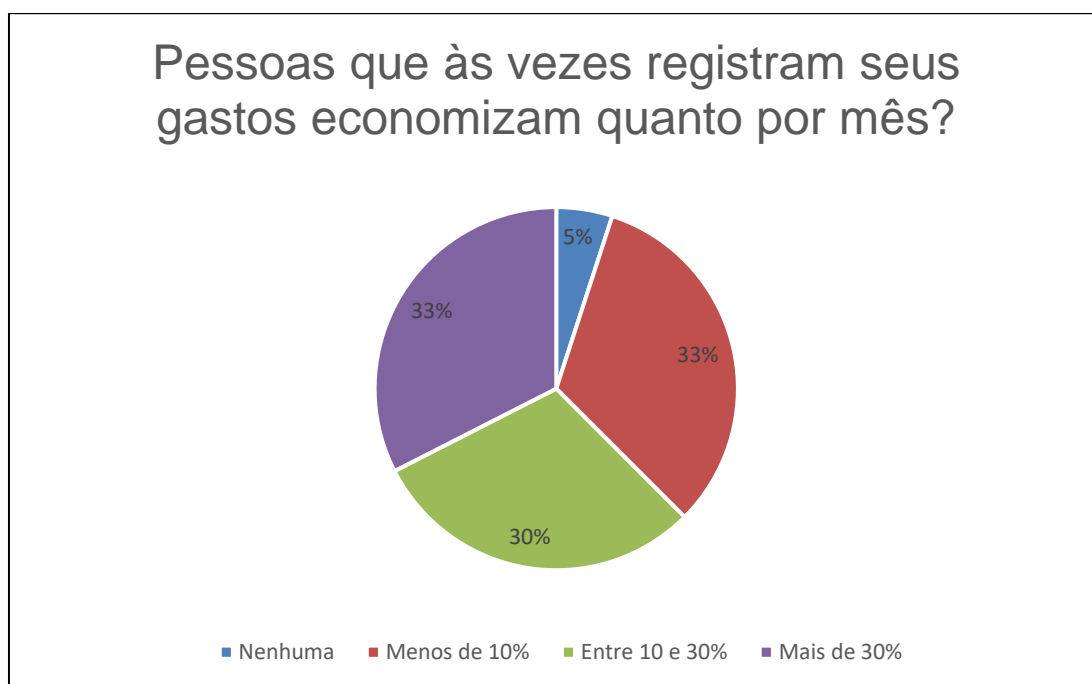
O gráfico referente às pessoas que raramente registram seus gastos mensais mostra um comportamento mais distribuído em relação à economia. Observa-se que 17% não conseguem economizar nada, enquanto 28% economizam menos de 10%

de sua renda. Já uma parcela significativa, 31%, consegue guardar entre 10% e 30%, e outros 24% afirmaram poupar mais de 30% mensalmente.

Esse resultado indica que, mesmo sem a prática constante de registrar seus gastos, há uma parte dos participantes que mantém um certo controle financeiro, conseguindo economizar regularmente. No entanto, a predominância de percentuais abaixo de 10% de economia (45% somando os que economizam nada ou menos de 10%) sugere que a falta de consistência no acompanhamento pode estar limitando uma maior capacidade de poupança.

No cruzamento entre as questões “Você costuma registrar seus gastos mensais?” e “Em média, qual porcentagem da sua renda você consegue economizar mensalmente?”, considerando apenas os alunos que às vezes registram seus gastos mensais, apresentando uma maior queda em pessoas que não conseguem economizar nada.

Gráfico 31 – Pessoas que às vezes registram seus gastos economizam quanto por mês?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O gráfico sobre as pessoas que às vezes registram seus gastos mensais mostra um equilíbrio maior entre os diferentes níveis de economia. Apenas 5% afirmaram não conseguir poupar nada, enquanto 33% conseguem economizar menos

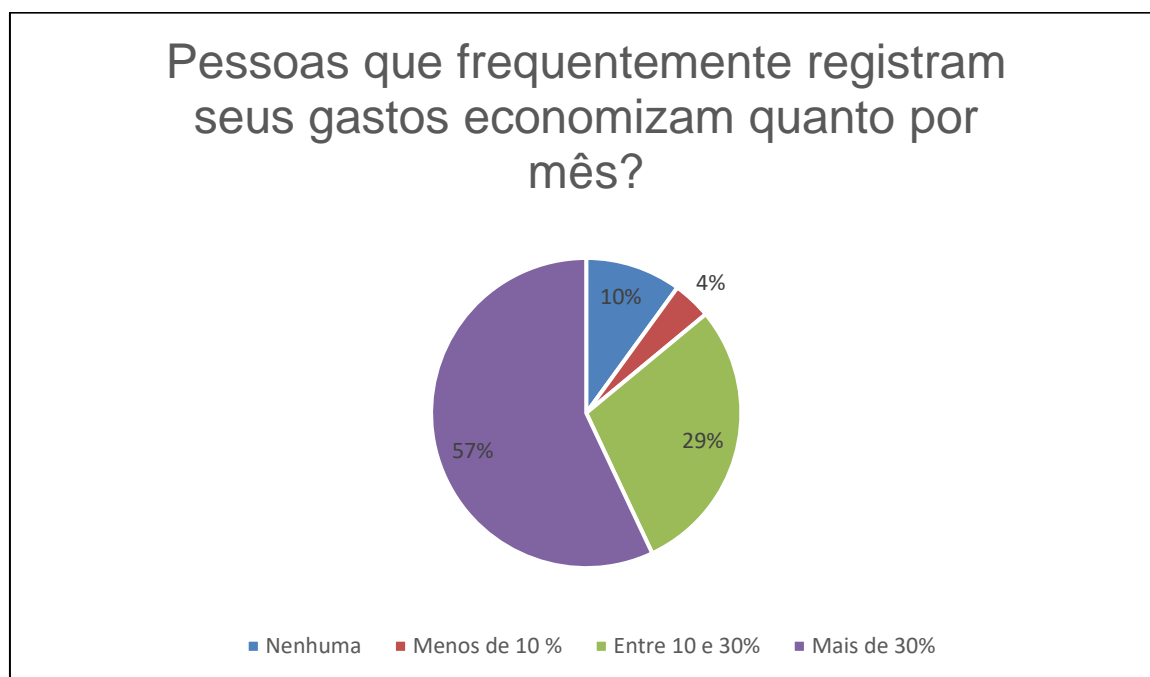
de 10% da renda. Outros 30% guardam entre 10% e 30%, e mais 33% conseguem poupar mais de 30% todos os meses

Esse resultado evidencia que o ato de registrar os gastos, mesmo que de forma não tão frequente, já impacta positivamente a capacidade de organização financeira. Nota-se que a soma dos que economizam acima de 10% (63%) é bastante significativa, indicando que a prática, ainda que intermitente, ajuda os indivíduos a manterem uma disciplina mínima no controle das finanças.

Assim, diferentemente dos que nunca registram ou registram apenas raramente, esse grupo demonstra uma tendência mais equilibrada e positiva, mostrando que o hábito, mesmo não sendo constante, contribui de maneira importante para a construção da estabilidade financeira.

No cruzamento entre as questões “Você costuma registrar seus gastos mensais?” e “Em média, qual porcentagem da sua renda você consegue economizar mensalmente?”, considerando apenas os alunos que frequentemente registram seus gastos mensais, apresentando uma maior parcela que economizam mais de 30%.

Gráfico 32 – Pessoas que frequentemente registram seus gastos economizam quanto por mês?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O gráfico sobre as pessoas que frequentemente registram seus gastos mensais

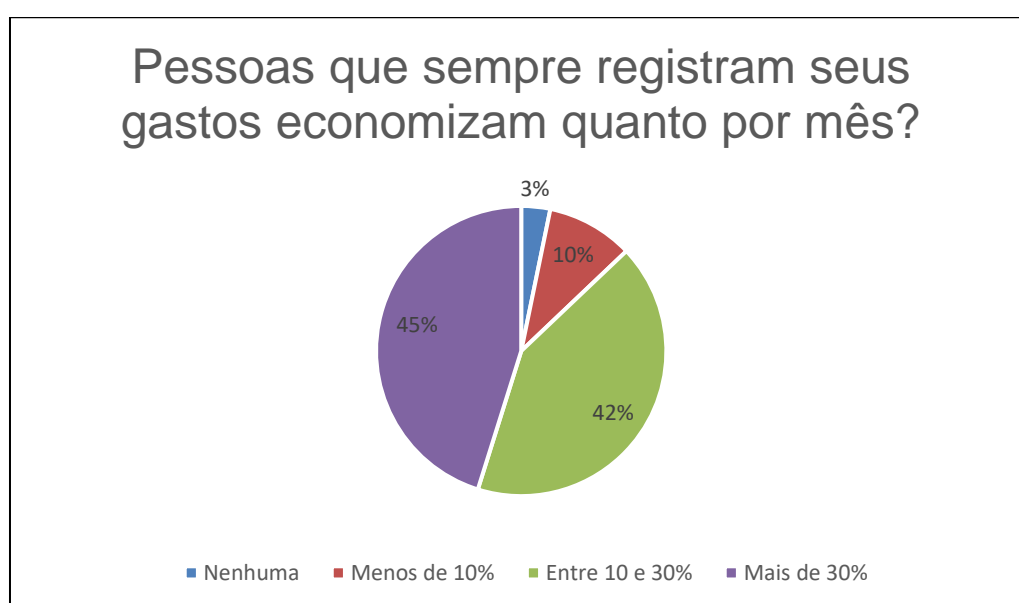
demonstra um grande nível de economia. Apenas 10% dos entrevistados deste grupo afirmaram não conseguir poupar nada, enquanto um número expressivo, 57%, consegue economizar mais de 30% da sua renda. Outros 29% guardam entre 10% e 30%.

Esse resultado evidencia que o registro frequente e disciplinado dos gastos tem uma correlação direta e extremamente positiva com a capacidade de poupar. A soma dos que economizam acima de 10% chega a 86%, indicando que o hábito constante de acompanhar as finanças é uma ferramenta poderosa para a construção de uma sólida disciplina financeira.

Assim, diferentemente de outros perfis, este grupo demonstra uma capacidade de poupança muito elevada e consistente. Fica claro que manter o controle financeiro como uma prática rotineira não apenas organiza o orçamento, mas potencializa de maneira significativa a construção de patrimônio e a estabilidade financeira.

No cruzamento entre as questões “Você costuma registrar seus gastos mensais?” e “Em média, qual porcentagem da sua renda você consegue economizar mensalmente?”, considerando apenas os alunos que sempre registram seus gastos mensais, apresentando a menor porcentagem de pessoas que não conseguem economizar levando em consideração aos outros gráficos comparados anteriormente.

Gráfico 33 – Pessoas que sempre registram seus gastos economizam quanto por mês?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O gráfico que analisa o comportamento de pessoas que sempre registram seus

gastos mensais revela o mais alto e consistente nível de economia entre todos os grupos. Apenas uma pequena minoria de 3% afirmou não conseguir poupar nada, enquanto 10% economizam menos de 10% da renda. A grande maioria se concentra nas faixas de poupança mais altas: 42% guardam entre 10% e 30%, e o maior grupo, com 45%, consegue economizar mais de 30% da sua renda.

Este resultado reforça de maneira conclusiva que a disciplina máxima no registro de gastos se traduz diretamente em uma capacidade de poupança extraordinariamente elevada. A soma dos que economizam acima de 10% (87%) é a maior entre todos os perfis, o que demonstra que a prática ininterrupta de controle financeiro cria uma base sólida para a organização e o planejamento, maximizando o potencial de economia.

Dessa forma, o grupo que nunca falha em registrar suas finanças se destaca como o mais bem-sucedido financeiramente. A quase inexistência de pessoas que não poupam nada (apenas 3%) e a forte concentração nas faixas de maior economia (87%) provam que o hábito, quando levado com total seriedade, é um dos principais pilares para a construção de uma vida financeira segura e próspera.

No cruzamento de dados, a análise confirma que o compromisso de sempre registrar os gastos mensais leva aos melhores resultados. A combinação dos que poupam entre 10% e 30% e os que poupam mais de 30% representa a esmagadora maioria deste grupo, consolidando a ideia de que a constância no controle financeiro é o caminho mais eficaz para uma alta taxa de poupança.

Segundo a pergunta “Marque os principais desafios que você enfrenta para economizar:”, a alternativa com maior frequência entre os entrevistados foi a de “compras por impulso”. Com esses dados, foi selecionado todos alunos que responderam “compras por impulso” e cruzado com a questão “Você costuma registrar seus gastos mensais” para analisar se o baixo controle de gastos interfere com as compras por impulso.

Gráfico 34 – Pessoas que possuem como um maior desafio as compras por impulso registram seus gastos?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O gráfico mostra que a maioria deste grupo não possui o hábito de registrar seus gastos: 20% o fazem raramente, 19% nunca registram e outros 19% o fazem apenas às vezes. Em contrapartida, uma parcela menor, composta por 17% que registram frequentemente e 14% que o fazem sempre, parece lutar contra o problema com mais ferramentas de controle.

Esses dados sugerem uma correlação direta e clara entre a dificuldade de controlar os impulsos de compra e a ausência de um acompanhamento financeiro metódico. A soma daqueles que não registram seus gastos ou o fazem de forma inconstante chega a 58%, indicando que a falta de visibilidade sobre o próprio orçamento é um fator que potencializa a vulnerabilidade a gastos não planejados. Sem o registro, o impacto real dessas compras no orçamento mensal se torna menos perceptível.

Assim, a análise confirma a hipótese de que o baixo controle de gastos interfere diretamente na capacidade de resistir às compras por impulso. Enquanto uma minoria (31%) já parece utilizar o registro como uma estratégia para mitigar esse desafio, a maioria ainda não adotou essa prática fundamental. Isso demonstra que a

implementação do hábito de registrar as finanças é um passo crucial para quem busca superar a compulsividade e organizar a vida financeira.

No cruzamento entre as questões “Qual é o seu nível de dificuldade para controlar gastos?” e “Você já se sentiu ansioso por não saber lidar com questões de dinheiro?”, considerando apenas os alunos que consideraram seu nível de dificuldade para controlar gastos em alto ou muito alto, buscou-se avaliar se o grau de dificuldade para controlar seus gastos interferia na sua ansiedade.

Gráfico 35 – Com que frequência as pessoas que possuem um nível alto ou muito alto de dificuldade para economizar se sentem ansiosas?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A grande maioria deste grupo relata sentir ansiedade de forma regular: 37% sentem-se ansiosos frequentemente e 14% sentem-se assim sempre. Somam-se a eles 30% que relatam o sentimento às vezes. Em contraste, apenas uma pequena fração de 14% raramente se sente ansiosa, e um número mínimo de 5% afirma nunca sentir essa pressão.

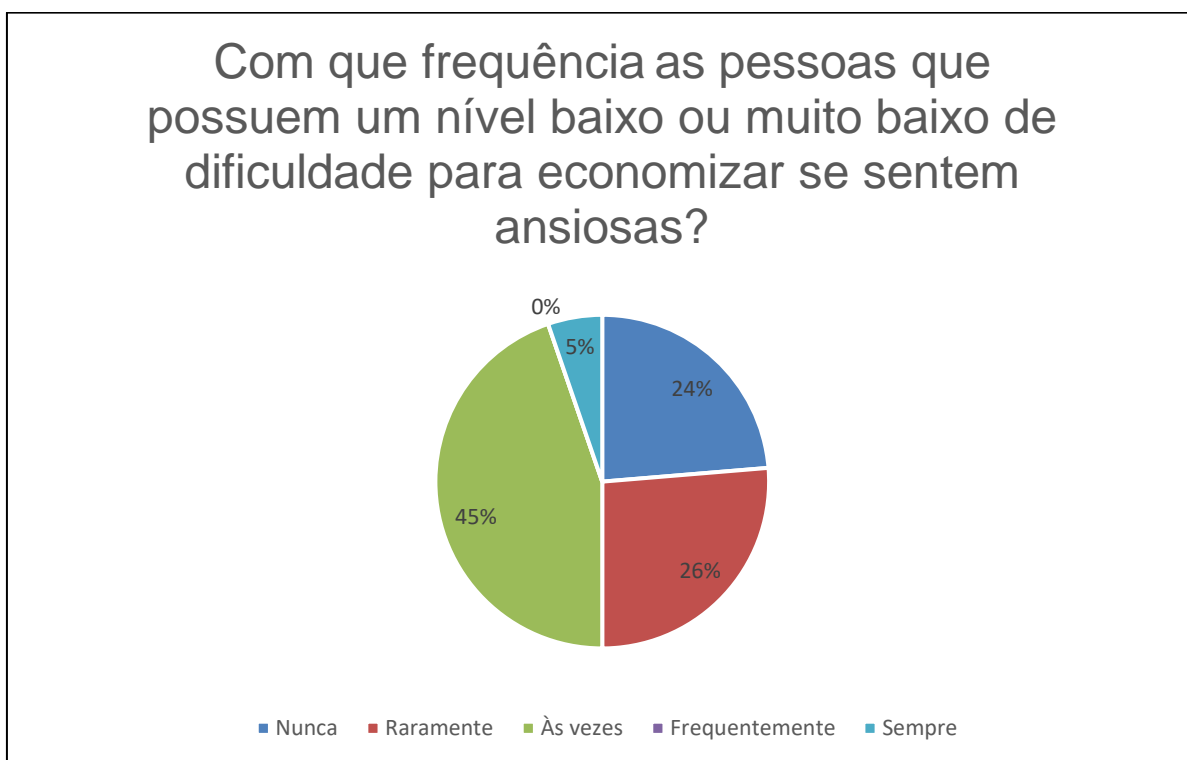
Esses dados apontam para uma conexão direta e alarmante entre a falta de

controle sobre as finanças e o aumento do estresse e da ansiedade. A soma dos que se sentem ansiosos "frequentemente" ou "sempre" totaliza 51%, uma maioria absoluta que vive sob constante tensão financeira. Ao incluir os que sentem ansiedade "às vezes", esse número salta para 81%, mostrando que a dificuldade em gerir o dinheiro é um gatilho emocional para a esmagadora maioria deste grupo.

Dessa forma, a análise comprova que a dificuldade em controlar os gastos transcende a esfera puramente material, impactando de maneira significativa a saúde mental dos indivíduos. A sensação de impotência e a incerteza sobre a própria situação financeira geram um ciclo vicioso de preocupação e ansiedade, que pode prejudicar diversas outras áreas da vida.

No cruzamento entre as questões “Qual é o seu nível de dificuldade para controlar gastos?” e “Você já se sentiu ansioso por não saber lidar com questões de dinheiro?”, considerando apenas os alunos que consideraram seu nível de dificuldade para controlar gastos em baixo ou muito baixo, buscou-se avaliar se o grau de dificuldade para controlar seus gastos interferia na sua ansiedade.

Gráfico 36 – Com que frequência as pessoas que possuem um nível baixo ou muito baixo de dificuldade para economizar se sentem ansiosas?



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise do grupo de pessoas que possuem um nível baixo ou muito baixo de dificuldade para economizar desenha um panorama de bem-estar emocional drasticamente mais positivo. Neste cenário, a ansiedade crônica é praticamente inexistente: 24% afirmam nunca se sentir ansiosos com dinheiro e 26% raramente sentem essa pressão. A maior parcela, de 45%, admite sentir ansiedade apenas "às vezes". E 0% dos entrevistados deste grupo se sentem ansiosos frequentemente, e apenas 5% relatam sentir-se assim sempre.

Estes resultados demonstram que a competência para controlar as finanças atua como um poderoso fator de proteção contra o estresse financeiro. A soma dos que nunca ou raramente se sentem ansiosos chega a 50%, ou seja, metade do grupo vive com grande tranquilidade em relação ao dinheiro. O dado mais revelador é a completa ausência (0%) de pessoas que se sentem ansiosas frequentemente, indicando que o controle financeiro eficaz elimina a preocupação constante que aflige quem tem dificuldade na área.

Dessa forma, a análise comprova a forte relação inversa entre controle financeiro e ansiedade. Ter a capacidade de gerir os próprios gastos e economizar não apenas fortalece a saúde financeira, mas também promove diretamente a paz de espírito. A ansiedade, quando presente, é ocasional e administrável, não uma fonte de angústia crônica.

A amostra revelou-se predominantemente composta por estudantes de escolas públicas (87,2%), com a maioria frequentando o turno da manhã (55,5%). A faixa etária se concentrou entre 15 e 17 anos (51,8%) e 18 a 20 anos (48,2%), com uma distribuição de gênero equilibrada, sendo 51,2% masculino e 48,8% feminino.

Socioeconomicamente, a maioria dos estudantes pertence a famílias com renda mensal entre 2 e 5 salários mínimos (47%) ou acima de 5 salários mínimos (39,6%), cuja principal fonte de sustento é o salário fixo (88,9%). Um dado relevante é que a grande maioria dos participantes (80,5%) já possui experiência no mercado de trabalho, seja por meio de estágio, programa de jovem aprendiz ou trabalho remunerado.

A pesquisa evidenciou uma disparidade significativa entre as escolas pesquisadas das redes pública e privada. Entre os alunos das escolas privadas participantes, 95,24% afirmaram receber aulas regulares sobre o tema, 78% dos estudantes de escolas públicas relataram a completa ausência dessa disciplina. De forma geral, 68,3% de todos os respondentes afirmaram que suas escolas não

oferecem aulas de educação financeira.

A percepção sobre a qualidade do ensino também se mostrou crítica: 60,4% dos alunos discordam total ou parcialmente que a escola ensine finanças de forma prática. Apesar disso, o interesse pelo tema é alto, com 62,8% dos estudantes sentindo-se motivados para aprender sobre finanças. A relevância do assunto é corroborada por 96,9% dos jovens, que acreditam ser importante a existência de uma disciplina obrigatória de educação financeira no ensino médio.

Quanto à autoavaliação, 59,8% dos estudantes consideram seu conhecimento financeiro mediano ("nem alto/nem baixo"). Os conceitos mais conhecidos são "poupança" (94,5%) e "investimento" (92,1%), enquanto "receitas" (42,7%) é o menos familiar.

No que tange ao comportamento, a pesquisa revelou um alto nível de bancarização: 97% possuem ou já tiveram conta bancária e 87,8% possuem cartão de débito ou crédito. Contudo, a disciplina no controle de gastos é um desafio: 65,7% dos alunos raramente, nunca ou apenas às vezes registram suas despesas mensais.

Apesar da falta de registro, a capacidade de poupança é notável: 73,1% conseguem economizar ao menos 10% de sua renda mensalmente. O principal obstáculo para economizar, apontado por 56,7% dos jovens, são as "compras por impulso". A análise cruzada de dados confirmou que a ausência de um registro financeiro metódico está diretamente correlacionada com a dificuldade em controlar os impulsos de compra.

A relação entre finanças e bem-estar emocional foi um dos pontos de maior destaque. A maioria dos estudantes (64%) já se sentiu ansiosa, de forma esporádica ou recorrente, por não saber lidar com questões de dinheiro. A análise aprofundada revelou que 81% dos alunos que têm alta dificuldade em controlar gastos sentem ansiedade com o tema, enquanto entre os que têm baixa dificuldade, a ansiedade crônica é praticamente inexistente.

Adicionalmente, 92,1% dos jovens concordam que a má gestão financeira afeta o bem-estar emocional, e 88,4% acreditam que a falta de conhecimento na área pode prejudicar o desempenho profissional. Quase a totalidade dos respondentes (94,5%) defende que a escola deve investir em atividades práticas de educação financeira, e 85,4% acreditam que aprender sobre o tema na escola aumentaria suas chances de estabilidade financeira futura.

4.1. NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS ESTUDANTES DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO

A autoavaliação dos estudantes sobre suas próprias competências financeiras revela uma percepção majoritariamente intermediária, com 59,8% dos participantes considerando seu conhecimento como "nem alto/nem baixo". Essa visão moderada, contudo, deve ser contextualizada dentro de um cenário nacional de baixo letramento financeiro. O referencial teórico aponta que o Brasil apresenta um desempenho persistentemente fraco em avaliações internacionais, como o PISA 2022, no qual a pontuação média do país foi de 416, bem abaixo da média de 498 dos países da OCDE. Mais de 40% dos estudantes brasileiros se encontram no nível 1 de proficiência ou abaixo dele, indicando dificuldades severas para lidar com situações financeiras cotidianas. Essa deficiência se perpetua na vida adulta, como demonstra a pesquisa da OECD/INFE de 2023, que revelou que apenas 24% dos adultos brasileiros atingem o nível mínimo recomendado de letramento financeiro. Portanto, a autoavaliação "mediana" dos estudantes pesquisados pode ser um reflexo de uma norma nacional deficiente, onde a falta de conhecimento é tão generalizada que um nível básico de familiaridade é percebido como intermediário, mascarando a real profundidade do despreparo.

A análise detalhada dos conceitos financeiros conhecidos pelos alunos elucida a natureza superficial de seu entendimento. Há um alto grau de reconhecimento para termos amplamente disseminados no cotidiano, como "poupança" (94,5%), "investimento" (92,1%), "despesas" (87,8%) e "empréstimo" (86,0%). Esse conhecimento parece ser derivado da vivência social e familiar, e não de uma instrução formal. Em contrapartida, a compreensão diminui drasticamente quando se trata de conceitos que exigem maior abstração e conhecimento técnico. O termo "inflação" foi reconhecido por 74,4% dos estudantes, enquanto "renda variável" obteve 61,6% e "receitas" foi o conceito com o menor índice de reconhecimento, com apenas 42,7%. A baixa familiaridade com o termo "receitas" é particularmente reveladora, pois sugere uma compreensão incompleta do ciclo financeiro; os jovens entendem o dinheiro que sai (despesas), mas possuem uma noção menos formalizada sobre o dinheiro que entra.

4.2 ABORDAGEM PEDAGÓGICA ADOTADA NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR

A análise da abordagem pedagógica revela um profundo abismo entre a proposta oficial e a realidade vivenciada pela maioria dos estudantes, marcada pela ausência de instrução, por uma gritante desigualdade entre as redes de ensino pública e privada, e por uma percepção generalizada de que o ensino, quando ocorre, carece de aplicação prática. A proposta pedagógica oficial do Brasil, delineada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelece a educação financeira como um tema transversal, que deve ser integrado de forma contextualizada às diversas disciplinas.

Os materiais de apoio, como os desenvolvidos pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), são estruturados em torno de situações didáticas baseadas na realidade dos alunos, com o objetivo de promover a cidadania e o consumo consciente por meio de uma conexão com o cotidiano (CONEF 2013).

Contudo, a implementação dessa diretriz é falha e desigual. A pesquisa de campo demonstra que a educação financeira, na prática, não chega à maioria dos alunos, com 68,3% de todos os respondentes afirmando que suas escolas simplesmente não oferecem aulas sobre o tema. Essa ausência é drasticamente mais acentuada na rede pública de ensino, onde 78% dos estudantes relataram a completa inexistência do assunto em sala de aula. Em contraste, a realidade nas escolas privadas é oposta, com 95,24% dos alunos afirmando receber aulas de educação financeira de forma regular. Essa disparidade sugere que o modelo transversal, que depende de iniciativa e recursos que podem não estar uniformemente disponíveis, falha em garantir o acesso equitativo a uma competência crucial, aprofundando a desigualdade educacional.

Além da questão do acesso, a qualidade e a metodologia do ensino também são alvo de críticas por parte dos estudantes. A premissa pedagógica do CONEF de ancorar o aprendizado em situações reais não parece se concretizar na sala de aula. Uma maioria expressiva de 60,4% dos alunos discorda total ou parcialmente da afirmação de que a escola ensina finanças de uma forma prática. Essa percepção de um ensino excessivamente teórico e desconectado da vida real invalida o propósito central da abordagem pedagógica proposta. Em resposta a essa falha, os próprios estudantes manifestam um desejo claro por uma mudança de rumo: 94,5% defendem que a escola deveria investir em atividades práticas e 96,9% acreditam ser importante

a criação de uma disciplina obrigatória sobre o tema. Esse clamor estudantil por uma abordagem mais estruturada e aplicada dialoga diretamente com propostas legislativas, como o Projeto de Lei nº 2747/2024 (Câmara dos Deputados Apud Viana e Oliveira 2024).

Que visa justamente instituir a educação financeira como componente curricular obrigatório, sinalizando que a insatisfação com o modelo transversal atual é amplamente reconhecida.

4.3 PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS JOVENS NA ADMINISTRAÇÃO DE SUAS FINANÇAS

A administração financeira pessoal impõe uma série de desafios aos jovens concluintes do ensino médio, os quais são predominantemente de natureza comportamental e de hábitos, sendo agravados pela ausência de ferramentas sistemáticas de controle e por uma carga emocional significativa. Os dados desta pesquisa indicam que os maiores obstáculos percebidos pelos estudantes são as "compras por impulso", apontado por 56,7% dos respondentes, a "baixa renda", mencionada por 34,8%, e a "falta de disciplina", citada por 33,5% dos jovens. A análise desses desafios, à luz do referencial teórico, demonstra que a dificuldade em gerir as finanças está menos associada à falta de recursos e mais a padrões de comportamento que a educação financeira visa precisamente corrigir.

O predomínio de desafios comportamentais, como o impulso e a falta de disciplina, reflete um conflito interno entre o desejo de consumo imediato e a necessidade de planejamento de longo prazo. Essa tendência ao imediatismo não representa uma falha de caráter, mas um padrão de comportamento humano previsível, conforme explica a economia comportamental. Kahneman (2012) argumenta que as decisões humanas são regidas por dois sistemas: um rápido, intuitivo e emocional (Sistema 1), e outro lento, analítico e racional (Sistema 2). Na ausência de uma formação financeira que fortaleça o Sistema 2, os jovens tornam-se suscetíveis a apelos de marketing e a decisões de consumo dominadas pelas emoções. Essa vulnerabilidade é explorada pelo mercado, que utiliza estratégias de "arquitetura da escolha" (THALER; SUNSTEIN, 2019) e gatilhos psicológicos para induzir ao consumo, conforme detalhado por Ariely (2020). Este cenário é particularmente intenso para a Geração Z (1997 - 2012), cujo comportamento de

consumo é marcado pela busca de satisfação instantânea e pela forte influência das redes sociais (MORAIS; ANDRADE NETO; SOUZA, 2016).

A "falta de disciplina" manifesta-se de forma concreta na ausência de hábitos fundamentais de controle financeiro. A pesquisa revela que uma parcela majoritária de 65,7% dos estudantes não possui uma rotina consistente de registrar seus gastos mensais, fazendo-o apenas "às vezes", "raramente" ou "nunca". Essa carência de um acompanhamento sistemático está diretamente correlacionada com a dificuldade de resistir às compras não planejadas, pois a falta de visibilidade sobre o próprio orçamento impede que os jovens percebam o real impacto de seus gastos. A dificuldade em manter a organização financeira não é uma particularidade deste grupo, mas um reflexo de um desafio nacional, conforme aponta um estudo que revelou que 47% dos brasileiros não conseguem organizar o próprio orçamento (E INVESTIDOR apud LANZA, 2024). Sem a prática de um orçamento, como defendido por Cerbasi (2009), as escolhas de consumo tornam-se menos eficientes e os impulsos, mais difíceis de controlar.

Embora a "baixa renda" seja o segundo desafio mais citado, é crucial contextualizar essa percepção com o perfil socioeconômico da amostra, na qual 86,6% dos participantes pertencem a famílias com renda mensal superior a dois salários mínimos. Isso sugere que, para muitos, o desafio pode estar mais relacionado à gestão de uma renda pessoal limitada para gastos discricionários do que a uma situação de escassez para necessidades básicas.

4.4 IMPACTOS DA FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SUA VIDA PROFISSIONAL E EMOCIONAL

A conexão entre a má gestão financeira e o abalo do bem-estar emocional é um dos consensos mais fortes da pesquisa, revelando que a falta de controle sobre o dinheiro se traduz em um ciclo de preocupação e ansiedade que afeta a maioria dos jovens. A ansiedade financeira é uma realidade para 64% dos estudantes, que admitiram já ter se sentido ansiosos por não saber como lidar com questões financeiras. Essa sensação é crônica para um quarto do total de alunos, que vivenciam essa angústia de forma recorrente, respondendo "frequentemente" ou "sempre". Os próprios estudantes demonstram uma consciência quase unânime sobre essa questão, com 92,1% concordando que a má gestão financeira afeta o bem-estar

emocional, uma percepção alinhada ao referencial teórico que aponta que pessoas endividadas são 3,5 vezes mais propensas a terem problemas de saúde mental (Money and Mental Health Policy Institute 2024). A análise aprofundada dos dados comprova que a dificuldade em gerir as finanças é um gatilho direto para o estresse, já que 81% dos alunos que relatam alta dificuldade para controlar gastos sentem ansiedade com o tema, um contraste gritante com aqueles que têm baixa dificuldade, entre os quais a ansiedade crônica é praticamente inexistente.

Este abalo emocional não permanece isolado na vida pessoal, mas transborda para a esfera profissional, onde a instabilidade financeira é percebida como uma ameaça real ao desempenho e à estabilidade na carreira. Uma maioria expressiva de 88,4% dos estudantes acredita que a falta de conhecimento financeiro pode, sim, prejudicar seu desempenho profissional. Os jovens também enxergam a educação financeira como uma ferramenta de apoio para decisões de longo prazo, com 54,9% considerando o "planejamento de carreira" um conteúdo útil a ser aprendido na escola, o que demonstra que eles conectam a estabilidade financeira às suas escolhas profissionais. Contudo, essa consciência vem acompanhada de uma sensação de despreparo, pois uma parcela significativa de 25,6% dos estudantes discorda ativamente de que está preparada para o mercado de trabalho com o conhecimento financeiro que possui, enquanto outros 31,1% se mantêm neutros, indicando incerteza. A falta de educação financeira impõe um duplo fardo sobre os jovens, criando um custo emocional elevado e, simultaneamente, uma percepção de insegurança e desvantagem para a vida profissional.

4.5 MELHORIAS PARA A FORMAÇÃO FINANCEIRA, PREPARANDO-OS MELHOR PARA OS DESAFIOS ECONÔMICOS DA VIDA ADULTA.

Uma das melhorias mais urgentes é a transição da educação financeira de um tema transversal para uma disciplina obrigatória e estruturada no currículo da educação básica. A pesquisa revela uma falha sistêmica do modelo atual, evidenciada pela disparidade gritante entre a rede privada, onde 95,24% dos alunos de escolas privadas recebem aulas regulares, e a rede pública, onde 78% não têm acesso a qualquer tipo de instrução formal sobre o tema. Os resultados observados na amostra pesquisada sugerem que a abordagem transversal da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode não assegurar a universalização do conhecimento financeiro.

A institucionalização de uma disciplina obrigatória garantiria que todos os estudantes, independentemente do contexto socioeconômico, recebessem uma formação consistente e igualitária. Essa medida é amplamente apoiada pelos próprios alunos, dos quais 96,9% acreditam ser importante a existência de uma disciplina obrigatória de educação financeira, resultado que corrobora com a proposta do Projeto de Lei nº 2747/2024, que busca tornar o ensino financeiro obrigatório em todo o território nacional (Câmara dos Deputados Apud Viana e Oliveira 2024).

Essa necessidade também é respaldada por autores como Kiyosaki (2018) e Nigro (2018), que criticam a ausência de conteúdos financeiros no sistema educacional, destacando que a falta de instrução financeira desde a juventude leva à repetição de comportamentos de endividamento e à falta de controle de gastos. Conforme a OCDE (2005) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2013), o ensino financeiro deve capacitar o cidadão a compreender riscos, tomar decisões conscientes e alcançar o bem-estar econômico e social. A criação de uma disciplina estruturada, portanto, não apenas atende a uma lacuna pedagógica, mas também a uma demanda social e psicológica cada vez mais evidente entre os jovens.

A abordagem pedagógica atual também necessita de uma reforma profunda, com foco na aplicação prática e em atividades que conectem o aprendizado à realidade financeira dos estudantes. De acordo com a pesquisa, 60,4% dos alunos percebem o ensino como pouco prático, crítica que confirma o desvio dos princípios estabelecidos pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF, 2013), segundo o qual o aprendizado deve ser contextualizado e centrado em situações do cotidiano. Em resposta a essa lacuna, 94,5% dos estudantes afirmaram que a escola deveria investir em atividades práticas.

Essas atividades podem incluir simulações de orçamento doméstico, projetos de planejamento financeiro pessoal, estudos de caso sobre endividamento e investimento, e o uso de ferramentas digitais de gestão financeira. Tais estratégias seguem o exemplo de países que se destacam na avaliação PISA (OCDE, 2022), como a Finlândia e a Estônia, que obtiveram médias superiores a 520 pontos e adotam metodologias baseadas em experiências práticas e resolução de problemas. Esses modelos valorizam a autonomia do estudante e o pensamento crítico, comprovando que o ensino financeiro se torna mais eficaz quando o aluno vivencia as consequências de suas decisões em ambientes controlados de aprendizado.

Além disso, o conteúdo programático da disciplina deve ser moldado de acordo

com as necessidades e fragilidades identificadas pelos próprios estudantes. A pesquisa aponta que os temas mais valorizados são “como controlar gastos” e “investimentos”, ambos com 79,9% de preferência, enquanto o principal desafio enfrentado é o descontrole com compras por impulso (56,7%). Essas evidências dialogam com as contribuições de Kahneman (2012) e Ariely (2020), que abordam os mecanismos psicológicos e emocionais que influenciam decisões financeiras. Inserir noções de economia comportamental no currículo permitiria aos jovens reconhecer os gatilhos emocionais do consumo, reduzindo impulsividade e melhorando a racionalidade econômica.

É igualmente importante incluir temas que apresentaram maior fragilidade conceitual, como “inflação”, “juros” e “fontes de receita”, garantindo uma compreensão sólida sobre os fenômenos econômicos que afetam diretamente o cotidiano. Cerbasi (2012, 2014) defende que compreender a dinâmica da renda, do gasto e da poupança é essencial para transformar o comportamento financeiro em longo prazo.

Finalmente, a formação financeira deve incorporar uma dimensão emocional e psicológica, reconhecendo que o dinheiro também é um elemento de saúde mental. A pesquisa mostra que 64% dos estudantes já se sentiram ansiosos por não saber lidar com dinheiro, e 92,1% reconhecem que a má gestão financeira afeta o bem-estar emocional. Essa constatação reforça as observações do Money and Mental Health Policy Institute (2024), que indica correlação direta entre endividamento e sintomas de ansiedade e depressão. Assim, a educação financeira deve transcender o aspecto técnico e incluir práticas de autocontrole emocional, planejamento consciente e resiliência psicológica diante das adversidades econômicas.

Ao reconhecer e trabalhar os aspectos emocionais, a educação financeira se torna uma ferramenta mais poderosa, pois não apenas contribui para a construção de patrimônio, mas também promove estabilidade emocional e segurança psicológica — fatores indispensáveis para uma vida adulta equilibrada. Como enfatiza Housel (2021), o verdadeiro sucesso financeiro está mais relacionado ao comportamento do que ao conhecimento técnico. Portanto, preparar os jovens para administrar suas finanças é também prepará-los para administrar suas emoções diante da incerteza econômica.

Em síntese, o cruzamento entre teoria e resultados empíricos revela que a formação financeira dos jovens brasileiros ainda é insuficiente e desigual. Contudo, as soluções estão ao alcance das políticas públicas e das escolas: transformar a

educação financeira em disciplina obrigatória, formar professores capacitados, inserir metodologias práticas e trabalhar a dimensão emocional do dinheiro. Assim, será possível preparar os estudantes para enfrentar com maturidade e responsabilidade os desafios econômicos e psicológicos da vida adulta. Incluir mais da relação teórica com as recomendações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso inseriu-se em um contexto marcado pelos altos índices de endividamento juvenil, pela crescente complexidade do sistema financeiro e pela recente, porém ainda em implementação, inclusão da educação financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Partindo do problema de que jovens concluintes do ensino médio frequentemente não possuem o preparo adequado para a vida financeira adulta, o que acarreta riscos como endividamento precoce e impactos negativos no bem-estar emocional e profissional, a pesquisa buscou responder à questão central: a educação financeira e a administração financeira dos jovens que estão se formando no terceiro ano do ensino médio são adequadas para prepará-los para a vida financeira adulta?

Os objetivos propostos foram atingidos por meio de uma pesquisa quantitativa de nível descritivo, na qual se aplicou um questionário estruturado a 164 estudantes do terceiro ano do ensino médio em instituições de ensino de Carlos Barbosa, RS. O objetivo geral foi plenamente alcançado ao se constatar que a qualidade da educação financeira oferecida é, de forma geral, insuficiente e profundamente desigual, falhando em preparar os jovens para os desafios práticos da administração pessoal.

Em relação aos objetivos específicos, o estudo conseguiu alcançá-los de forma integrada. Foi identificado que o nível de conhecimento financeiro dos alunos é "mediano" (59,8%) em sua autopercepção, porém superficial, com lacunas em conceitos básicos como "receitas" (42,7%). A análise da abordagem pedagógica revelou um profundo abismo entre a rede privada, onde 95,24% identificaram possuir aulas regulares, e a rede pública, onde 78% não identificaram essas aulas, sendo o ensino percebido como pouco prático (60,4%). O estudo permitiu, ainda, compreender os principais desafios, que se mostraram mais comportamentais do que técnicos, destacando-se "compras por impulso" (56,7%) e "falta de disciplina" (33,5%). Também foram avaliados os impactos da falta de preparo, com 64% dos jovens relatando ansiedade ligada ao tema e 92,1% reconhecendo o impacto no bem-estar emocional. Por fim, com base nestas constatações, foram propostas melhorias, como fator crucial a transformação da educação financeira em disciplina obrigatória, apoiada por 96,9% dos alunos, e a adoção de metodologias práticas, demandada por 94,5%.

A principal limitação deste estudo reside na sua metodologia de amostragem. Foi utilizada uma amostragem não probabilística por conveniência, o que impede a

generalização estatística dos resultados para o universo de estudantes brasileiros. A pesquisa esteve, também, geograficamente restrita a um município específico, não refletindo necessariamente a realidade de grandes centros urbanos ou de outras regiões do país. Ademais, a amostra apresentou um perfil socioeconômico concentrado nas faixas de renda média e alta (86,6% com renda familiar acima de dois salários mínimos), indicando que os desafios de jovens em situação de maior vulnerabilidade podem estar sub-representados. Por fim, o estudo baseou-se na autopercepção dos alunos, que, embora relevante, pode conter vieses.

Como sugestões para estudos futuros, recomenda-se ampliar a amostragem em nível nacional, permitindo maior generalização dos resultados. Também seria relevante adotar uma abordagem qualitativa, com entrevistas ou grupos focais, para aprofundar as causas da ansiedade financeira e do consumo impulsivo. Além disso, propõe-se um estudo comparativo entre as metodologias utilizadas em escolas privadas que já oferecem a disciplina e as barreiras enfrentadas pelas escolas públicas. Por fim, sugere-se a realização de pesquisas de intervenção, aplicando programas práticos de educação financeira em escolas públicas e avaliando, ao longo do tempo, seus efeitos na ansiedade e nos hábitos de controle de gastos.

O principal aprendizado obtido com esta pesquisa é que a educação financeira transcende a esfera técnica do dinheiro, configurando-se como um pilar fundamental para a saúde mental e o bem-estar emocional da juventude. O estudo revelou um paradoxo: há jovens altamente inseridos no sistema financeiro (97% possuem contas bancárias), mas que falham em hábitos básicos de gestão (65,7% não registram gastos), sendo dominados por desafios comportamentais. A constatação mais alarmante foi a de uma profunda desigualdade educacional: dentro do conjunto de escolas pesquisadas, a educação financeira se apresentou como mais presente na rede privada, falhando em alcançar justamente o estudante da escola pública. Os estudantes não apenas estão despreparados, como também estão cientes disso, motivados para aprender e demandando uma solução. Sem políticas públicas eficazes, que tornem esse ensino acessível e aplicável ao cotidiano, continuaremos formando adolescentes que chegam à vida adulta carregando insegurança, ansiedade e um sentimento de despreparo. E assim, infelizmente, seguimos alimentando um ciclo que impacta não apenas o futuro profissional desses jovens, mas também sua estabilidade emocional e suas oportunidades de crescimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia. Só 21,8% dos brasileiros são consumidores conscientes, mostra pesquisa do SPC. Agência Brasil, 1 jul. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/so-218-dos-brasileiros-sao-consumidores-conscientes-mostra-pesquisa-do-spc>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ANBIMA. Raio X do investidor brasileiro. 7. ed. São Paulo: ANBIMA, 2024. 77 p. Disponível em: <https://anbi.ma/raiox7>. Acesso em: 01 jun. 2025.

ARCURi, Nathalia. Me Poupe! 10 passos para nunca mais faltar dinheiro no seu bolso. 1. ed. São Paulo: Sextante, 2018.

ARIELY, Dan. Previsivelmente irracional: As forças invisíveis que nos levam a tomar decisões erradas. Edição revista e ampliada. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Análise técnica sobre o mercado de apostas *online* no Brasil e o perfil dos apostadores. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2024. (Estudo Especial n. 119/2024). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE119_Analise_tecnica_sobre_o_mercado_de_apostas_online_no_Brasil_e_o_perfil_dos_apostadores.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BRASIL: implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_nacional_Educacao_Financeira_ENE_F.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Planejar é preciso: como fazer planejamento financeiro. Brasília: Banco Central do Brasil, 2021.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Brasília: Banco Central do Brasil; Comitê Nacional de Educação Financeira, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_nacional_Educacao_Financeira_ENE_F.pdf. Acesso em: 01 abr. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Versão final. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 28 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Comissão de Valores Mobiliários; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Programa Educação Financeira nas Escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/criancas-e-jovens/programa-educacao-financeira-nas-escolas> . Acesso em: 28 abr. 2025.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Projeto inclui educação financeira no currículo das escolas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 18 out. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1098185-projeto-inclui-educacao-financeira-no->

curriculo-das-escolas/. Acesso em: 03 jun. 2025.

CASTRO, Tamara. Educação financeira na BNCC. Saberes e Práticas do Cenpec, São Paulo, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/>. 28 mai. 2025

CERBASI, Gustavo. A riqueza da vida simples: Como escolhas mais inteligentes podem antecipar a conquista de seus sonhos. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

CERBASI, Gustavo. Casais inteligentes enriquecem juntos: finanças para casais. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

CERBASI, Gustavo. Como organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CLASON, George S. O homem mais rico da Babilônia. Tradução de Luiz A. de Araújo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Guia CVM de planejamento financeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: CVM, 2014. 16 p. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/publicacoes-educacionais/guias/guia-de-planejamento-financeiro/guia-planejamento-financeiro.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF). Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do aluno - Bloco 1: Você aqui e agora. Brasília: CONEF, 2013. Disponível em <https://gmw.investidor.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/EM-Livro1-VoceAquiEAgora.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF). Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do aluno - Bloco 2: Você, seu futuro fazendo acontecer. Brasília: CONEF, 2013. Disponível em: <https://gmw.investidor.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/EM-Livro2-VoceSeuFuturoFazendoAcontecer.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF). Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor - Bloco 3: Bens públicos – Economia do país – Economia do mundo. Brasília: CONEF, 2013. Disponível em: <https://gmw.investidor.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/EM-Livro3-Aluno.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL). Indicador de reincidência aponta que 83,48% dos que atrasaram contas em maio retornaram para a negativação, diz indicador da CNDL/SPC Brasil. Brasília, DF: CNDL, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/indicador-de-reincidencia-aponta-que-8348-dos-que-atrasaram-contas-em-maio-retornaram-para-a-negativacao-diz-indicador-da-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic): edição março 2025. [Rio de Janeiro]: CNC, mar. 2025. 4 p. Disponível em: portaldocomercio.org.br. Acesso em: 20 mai. 2025

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Custo da cesta aumenta em 14 capitais em março. Nota à Imprensa. São Paulo: DIEESE, 7 abr. 2025. 5 p. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em: 4 mai. 2025

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Jovens de baixa renda têm mais dificuldade para estudar e trabalhar. Emprego em Pauta, São Paulo, n. 24, p. 1-5, dez. 2022. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em: 5 mai. 2025

EKER, T. Harv. Os segredos da mente milionária: aprenda a enriquecer mudando seus conceitos sobre o dinheiro e adotando os hábitos das pessoas bem-sucedidas. Tradução de Maria Lúcia Rosa. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. Análise multivariada de dados, 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. ISBN 8577805344.

HOUSEL, Morgan. A psicologia financeira: lições atemporais sobre fortuna, ganância e felicidade. Tradução de André Fontenelle. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

IPSOS. Tempo livre na vida adulta dos brasileiros: pesquisa sobre tempo de tarefas e atividades dos brasileiros, pelo time de Public Affairs da Ipsos Brasil a pedido da Nubank. [S.l.]: Ipsos, 2024. Disponível em: https://international.nubank.com.br/wp-content/uploads/2024/09/NU_PesquisaUV_Presentation_v2-1.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

KAHNEMAN, Daniel. Rápido e devagar: duas formas de pensar. Tradução Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KIYOSAKI, Robert T. Pai rico, pai pobre: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Edição comemorativa de 20 anos, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

LANZA, Luíza. Educação financeira: 59% dos brasileiros não sabe como organizar o orçamento. Estadão E-Investidor, 20 maio 2024. Educação Financeira. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/educacao-financeira/educacao-financeira-pesquisa-onze-orcamento/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MONEY AND MENTAL HEALTH POLICY INSTITUTE. Money and mental health facts. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.moneyandmentalhealth.org/money-and-mental-health-facts/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MORAIS, Marizangela Gomes de; ANDRADE NETO, João Cordeiro de; SOUZA, Adimilson Alves. Influência da geração “Z” na relação de consumo. *Revista de Administração da UEG*, v. 7, n. 2, p. 95-113, maio/ago. 2016.

NIGRO, Thiago. *Do mil ao milhão: sem cortar o cafezinho*. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

NUBANK. Investimentos que mais renderam em 2024. São Paulo: Nubank, 6 jan. 2025. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/investimentos-que-mais-renderam-2024/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. OECD/INFE 2023 international survey of adult financial literacy. Paris: OECD, 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/12/oecd-infe-2023-international-survey-of-adult-financial-literacy_8ce94e2c/56003a32-en.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. PISA 2015 Results (Volume IV): Students' Financial Literacy. Paris: OECD Publishing, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264270282-en>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. PISA 2018 Results (Volume IV): Are students smart about money? Paris: OECD Publishing, 2020. (PISA). Disponível em: <https://doi.org/10.1787/48ebd1ba-en>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students? Paris: OECD Publishing, 2024. (PISA). Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5a849c2a-en>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Recommendation of the Council on Good Practices on Financial Education and Awareness Relating to Credit. [S.l.]: OECD, 2009. (OECD Legal Instruments, OECD/LEGAL/0370). Disponível em: <http://legalinstruments.oecd.org>. Acesso em: 07 abr. 2025.

SANTOS, Silvia Spagnol Simi dos et al. Satisfação e motivação no trabalho... *Revista de Ciências da Administração*, v. 21, n. 54, p. 77-94, ago. 2019.

SERASA EXPERIAN. 60% dos brasileiros iniciam planejamento financeiro da aposentadoria com apenas cinco anos de antecedência, revela Serasa. São Paulo: Serasa Experian, jan. 2025. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/brasileiros-iniciam-planejamento-financeiro-da-aposentadoria-com-apenas-cinco-anos-de-antecedencia-revela-serasa/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SERASA EXPERIAN. Cresce 66% o número de jovens que renegociaram suas dívidas em um ano: uma em cada cinco pessoas que renegociaram as dívidas na Serasa em agosto tem menos de 25 anos. São Paulo: Serasa Experian, [s.d.]. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/cresce-66-o-numero-de-jovens-que-renegociam-suas-dividas-em-um-ano/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SERASA EXPERIAN. Finanças: 5 em cada 10 trabalhadores não conseguem chegar ao fim do mês com salário na conta, revela pesquisa da Serasa Experian. São Paulo: Serasa Experian, 20 ago. 2025. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/solucoes-para-rh/financas-5-em-cada-10-trabalhadores-nao-conseguem-chegar-ao-fim-do-mes-com-salario-na-conta-revela-pesquisa-da-serasa-experian/>. Acesso em: 10 mai. 2025

SERASA EXPERIAN. Método 50/30/20: como utilizar. São Paulo: Serasa Experian, Jun. 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/score/blog/metodo-50-30-20-como-utilizar/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SILVA, Bianca Conceição da; SANTOS, Vanessa Corrêa dos; SOUZA, Sandra Joyce Silva de. Análise da educação financeira dos jovens da geração Z de São Paulo. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, v. 2, n. 18, 2023.

SILVA, Dirceu da; LOPES, Evandro Luiz; BRAGA JUNIOR, Sérgio Silva. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. Revista de Gestão e Secretariado – GeSec, v. 5, n. 1, p. 1–18, jan./abr. 2014.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. Nudge: Como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

VIANA, Cleia; OLIVEIRA, Marcelo (Ed.). Projeto inclui educação financeira no currículo das escolas. Brasília: Agência Câmara de Notícias, 18 out. 2024.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

Este estudo tem como objetivo geral analisar a qualidade da educação financeira e da administração financeira oferecida aos jovens concluintes do ensino médio, identificando suas deficiências e propondo melhorias que possam capacitá-los para tomar decisões financeiras conscientes. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: a) Identificar o nível de conhecimento financeiro dos estudantes do terceiro ano do ensino médio; b) Analisar a abordagem pedagógica adotada na educação financeira escolar; c) Compreender os principais desafios enfrentados pelos jovens na administração de suas finanças; d) Avaliar os impactos da falta de educação financeira em sua vida profissional e emocional; e) Propor melhorias para a formação financeira, preparando-os melhor para os desafios econômicos da vida adulta.

1. Você estuda em escola pública ou privada?

- Pública
- Privada

2. Em qual turno você estuda?

- Manhã
- Tarde
- Noite

3. Sua escola oferece aulas de educação financeira?

- Sim, regularmente
- Sim, mas de forma esporádica
- Não

4. A escola ensina educação financeira de uma forma prática.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Nem concordo/nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

5. Eu me sinto motivado para aprender sobre finanças nas aulas.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Nem concordo/nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

6. Como você avalia seu conhecimento sobre finanças pessoais?

- () Muito alto
- () Alto
- () Nem alto/nem baixo
- () Baixo
- () Muito baixo

7. Quais conceitos financeiros abaixo você conhece? (marque todos que conhecer)

- () Inflação
- () Poupança
- () Investimento
- () Empréstimo
- () Renda fixa
- () Renda variável
- () Receitas
- () Despesas

8. Estou preparado para o mercado de trabalho com o conhecimento em educação financeira que possuo.

- () Concordo totalmente
- () Concordo
- () Nem concordo/nem discordo
- () Discordo
- () Discordo totalmente

9. É importante ter uma disciplina obrigatória de educação financeira no ensino médio.

- () Concordo totalmente
- () Concordo
- () Nem concordo/nem discordo
- () Discordo
- () Discordo totalmente

10. Qual tipo de conteúdo você considera mais útil aprender na escola? (marque até 3 opções)

- () Como controlar gastos
- () Investimentos
- () Impostos
- () Empréstimos e dívidas
- () Planejamento de carreira

11. Você acredita que aprender sobre finanças na escola aumentaria suas chances de ter estabilidade financeira no futuro?

- () Sim
- () Não
- () Talvez

12. A escola deve investir em atividades práticas de educação financeira (ex.: simulação de orçamento, investimentos...).

- () Concordo totalmente

- Concordo
- Nem concordo/nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

13. Você participa de algum programa de estágio, jovem aprendiz ou trabalho remunerado?

- Sim
- Não

14. Você já teve ou possui conta bancária em seu nome?

- Sim
- Não

15. Você já teve ou possui cartão de crédito ou débito próprio?

- Sim
- Não

16. Você costuma registrar seus gastos mensais?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

17. Em média, qual porcentagem da sua renda você consegue economizar mensalmente?

- Nenhuma
- Menos de 10%
- Entre 10% e 30%
- Mais de 30%

18. Marque os principais desafios que você enfrenta para economizar:

- Falta de disciplina
- Baixa renda
- Compras por impulso
- Desconhecimento sobre finanças
- Renda comprometida no auxílio à família
- Outro(s). Qual (is): _____

19. Qual é o seu nível de dificuldade para controlar seus gastos?

- Muito alto
- Alto
- Nem alto/nem baixo
- Baixo
- Muito baixo

20. Você já se sentiu ansioso(a) por não saber lidar com questões de dinheiro?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

21. Você acredita que a falta de conhecimento financeiro pode prejudicar seu desempenho profissional?

- Sim
- Não
- Não sei

22. A má gestão financeira afeta o bem-estar emocional.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Nem concordo/nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

=== PERFIL DO RESPONDENTE ===

23. Qual é a sua idade?

- Menos de 15 anos
- 15 a 17 anos
- 18 a 20 anos
- Acima de 20 anos

24. Qual é o seu gênero?

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não informar

25. Qual é a renda média mensal da sua família?

- Até 1 salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 5 salários mínimos
- Acima de 5 salários mínimos

26. Qual é a principal fonte de renda da sua família?

- Salário fixo
- Trabalho informal/autônomo
- Negócio próprio
- Benefícios governamentais
- Outros